



*Leresinha*

RELATÓRIO – MÓDULO I

EIXO - 1

*Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua  
no Município de São Paulo  
Projeto Integrado - Planejamento e Ação*

*SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E/OU PESSOAL*

**RESUMO DE EXPERIÊNCIAS E DE PROGRAMAS**

**PROASF – Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente - São Paulo**

São Paulo, 31 de janeiro de 1996



## ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	04
II. SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E/OU PESSOAL .....	07
PROGRAMAS E AÇÕES	
ABERTURA E HUMANIZAÇÃO INSTITUCIONAL (ALTERNATIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES INTERNOS EM INTERNATOS, ORFANATOS, REFORMATÓRIOS, PRESÍDIOS JUVENIS E INSTITUIÇÕES CONGÊNERES)	
Francisco S. Esperts .....	08
AÇÃO GUAMBRAS: PROGRAMA NÃO CONVENCIONAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA DA RUA - EQUADOR	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	17
NOVAS ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO PARA A CRIANÇA DE E NA RUA DO MÉXICO	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	20
GUIA METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE SITUAÇÃO DE CRIANÇAS EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIALMENTE DIFÍCEIS	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	24
ANÁLISE DE SITUAÇÃO: PROGRAMA REGIONAL PARA AMÉRICA-LATINA E O CARIBE	
Francisco S. Espert & Willian Myers.....	28
CRIANÇA TRABALHADORAS E DE RUA - GUIA METODOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIALMENTE DIFÍCEIS	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	31
NA RUA: CRIANÇAS TRABALHADORAS DE RUA EM ASSUNÇÃO	
Basílica Espínola, Benno Glauser, Rosa M. Ortiz, Susana O. de Carrizosa .....	40
LINEAMENTO PARA APLICAÇÃO DA GUIA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE CRIANÇAS EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIALMENTE DIFÍCEIS	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	44
AS CRIANÇAS DAS AMÉRICAS: SOBREVIVÊNCIA, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA, NA DÉCADA DE 1990	
Fundo das Nações Unidas para a Infância .....	47
É POSSÍVEL EDUCAR NA RUA?	
FUNABEM/UNICEF/SAS.....	51
ESCOLA TAMBÉM PARA OS MENINOS DE RUA	
FUNABEM/UNICEF/SAS.....	53



<p>CRIANÇAS DE RUA, CRIATIVIDADE E AUTONOMIA</p> <p>Luiz Antonio Prado de Oliveira .....</p>	54
<p>PAULO FREIRE &amp; EDUCADORES DE RUA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA</p> <p>FUNABEM/UNICEF/SAS .....</p>	56
<p>REDE CIDADANIA: PROJETO DE CENTROS DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR A ADOLESCENTES INFRATORES EM SÃO PAULO</p> <p>Marelene Guirado (coord.).....</p>	59
<p>O PROGRAMA INTEGRADO DE APOIO AO MENOR DE GOIÂNIA</p> <p>Alba Zaluar .....</p>	61
<p>INFÂNCIA, JUVENTUDE E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL</p> <p>Antonio Carlos Gomes da Costa .....</p>	64
<p>POR UMA PEDAGOGIA DA PRESENÇA</p> <p>Antonio Carlos Gomes da Costa .....</p>	68
<p>A SITUAÇÃO DO MENOR NO ESTADO DE SÃO PAULO - TERCEIRA PARTE: ENTIDADES ASSISTENCIAIS E ATENÇÃO AO MENOR NO ESTADO DE SÃO PAULO (ESTUDOS DE CASO)</p> <p>NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.....</p>	72
<p>QUANDO EU VOLTAR A SER CRIANÇA - CURSO DE ATUALIZAÇÃO (FORMAÇÃO DE EDUCADORES)</p> <p>Moacir Gadotti &amp; Rachel Gevertz (coord.).....</p>	75
<p>1. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social/PMSP.....</p>	75
<p>2. Lutgardes Costa Freire.....</p>	76
<p>3. Maria de Lourdes Manzini Covre .....</p>	76
<p>4. Maria de Lourdes Trassi Teixeira .....</p>	77
<p>5. Maria Stela Santos Graciani.....</p>	77
<p>6. Moacir Gadotti .....</p>	78
<p>7. José Augusto Dias .....</p>	78
<p>8. Benedito Carvalho Filho .....</p>	78
<p>BIBLIOGRAFIA GERAL SOBRE O TEMA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....</p>	79



O presente relatório tem por objetivo a apresentação dos resultados das atividades previstas no Módulo I, Eixo 1, da pesquisa "Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua no Município de São Paulo" (Projeto Integrado - Planejamento e Ação - PROASF). Essas atividades consistiram na realização de levantamento, seleção e revisão da bibliografia que aborda a questão da criança e do adolescente no Brasil e em outros países da América-latina e Caribe. A bibliografia selecionada abrange projetos e programas de atendimento à infância e adolescência, propostas pedagógicas, manuais e guias de orientação para ação dos educadores, análise de situação e avaliação de programas, e outras publicações com diferentes enfoques sobre essa temática.

O critério que norteou a seleção dessa bibliografia pautou-se na opção por um tipo específico de literatura, que pudesse, de alguma forma, contribuir e oferecer subsídios para a construção e implantação de diretrizes e princípios metodológicos e pedagógicos para programas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas da rua.

De um modo geral, essa literatura oferece elementos para a reflexão e o debate de inúmeras questões relativas à situação das crianças de rua e na rua em seus vários aspectos: o trabalho infantil, a violência das ruas em suas várias faces, a condição socioeconômica de suas famílias, quase sempre impossibilitadas de suprir as necessidades básicas de seus filhos, os limites e ineficiências dos diversos serviços públicos voltados para a saúde, educação, habitação e diversas modalidades de assistência social, os quais poderiam atuar para reduzir os efeitos do processo de marginalização a que são submetidos essas crianças e jovens.

Em linhas gerais, boa parte dessa literatura procura basear-se nos princípios e diretrizes instituídos pelo "Direito Internacional da Criança" e, no caso do Brasil, mais especificamente, pelo "Estatuto da Criança e do Adolescente". No que concerne aos projetos e programas analisados, via de regra, estes apresentam propostas de abertura institucional ou mesmo de atendimento não institucionalizado. Além disso, procuram romper com concepções tradicionais que privilegiavam ações voltadas estritamente para o atendimento das necessidades básicas das crianças, demonstrando uma maior preocupação com seu processo de formação integral, no sentido de suprir não apenas suas carências materiais, mas também afetivas, psicológicas, educacionais etc.

Um outro aspecto bastante enfatizado pela maioria dos autores, diz respeito à necessidade de se desenvolver ações voltadas para a reintegração das crianças de rua junto às suas famílias,



procurando, sempre que possível, reforçar seus laços e proporcionar sua maior estabilidade através de programas de orientação e/ou de auxílio material.

Com relação ao trabalho infantil, pode-se detectar uma certa preocupação em conciliar as reais necessidades de sobrevivência da criança com medidas que objetivem sua formação educacional. Este é o caso de Luis Antonio Prado de Oliveira (*Crianças de rua, Criatividade e Autonomia*), que parte do princípio de que as crianças que são atendidas pelos diversos programas enfrentam, no cotidiano, questões de sobrevivência bastante eminentes. Muitas vezes são obrigadas a trabalhar para ganhar seu próprio sustento ou, como em muitos casos, para contribuir com o sustento de suas famílias, "o que inviabiliza, na prática, qualquer atividade que ocupe boa parte do tempo sem gerar um rendimento mínimo compatível com o meio social em que vivem". Propõe, então, que se ultrapasse as barreiras formais que pressupõem uma rígida e nefasta separação entre a pedagogia e a economia, no sentido de que o subdesenvolvimento e a pobreza somente poderão ser superados "a partir da iniciativa, da criatividade, da mobilização, da organização e da conscientização das pessoas e das comunidades".

Diversos autores procuram ainda chamar a atenção para a necessidade de se mobilizar e envolver a comunidade, de modo a sensibilizá-la com a causa da criança e do adolescente, visando obter seu apoio para o desenvolvimento de projetos e programas de atendimento voltados para esta área. Isto possibilitaria romper, gradualmente, com posturas preconceituosas em relação a essas crianças, vistas, por muitos setores da sociedade, como uma ameaça. Além disso, aponta-se como condição para o êxito dos trabalhos junto a essa população, a articulação com os diversos movimentos populares, bem como o diálogo permanente com entidades e instituições responsáveis pelo atendimento das crianças.

Outra observação importante diz respeito ao alcance dos serviços públicos dirigidos para o atendimento de crianças e adolescentes carentes. Isto porque a maior parte deles atingem uma parcela muito pequena de seu público alvo, o que pode "comprometer o caráter universal da assistência governamental, tornando-a privilégio de poucos e criando espaço para o clientelismo" (ZALUAR, s.d.).

Com relação as propostas pedagógicas, pode-se destacar Paulo Freire e Antônio Carlos Gomes da Costa. O primeiro enfatiza a importância de uma pedagogia que, "ao rechaçar o autoritarismo asfixiador da liberdade, rechaça também a irresponsabilidade licenciosa".



Adverte sobre a postura dos educadores que, muitas vezes envoltos na busca de formas de trabalho alternativas e autênticas, acabam despojando-se da "dimensão fundamental de educador". É preciso demarcar a diferença entre educador e educando para que não haja uma inversão de papéis. Isto, contudo, não implica na adoção de uma postura autoritária. Pelo contrário, a postura a ser adotada deve ser substancialmente democrática. O fato do educador também surpreender-se aprendendo com o educado ou junto com ele, não anula a diferença entre os dois. Deve-se ter clareza de que, "na relação educador-educando, a liberdade precisa de parâmetro. No momento em que some o parâmetro, desaparece a possibilidade de formação".

Paulo Freire alerta ainda os educadores para a importância de se questionar sobre a cotidianidade dos meninos de rua, uma vez que é dentro dela que se constituem as "resistências dos oprimidos". Ela possibilitará uma maior compreensão acerca da vida desses meninos, de seus valores, medos, aspirações, conflitos, etc. Em outras palavras, não basta dar-se conta dessas crianças e de sua realidade, é preciso procurar conhecer os fatos, as coisas. "Quando se procura conhecê-los, se toma distância dos fatos e das coisas, se pergunta sobre eles". É necessário que se mergulhe "no mundo cotidiano do menino para sair dele com o menino".

Essa visão parece ser compartilhada por Antônio Carlos Gomes da Costa, que ressalta a importância da presença do educador, uma vez que "o fazer-se presente na vida do educando é o dado fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. A presença é o conceito central, o instrumento-chave e o objetivo maior desta pedagogia". Atenta, contudo, para a necessidade de uma dialética proximidade-distanciamento, na medida em que "pela proximidade o educador se acerca ao máximo do educando, procurando identificar-se com sua problemática de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação realmente de qualidade; pelo distanciamento, o educador se afasta no plano da crítica, buscando, a partir do ponto de vista da totalidade do processo, perceber o modo como seus atos se encadeiam na concatenação dos acontecimentos que configuram o desenrolar da ação educativa".

Ambos os autores se colocam numa perspectiva democrática embasada pelo senso de responsabilidade, enfatizando a importância de metas que objetivem, de fato, a transformação da realidade concreta, visando a construção de uma sociedade mais justa, em



detrimento de medidas paliativas, cujo resultado é ineficaz para proporcionar uma mudança efetiva nos padrões de reprodução das desigualdades sociais.

Por fim, considerando-se a relevância desta pesquisa, no sentido de contribuir para a formulação de ações voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, constatou-se a necessidade de, num segundo momento (Modulo II), aprofundar algumas avaliações empíricas que nos permitam analisar o desempenho e a eficácia de determinados programas e propostas apresentados neste relatório, para que se obtenha maiores subsídios para a construção de um Plano Integrado de Atenção às Crianças e Adolescentes.



ESPERT S., Francisco. *Abertura e Humanização Institucional (Alternativas para crianças e adolescentes internos em internatos, orfanatos, reformatórios, presídios juvenis e instituições congêneres)*. Série Metodológica, Programa Regional: Crianças em circunstâncias especialmente difíceis, UNICEF - Escritório Regional para a América-latina e o Caribe, 1987.

**Assunto:** a publicação descreve uma "experiência concreta de humanização e abertura institucional levada a cabo na Venezuela entre 1975 e 1979: características, resultados, limitações".

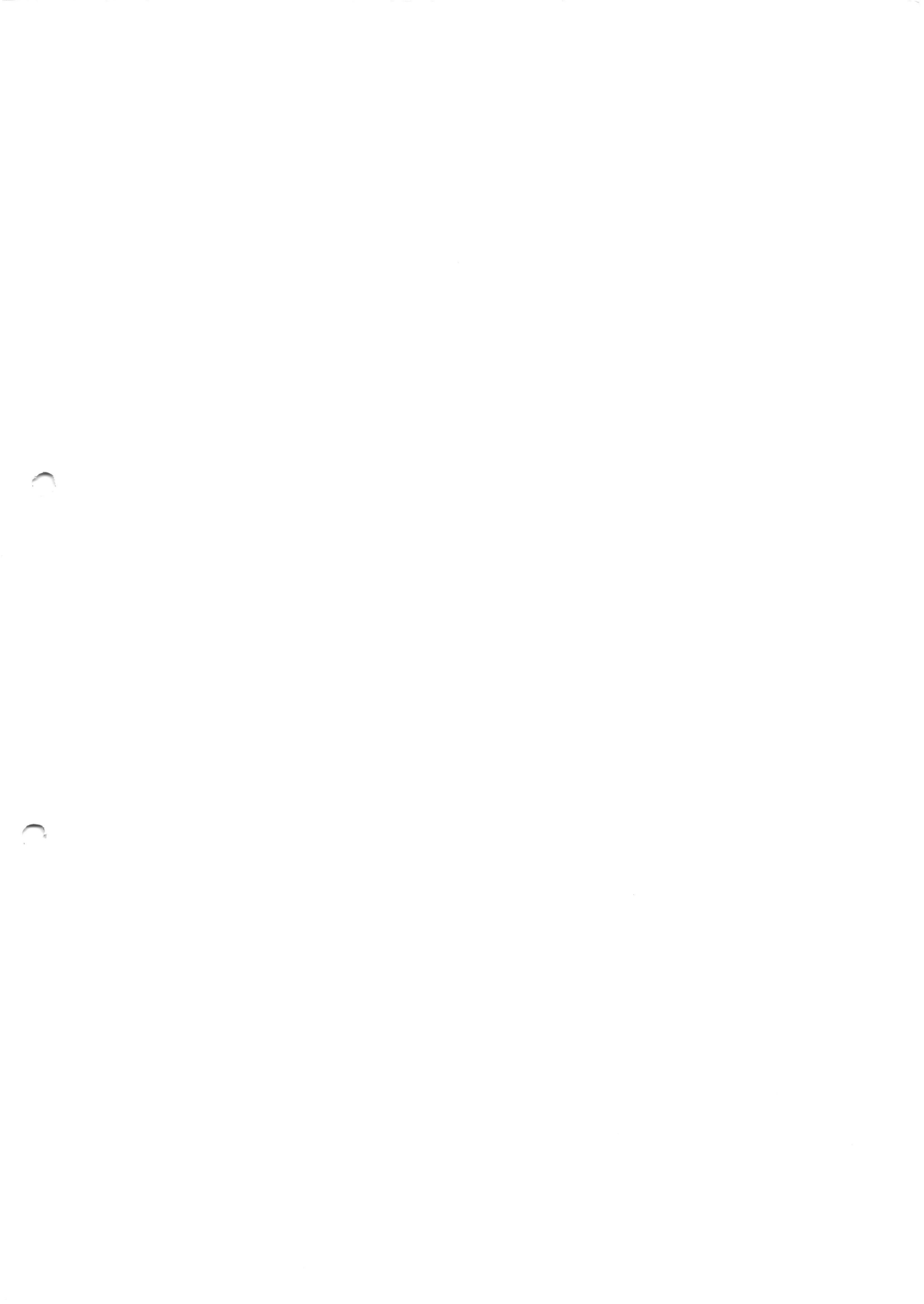
**objetivos:** o UNICEF vem, desde 1986, promovendo, através do Programa Regional de Crianças Especialmente Difíceis, um movimento em prol da abertura institucional, buscando a readequação do funcionamento do sistema, o barateamento dos custos, a reintegração do jovem na sociedade e a complementaridade de ação mediante a coordenação dos recursos institucionais com os projetos não convencionais de assistência ao menino trabalhador e de rua em funcionamento em vários países, sob os auspícios do governo, da Igreja e de organizações não-governamentais.

**População alvo:** crianças e adolescentes institucionalizadas em situação irregular.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** O Programa procura, conforme sua proposta, traçar um modelo metodológico de assistência institucional, para a região da América-latina e do Caribe, que estabeleça um regime mais aberto e mais humanizado.

Para tanto, faz um diagnóstico da situação da criança e do adolescente institucionalizado, enumerando diversas deficiências e falhas do sistema e demonstrando que a maioria das instituições da região não cumprem o papel de socializar e "fazer da criança e do adolescente um cidadão útil e apto a reintegrar-se na sociedade a que por direito pertence".

Conforme o diagnóstico, o sistema institucional da região da América-latina e do Caribe apresenta, quase que em sua totalidade, estas características bem definidas: alto custo *per*

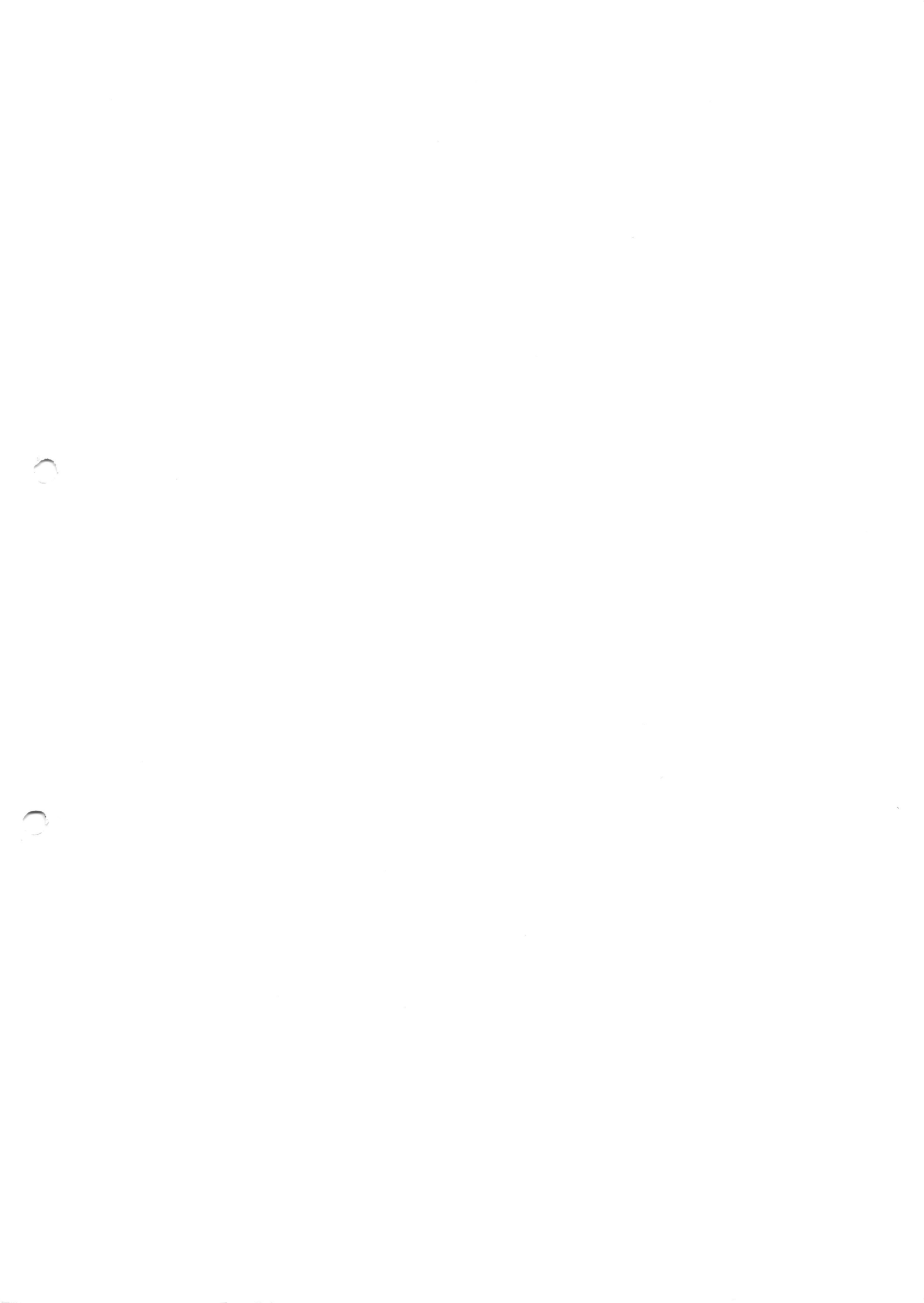


*capita*. pequena cobertura (aproximadamente apenas 4% do total de crianças que em cada país precisam de ajuda do Estado), isolamento da criança e maus resultados, estabelecendo-se uma visível discrepância entre os custos e os benefícios.

A partir de um detalhado diagnóstico, o Programa enumera suas diretrizes e metas, objetivando traçar um guia metodológico de reestruturação do sistema institucional. Essas diretrizes comportam tanto mudanças estruturais de natureza técnico-administrativa como mudanças e implementação de práticas sócio-pedagógicas.

A abordagem da experiência de implementação do Programa na Venezuela, durante quatro anos de gestão na Divisão de *Menores em Situação Irregular*, procura enumerar as realizações e os resultados alcançados, que vai desde reformas na estrutura técnico-administrativa - como regionalização dos serviços, ampliação da rede, ampliação da cobertura assistencial, captação de recursos, dotação de equipamentos e materiais, reestruturação da direção, dos departamentos e das unidades técnicas operacionais, reformulação do quadro pessoal, criação de unidades que funcionam em regime aberto, como as casas-lar, lares-escola, etc. - até o redirecionamento ou implementação de programas sócio-pedagógicos - reformulação de programas que atendam as necessidades básicas das crianças, reelaboração e ou criação dos programas voltados para o ensino vocacional e para atividades recreativas e culturais, adoção de modelos educativos de caráter integrador e socializante etc.

Segundo a avaliação dos próprios gestores do Programa, os resultados alcançados superaram as expectativas, atingindo níveis satisfatórios na qualidade do sistema institucional da Venezuela desse período. Na conclusão é apontado uma série de recomendações para a implementação do Programa nos diversos países da região latino-americana e caribenha, levando-se em consideração as particularidades de cada país: conscientização do pessoal técnico e administrativo e da opinião pública, adoção de instituição piloto, definição e unificação de critérios de classificação, de assistência e de reeducação das crianças e adolescentes, organização de seminários, simpósios e encontros em nível de país etc.



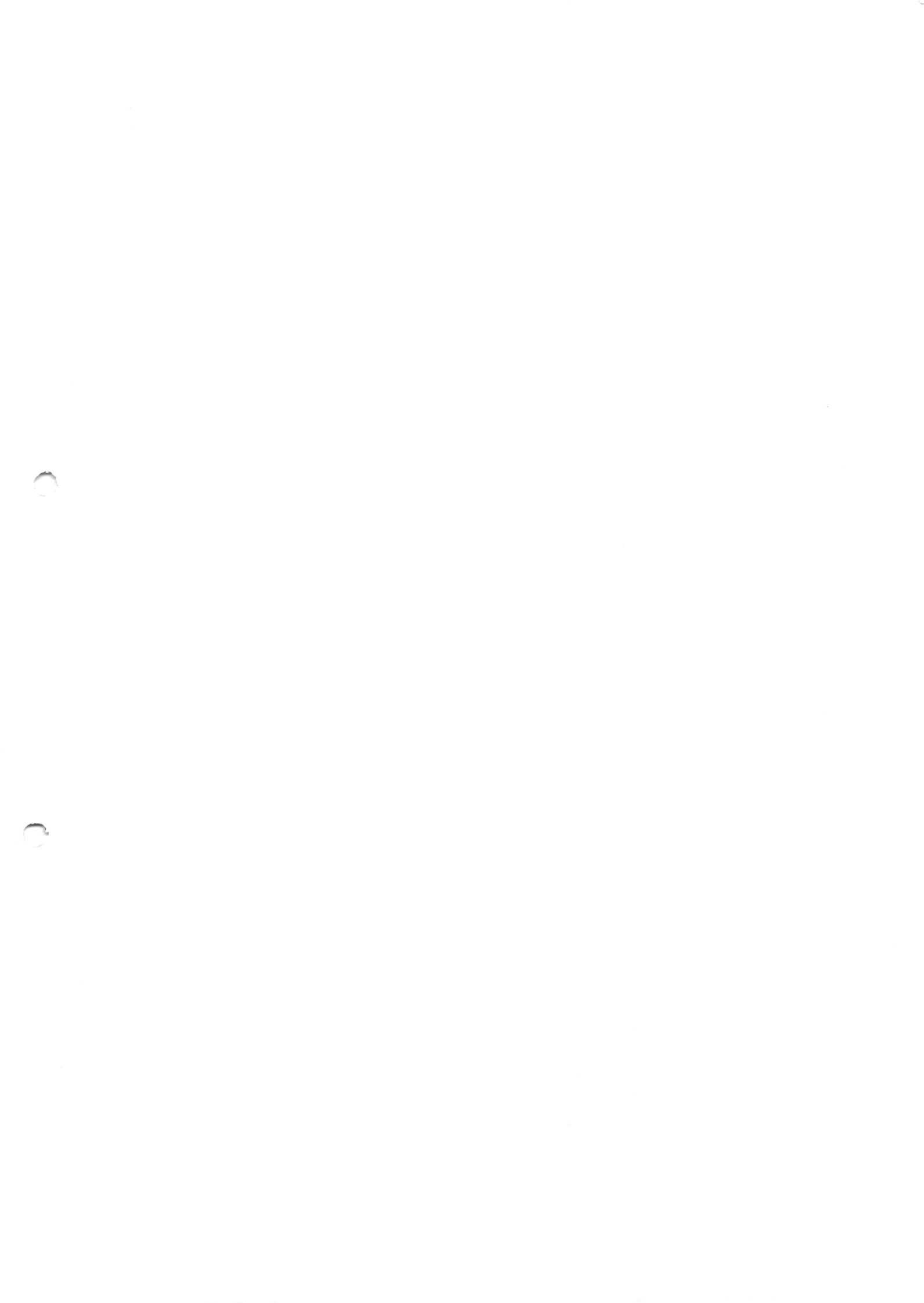
## Resumo do Programa

### I. Síntese dos propósitos estabelecidos pelo Programa:

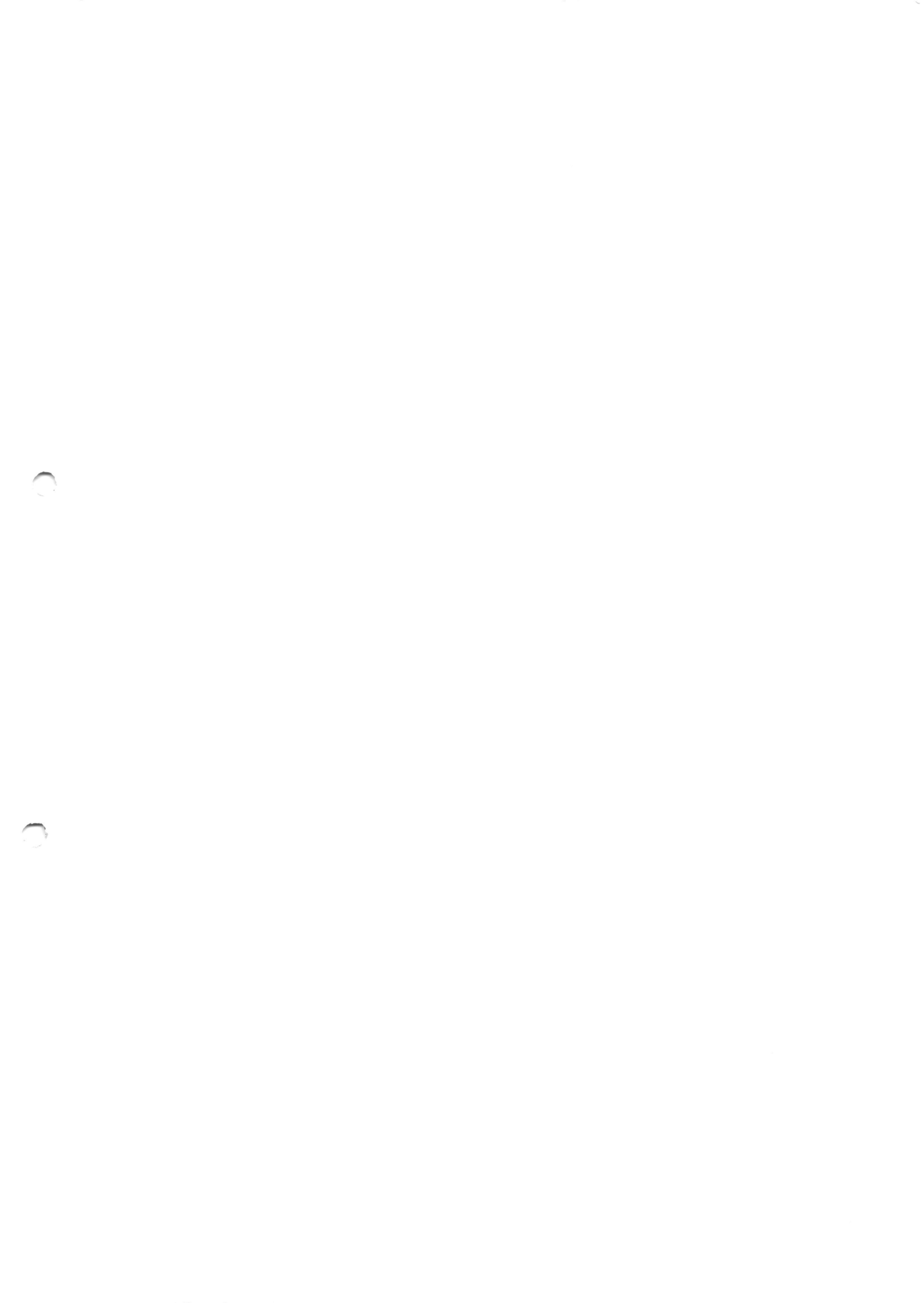
- Unificar critérios sobre assistência e reeducação do jovem infrator;
- Humanizar o sistema institucional;
- Modificar os critérios tradicionais e obsoletos de que o internamento em instituição é a solução adequada;
- Lograr decisões políticas em nível dos governos, em coordenação com a Igreja e as organizações não governamentais.
- Evitar que se construam na região estabelecimentos tradicionais grandes e dispendiosos, e estimular as construções *ad hoc* destinadas à assistência individualizada e técnica.
- Levar em consideração os direitos da criança em nível de cada instituição em cada país;
- Cuidar da formação técnica e da capacitação do pessoal que trabalha na instituição;
- Elevar o prestígio e o nível de remuneração do pessoal, mediante uma adequada classificação, favorecendo a mudança da imagem que a sociedade tem dos que trabalham na área.

### II. Apresentação de um diagnóstico geral da situação da institucionalização de crianças e adolescentes na região latino-americana e caribenha, sob o título *O que encontramos?*

- estimados: 1 milhão de usuários em toda região - pequena cobertura (apenas 4% do total de crianças que necessitam da ajuda do Estado);
- falta de políticas em matéria de reeducação e proteção do jovem em situação irregular;
- imobilismo administrativo: burocracia e morosidade na transmissão e execução das decisões, qualquer que fosse a sua importância;
- indiferença e pessimismo pessoal;
- estrutura organizacional deficiente: direção desprovida de apoio e os departamentos reduzidos à expressão mínima não podiam garantir nem uma supervisão efetiva, nem a possibilidade de aplicação das normas e diretrizes emanadas das políticas traçadas e do planejamento dos programas de ação;



- pessoal não-qualificado em alta porcentagem: baixo salários e falta de um serviço de recrutamento e seleção;
- tratamento autoritário;
- mau ambiente físico (deterioração): dormitórios, banheiros e refeitórios, salas de aula, oficinas, áreas de lazer funcionando precariamente e mau aparelhados ou inexistentes;
- portas fechadas, notório ambiente carcerário;
- vestuário pobre, inadequado e incompleto;
- assistência massificada e despersonalizada;
- crianças e adolescentes com problemas diferentes mantidos juntos;
- baixa taxa de ocupação devido a fugas e a não aceitação de novos ocupantes para preencher vagas abertas;
- alto custo do funcionamento com baixa cobertura e inoperância;
- ausência ou escassez de contato da criança com a família e a comunidade: escassez dos dias de visita, localização geográfica, dificuldade de traslado dos familiares; imagem negativa projetada para a comunidade;
- sub-utilização da capacidade instalada: oficinas, granjas, salas de aula e áreas de recreação mau utilizadas, construídas sem planejamento, mau conservados;
- normatização excessiva, sem conteúdo pedagógico;
- não-participação da criança: segue uma rotina imposta e preestabelecida, sem que se utilize o potencial das crianças e adolescentes internos;
- sistema educativo formal, pobre e incompleto;
- maus tratos físicos e psicológicos como prática "normal": desde a simples e curta bofetada até surras com correia, vara, chicote, isolamento em celas de castigo etc.
- supervisão deficiente do nível central: formal, ritualista, inoperante.
- morosidade e inoperância administrativa no fornecimento de calçados, roupas, artigos essenciais, equipamentos, nos trâmites para admissão; transferência ou saída dos meninos;
- deficiência ou ausência de serviços médicos e dentários;
- absenteísmo do pessoal dirigente, docente, administrativo e auxiliar: falsificação de atestado médico, apadrinhamento, política partidária, etc.
- ausências de lazer dirigido, para fins recreativos, pedagógicos e terapêuticos;
- alimentação deficiente;



- degradação da criança: a) isolamento em calabouços ou celas b) plantão a qualquer hora do dia ou da noite c) cabeça raspada d) golpes e maus tratos físicos e) uniforme carcerário: números inadequados, cordas substituindo cintos f) calçado impróprio ou inexistente g) formação em filas para qualquer atividade em posição de: cabeça baixa, mãos nas costas, silêncio h) tratamento permanentemente rude e autoritário, com ordens, gritos, ameaças e castigos i) silêncio nos refeitórios na hora das refeições, com uso limitado de talheres, com a presença de professores e inspetores para manter a ordem, professores e inspetores servidos em mesas separadas, com talheres, louça e comida diferentes.
- deportação da criança: falta de regionalização dos serviços;
- repúdio e temor à mudança por parte do pessoal;
- politização do pessoal: adaptação do cargo ao indivíduo, por apadrinhamento e filiação política;
- produto humano obtido através do processo institucional: o não cumprimento do objetivo fundamental e prioritário, qual seja, a reintegração na sociedade de um indivíduo capaz, socialmente aceito e com um preparo médio compatível com o cidadão comum.

### III. Linhas metodológicas para a abertura institucional: *O que foi feito?*

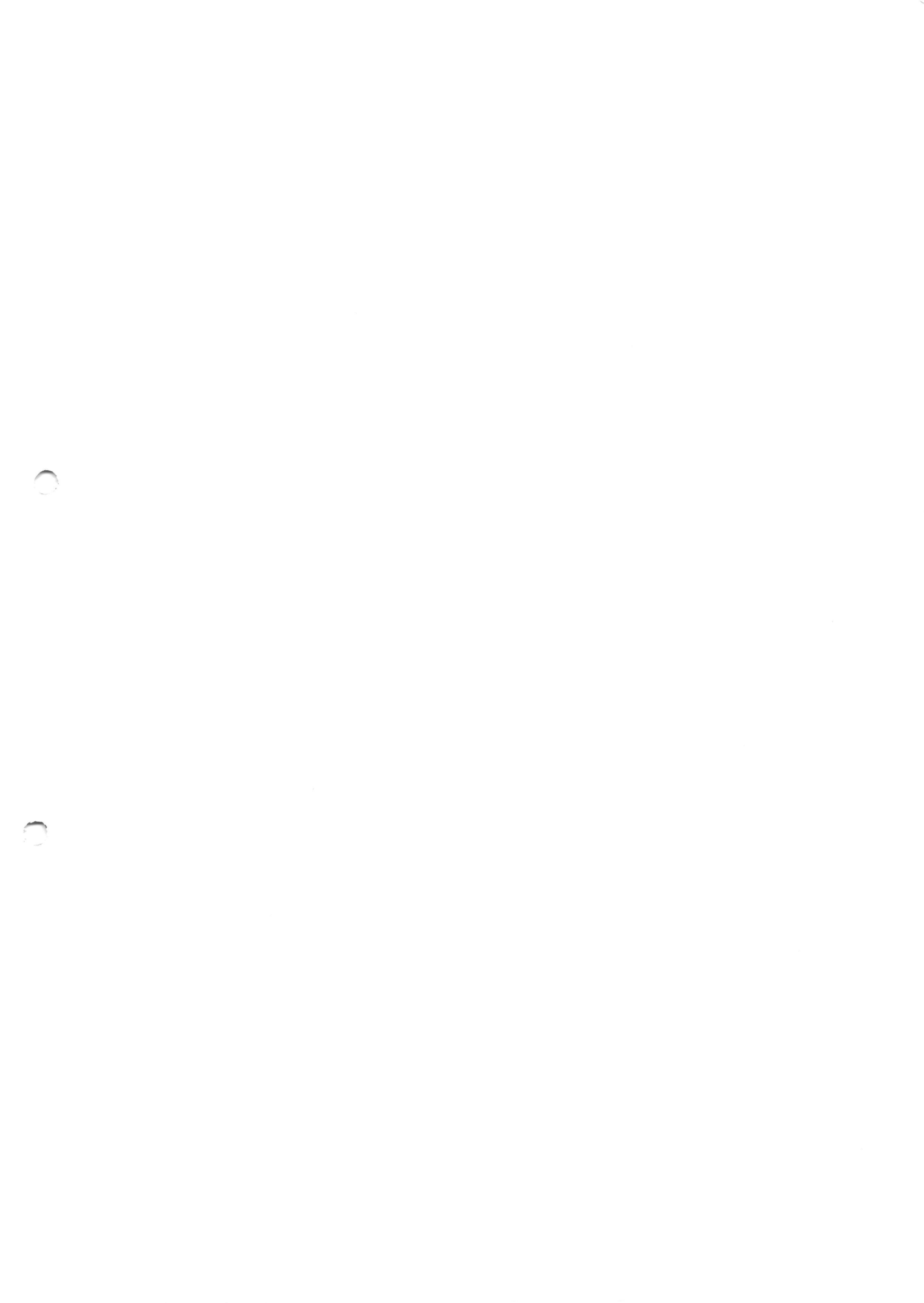
Período: 4 anos (1975-1979)

Apoio: Poder Executivo no seu mais alto nível; Presidência do Instituto do *Menor*.

População alvo: criança e adolescente institucionalizadas em situação irregular.

#### *Política da Divisão de Menores - Diretrizes gerais:*

1. Ampliar e melhorar a infra-estrutura física do Programa, mediante a construção de prédios *ad hoc* para sede de institutos (internatos, albergues, casas de triagem) e a reparação e remodelação dos existentes;
2. Promover a regionalização dos Serviços do Programa, em função das necessidades das diferentes zonas geográficas do país;
3. Reforçar e melhorar os Serviços de Divisão que atendem aos diferentes subprogramas;



4. Ampliar a cobertura do Programa de Assistência a *Menores* em Situação Irregular;
5. Melhorar a qualidade da assistência prestada às crianças e adolescentes institucionalizados na satisfação de suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, saúde, educação, etc.);
6. Assegurar o fornecimento de equipamentos e material às unidades operacionais;
7. Aumentar o quadro de pessoal em função do tipo e das necessidades das unidades operacionais e melhorar sua qualidade mediante critérios de seleção mais rigorosos e cursos de capacitação e treinamento;
8. Regularizar a situação administrativa do pessoal em serviço na Divisão, assegurando sua estabilidade e permanência;
9. Implementar novas normas de reeducação, para favorecer o desenvolvimento integral da criança institucionalizada e a sua reinserção positiva no meio social;
10. Abrir progressivamente os institutos de reeducação à comunidade;
11. Incrementar os programas de assistência em regime institucional de caráter aberto;
12. Reduzir a mínimo o período de institucionalização da criança, aumentando o rendimento dos institutos e utilizando a máximo os recursos que a comunidade oferece;
13. Humanizar o tratamento dispensado à criança em todos os serviços da Divisão;
14. Criar novas alternativas educacionais e ocupacionais para a criança sob sua proteção e assistência (inscrição em liceus militares, institutos técnicos, trabalho em fábricas, etc.);
15. Fortalecer os programas de atividades especiais (socioculturais, recreativas, visitas dirigidas, etc.);
16. Promover programas de férias para as crianças que permanecem nos institutos durante os meses de agosto e setembro (férias escolares);
17. Planejar em caráter experimental a criação de institutos com população mistas em áreas geográficas habitadas predominantemente por indígenas;
18. Melhorar as condições em que se ministra o ensino vocacional (oficinas e granjas) nos institutos de reeducação;
19. Expedir normas regularmente, a fim de estabelecer, no plano técnico e administrativo, critérios coerentes para o funcionamento dos institutos, sem que isso

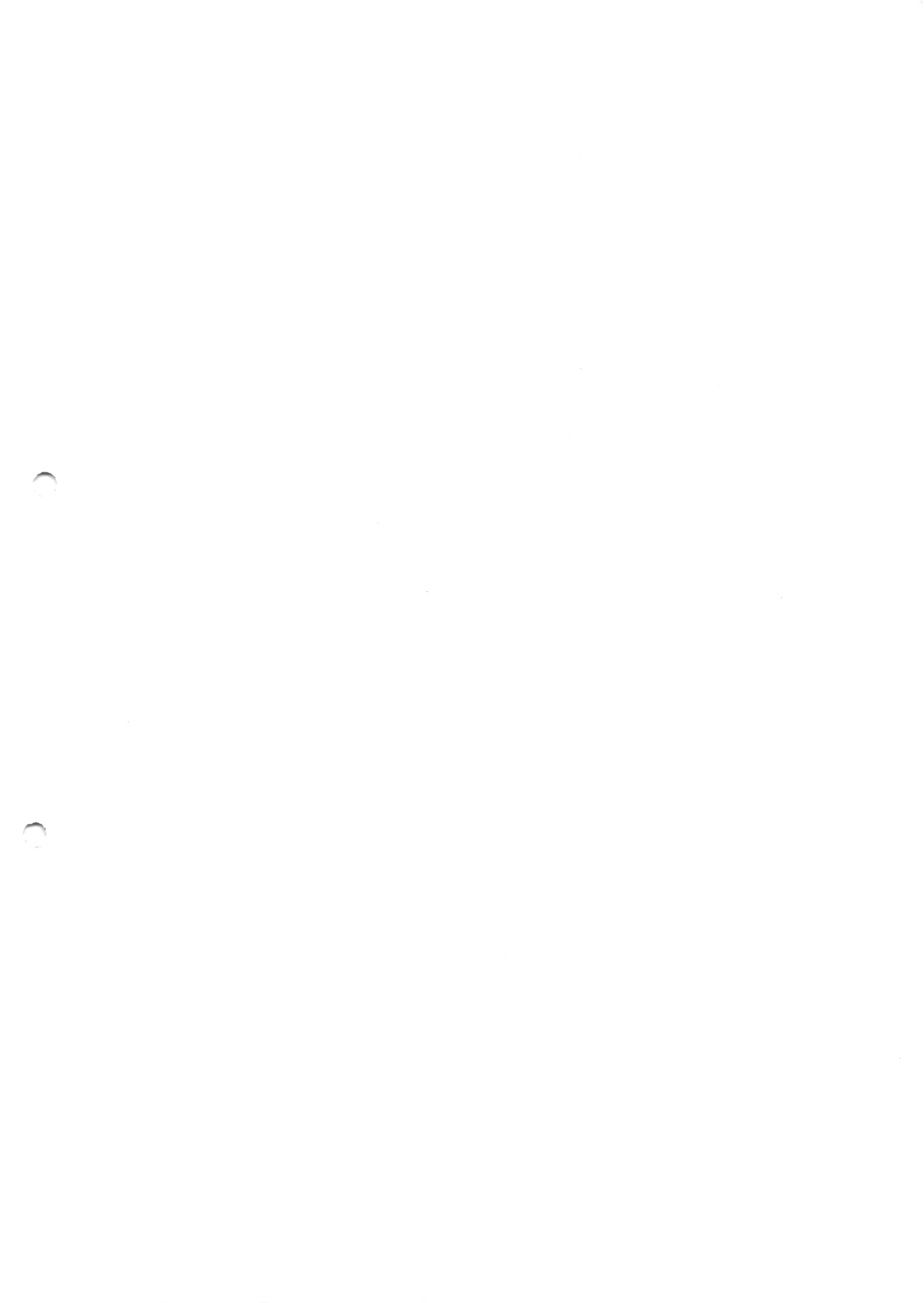


implicasse restrição da flexibilidade e criatividade que a dinâmica de reeducação das crianças e adolescentes em situação irregular requer;

20. Franquear aos meios de comunicação social o acesso aos institutos, para que conhecessem a realidade da assistência proporcionada nesses estabelecimentos, e prestar-lhes todas as informações solicitadas sobre o trabalho da Divisão de *Menores*;
21. Intensificar a coordenação com outros organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e utilizar os recursos que estes pudessem proporcionar nas áreas de sua especialidade;
22. Aplicar a política de participação do pessoal na elaboração da programação a ser cumprida pela divisão;
23. Planejar novos institutos cuja criação estivesse prevista no orçamento;
24. Incentivar a elaboração e publicação de material de trabalho e divulgação sobre a Divisão de *Menores*;
25. Cumprir uma programação de visitas periódicas, a cargo do pessoal de direção da Divisão, aos institutos em todo o território nacional;

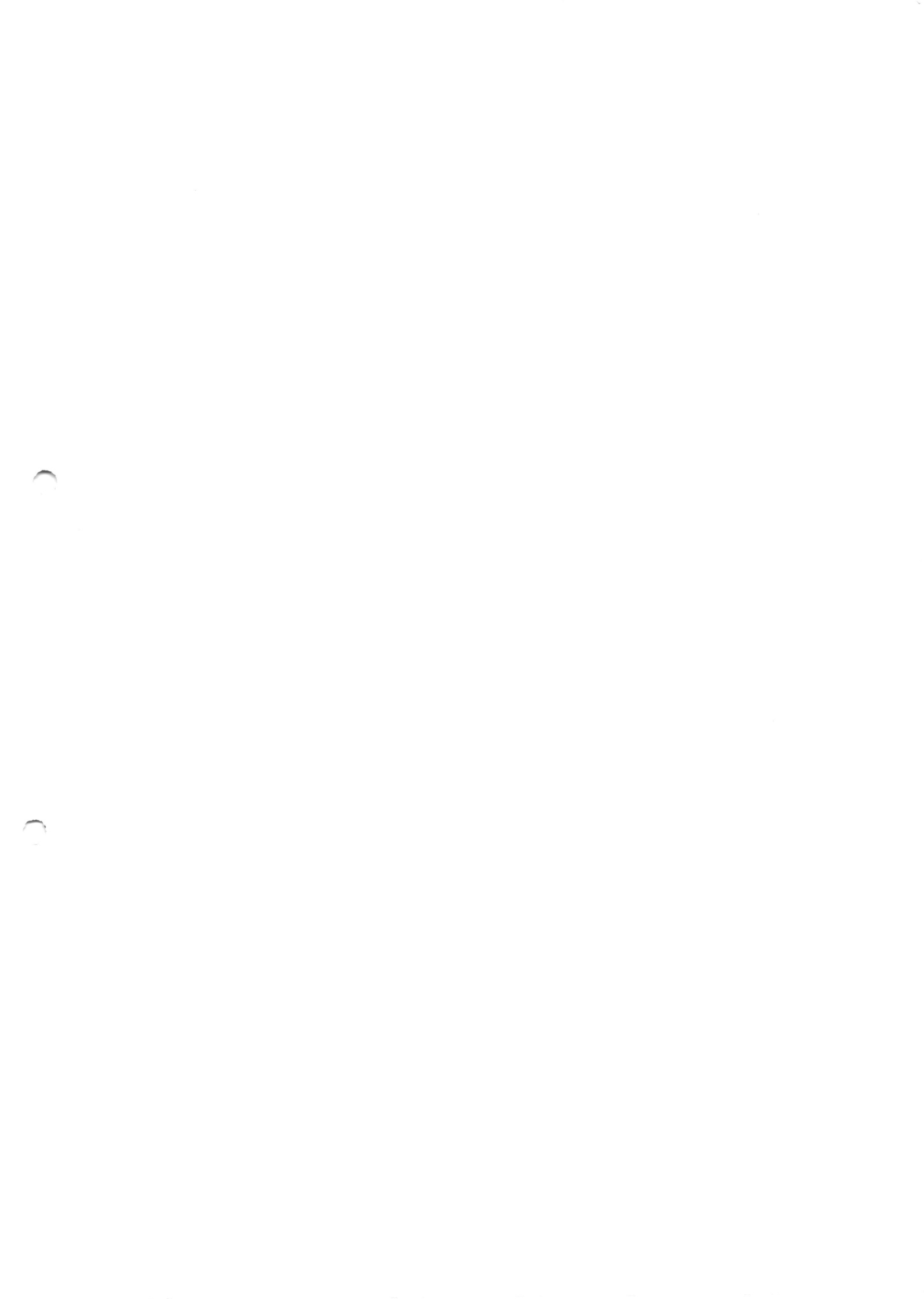
#### *Resultados alcançados:*

1. Regionalização dos serviços da Divisão: entre 1977 e 1978 foram criados 30 novos estabelecimentos, obedecendo os critérios de regionalização dos serviços, objetivando o não-afastamento da criança de seu meio e de sua família.
2. Ampliação e melhoria da Rede:  
em 1975: 88 estabelecimentos, dos quais 80% funcionava em condições deficitárias.  
Depois de 4 anos: 117 unidades operacionais, 90% funcionavam em condições adequadas, com um rendimento de acordo com seus objetivos, passando a constituir exceção aquelas cuja atuação apresentava falhas graves.
3. Ampliação da cobertura:
  - Foram criados novos estabelecimentos, reabertos outros que estavam fechados.
  - Foi tomada uma série de medidas para que os estabelecimentos funcionassem com plena capacitação e não foi admitido que se negassem vagas a crianças que se encontravam em situação irregular.
  - Implementação de mecanismos com vistas a agilizar a triagem e mobilização das crianças institucionalizadas: tempo de internação fosse o mínimo possível.



4. Dotação de equipamentos e materiais:
  - saneamento de deficiências mediante fornecimento de camas, colchões, roupas de cama, geladeiras, utensílios de cozinha, material escolar, desportivo e de recreação etc., colocando as instituições num nível de aparelhamento adequado.
5. Fortalecimento das unidades técnicas operacionais e serviços:

a longo prazo: fortalecimento dos serviços mediante o incremento prudente e progressivo do número de cargos, passando cada caso por rigoroso e racional exame das respectivas necessidades.
6. Direção do programa:
  - contratação de uma assessoria técnica e de um coordenador administrativo
  - criação da subdireção do Programa: apoio e controle das atividades técnicas-operacionais e ações inter-institucionais se diversificaram.
7. Incremento do Departamento de assistência institucional:
  - supervisão em escala nacional;
  - intervenção nas instituições;
  - participação em reuniões com o fim de estabelecer reestruturação do Programa;
  - colaboração com a Assessoria da Divisão na composição de comissões de trabalho e na elaboração de projetos, programas, instrumentos etc.
  - agilização na remoção das crianças dos albergues e casas de observação;
8. Departamento de ensino vocacional:
  - esforços para por em funcionamento oficinas que se encontravam paradas;
  - convênios com outros organismos públicos e privados para a formação técnico-profissional;
  - doação de máquinas e convênio de assessoramento técnico;
  - promoção de cursos para funcionários: curso de formação profissional para dirigentes dos internatos, curso sobre atualização de instrutores de oficinas de ensino vocacional, curso de aperfeiçoamento de instrutores de agropecuária, etc.
  - abertura de uma loja destinada ao comércio didático.
9. Departamento de ajuda juvenil: excelente resultado  
aumento do quadro de agentes, cargos de coordenadores que possibilitaram uma melhor distribuição do trabalho e um campo maior de ação: criação de Novas Zonas;



Controle do Trânsito de crianças em Escala Nacional; Recolhimento de Crianças em situação irregular; assistência a tribunais; capacitação do pessoal (seminários e cursos); relação com diferentes corporações policiais (aprimoramento da cooperação mútua); supervisão e localização de crianças desaparecidas.

10. Seção de Observação e Assistência em Meio Aberto (liberdade vigiada):

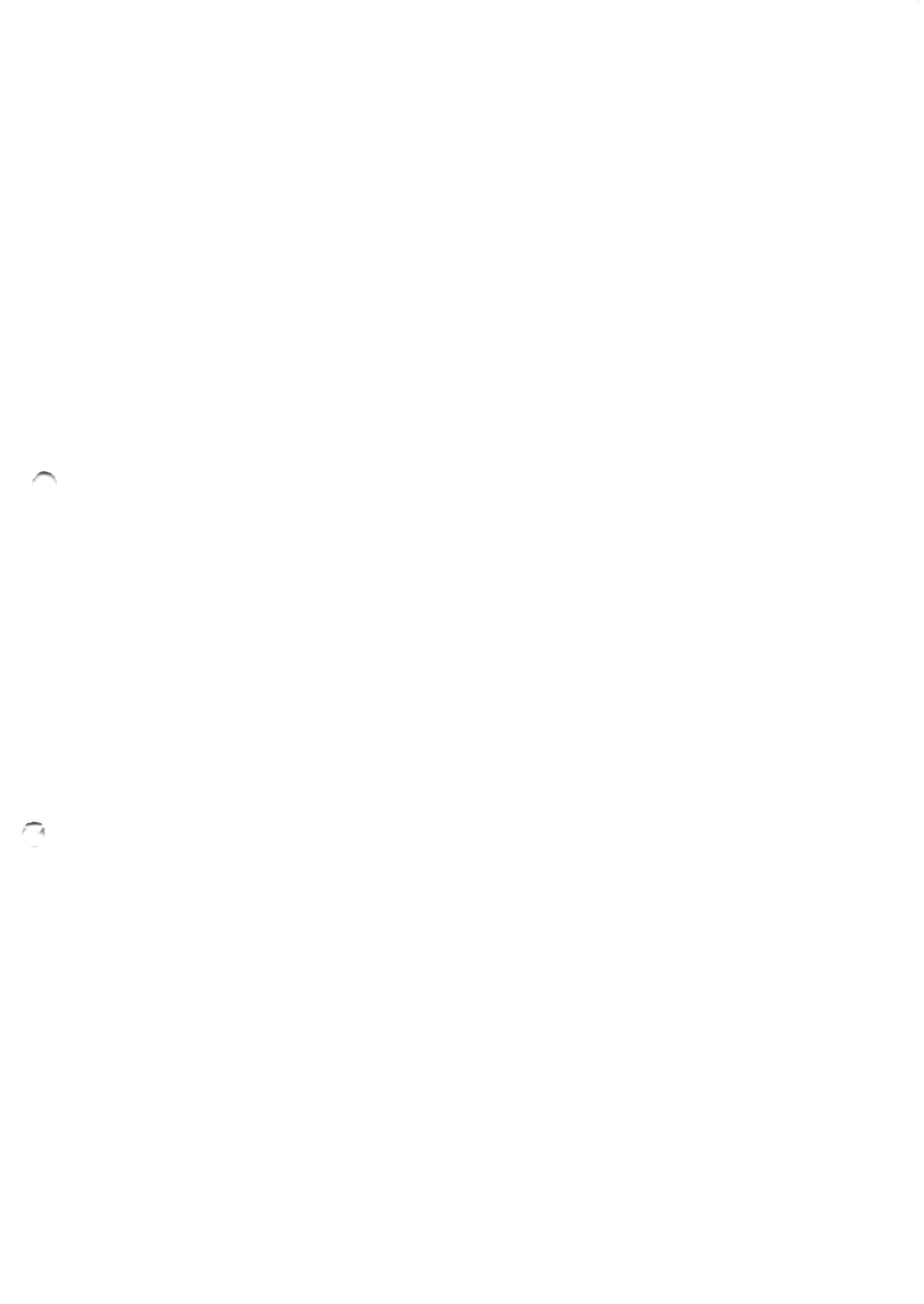
Reestruturação dos serviços com a preparação dos seguintes trabalhos: Folhetos técnicos; projeto de programas-base; folheto instrutivo (apoio ao pessoal com atividades em meio aberto); criação de novos cargos de instrutores (I e II); admissão de 17 novos funcionários; visitas aos Estados onde a Liberdade Vigiada funcionava, levando instruções e recomendações; visitas aos estados desprovidos desse serviço; criação em 78 do Programa "leiteira", para crianças de 0-6 anos; a partir de 78 passaram a ser assistidas todas as crianças e adolescentes egressos dos albergues e reintegrados ao lar.

11. Política de pessoal:

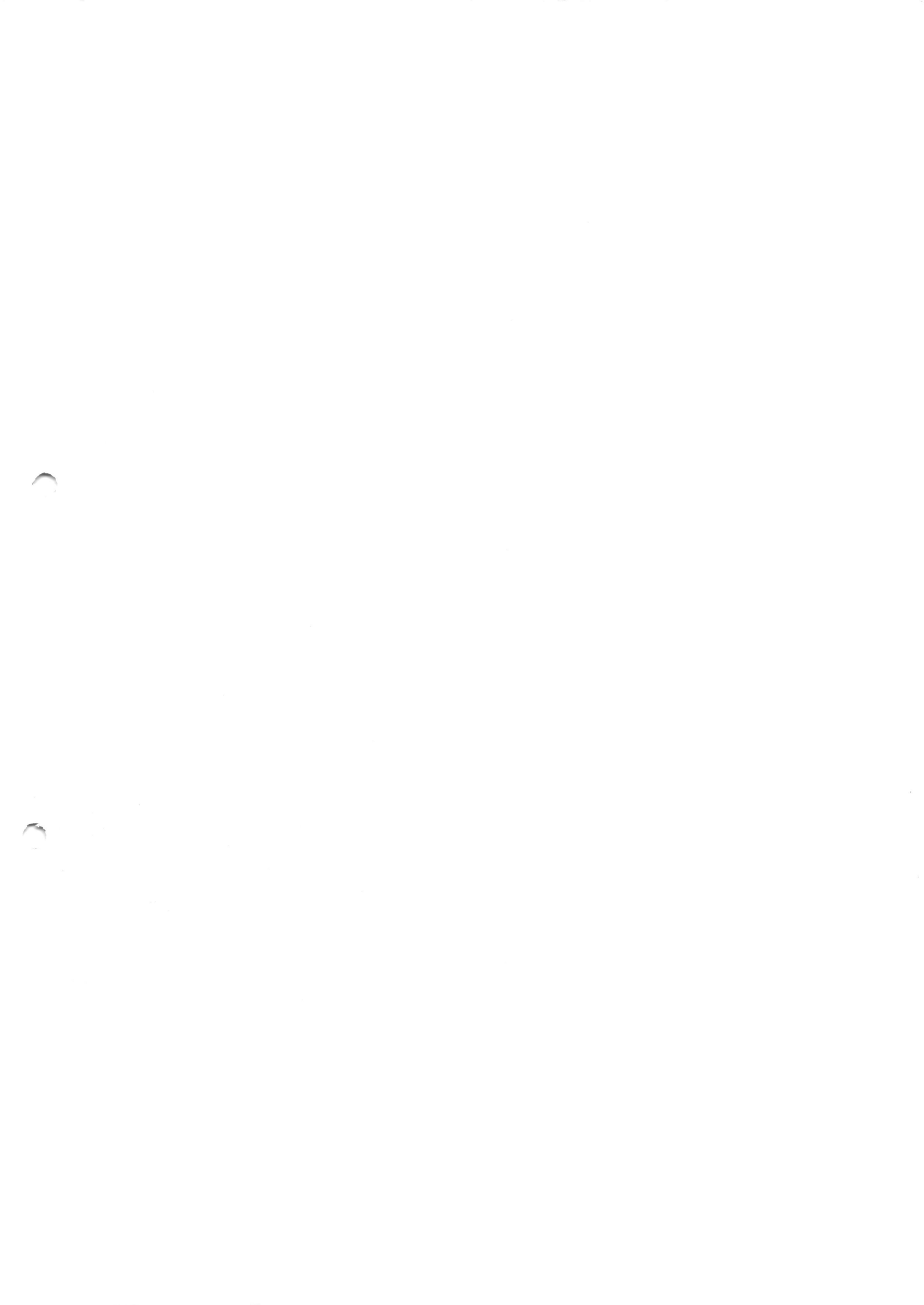
aprimoramento e rigor na seleção de funcionários; promovidos cursos, seminários, jornadas, palestras etc., publicações sobre o tema reeducação, concessão de bolsa de estudos para o Exterior com o objetivo de apreenderem experiências estrangeiras aplicáveis à realidade nacional, saneamento de falhas antigas, aumento de salários.

12. Elevação da qualidade da assistência integral às crianças, satisfação de suas necessidades básicas:

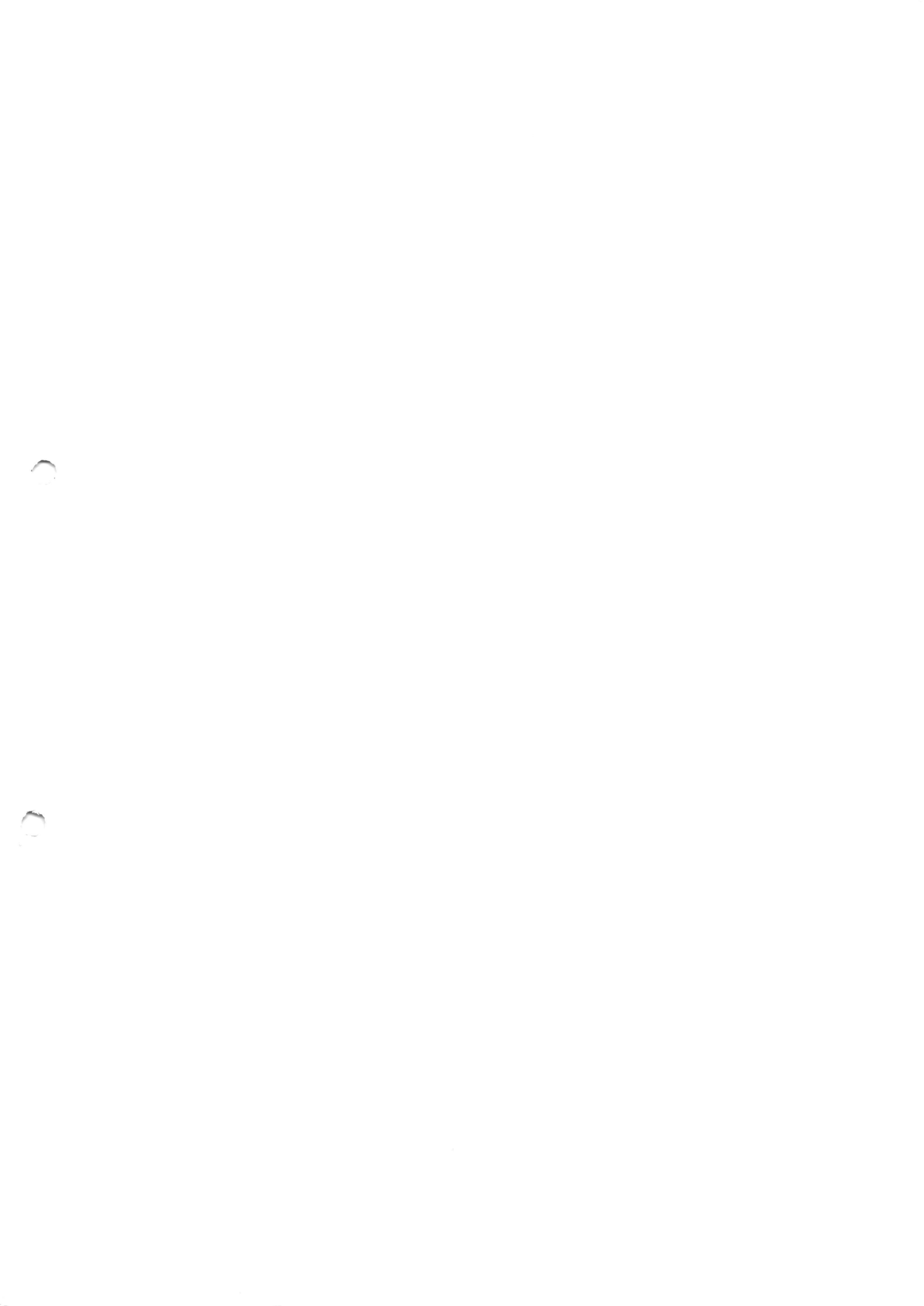
- alimentação: duplicação da verba; controle da composição do cardápio; fixação de horário mais racionais; adoção de merenda à noite, antes de dormir; promoção de cursos de nutrição.
- vestuário: substituição do uniforme "caqui" por "jeans" e camisas coloridas; fornecimento de calçados e roupa interior; liberdade de escolha da vestimenta; instalação de armários individuais.
- Saúde: ficha médica individual, custeamento de tratamentos médicos, intervenção cirúrgica, especialistas, colocação de prótese; criação do Centro Odontopediátrico; assistência psicológica, psiquiátrica e psicopedagógica; trabalhos ministrados no Instituto de Fonoaudiologia Juan Pablo Bonet com crianças surdo-mudas.



13. Humanização do tratamento dispensado à criança:  
proibição de maus tratos e agressões; aplicação de sanções (demissão); instauração de processos administrativos e dispensa de 200 funcionários e mais 200 pediram demissão; eliminação de práticas vexatórias e humilhantes (raspagem de cabelo, suspensão de visitas de familiares e de alimentação, etc); limitação da prática de isolamento (mantendo-se apenas quando necessário); orientação do pessoal que assiste diretamente as crianças e os adolescente no sentido de suas funções não serem de vigilância e controle, mas de apoio, orientação, ajuda.
14. Novas diretrizes em matéria de reeducação:  
abertura de canais na comunidade, promovendo a interação entre esta e os institutos (utilização de centros educacionais públicos, trabalho externo, etc); estímulo da participação da criança na própria reeducação; incremento de programas em regime aberto.
15. Expansão de Programa de Casas-lar e Lares-escola:  
duplicação desse serviço, a fim de incrementar a interação da criança com a comunidade.
16. Fortalecimento do Programa de Atividades Especiais:  
ampliação da cobertura com atividades sócio-recreativas.
17. Planos de férias para crianças institucionalizadas: visitas a outros institutos e utilização de colônias de férias.
18. Normas e diretrizes aplicáveis às unidades operacionais: trabalho realizado progressivamente no sentido de corrigir distorções e dar homogeneidade e coerência na organização e funcionamento da estrutura institucional.
19. Coordenação com outros organismos públicos: ações coordenadas com vários outros organismos, como Ministérios, institutos educacionais, faculdades, fundações etc.
20. Participação do pessoal na Programação da Divisão: consulta direta, verbal ou escrita; solicitação de trabalhos; participação em reuniões, palestras etc.
21. Planejamento de Novos Institutos.
22. Elaboração e publicação de material de trabalho e divulgação: folhetos, planilhas, material de apoio, guias, conclusão de seminários, etc.



23. Visitas as instituições por dirigentes da Divisão.
24. Política de Informação pública - meios de Comunicação: transparência para a imprensa e para o público em geral.



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Ação Guambras: Programa não convencional de atendimento a criança da rua - Equador*. (Série Metodológica, 2), Programa Regional Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis. Bogotá: UNICEF/INNFA, 1987.

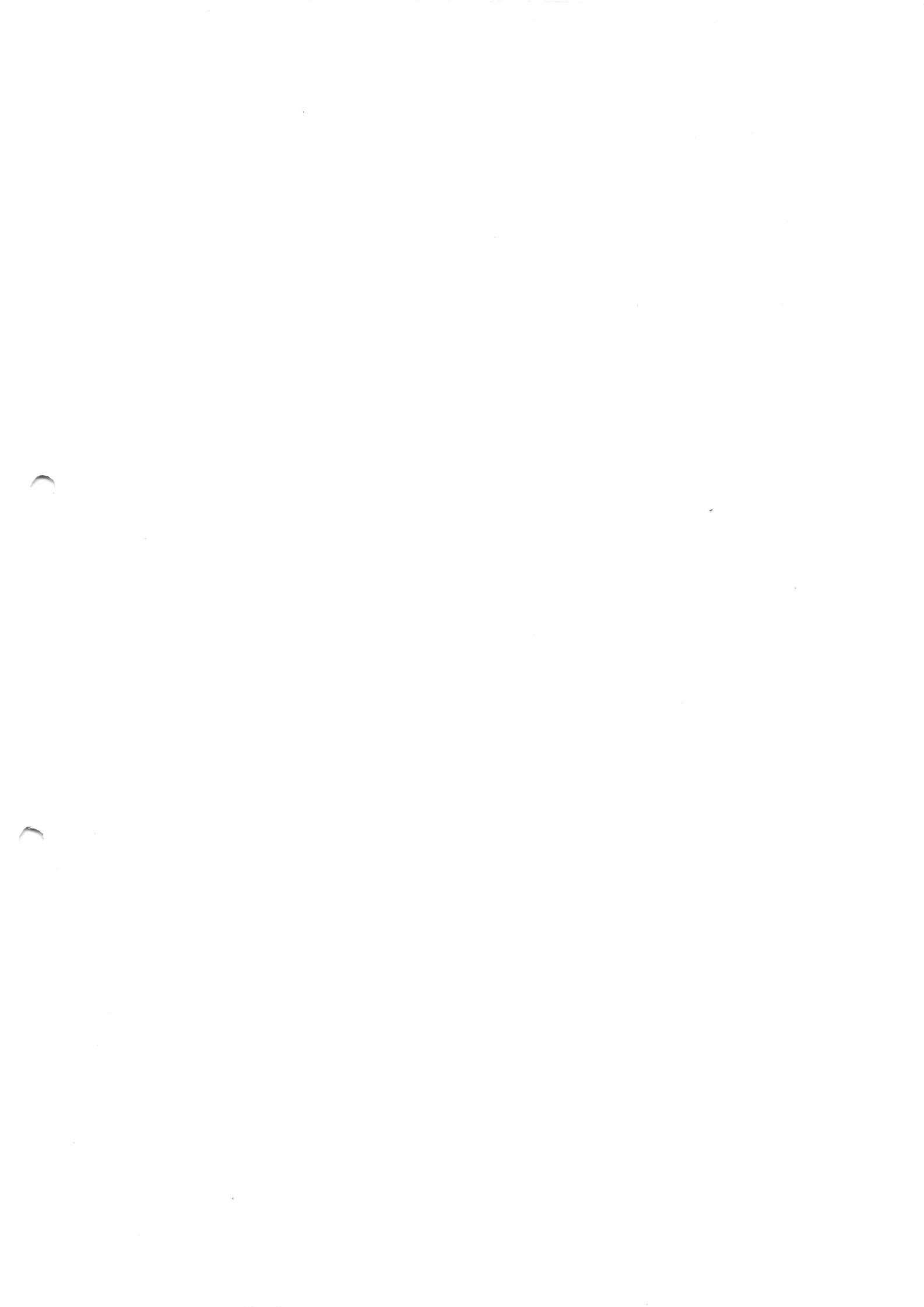
**Assunto:** Trata-se de divulgação da adoção de um programa não-convencional, a Ação Guambras, de atendimento, apoio e promoção da criança da rua, promovido pelo UNICEF, conveniado com o Instituto Nacional da Criança e a Família - INNFA, do Equador. A publicação trás os objetivos do programa, as metas e as modalidades de serviço e atendimento a serem implementadas, bem como uma breve avaliação dos êxitos do projeto na cidade de Quito.

**População alvo:** crianças da rua, nas cidades de Quito e Guaiaquil.

**Objetivos:** Em linhas gerais, o programa visa a prestação de serviços no mesmo meio em que as crianças desenvolvem habitualmente suas atividades: crianças abandonadas que não trabalham, mendigos, que trabalham e não possuem família, que trabalham e possuem família, ou que enfrentam outras situações, como uso de drogas, exploração sexual, prática de roubo, ou ainda aqueles que são analfabetos ou abandonaram a escola, etc. O programa se desenvolve na rua, utilizando-se da figura do promotor da rua, como eixo de enlace nas ações do programa. A função do promotor seria a de realizar os primeiros contatos entre a criança e o Programa, através de ações recreativas e instrumentos de comunicação horizontal, objetivando desenvolver acesso da criança aos serviços oferecidos.

Quanto aos objetivos específicos, o programa visa:

- Analisar a situação dos grupos de população infantil afetados por algum tipo de problema social;
- Desenvolver ações inovadoras, tendentes a melhorar a situação caracterizada pelo mencionado estudo, sob o enfoque de participação da comunidade;



- Promover a participação das organizações que formam parte do INNFA no desenho e execução das ações orientadas a superar os problemas assinalados, mediante atividades de capacitação e contato com a comunidade.

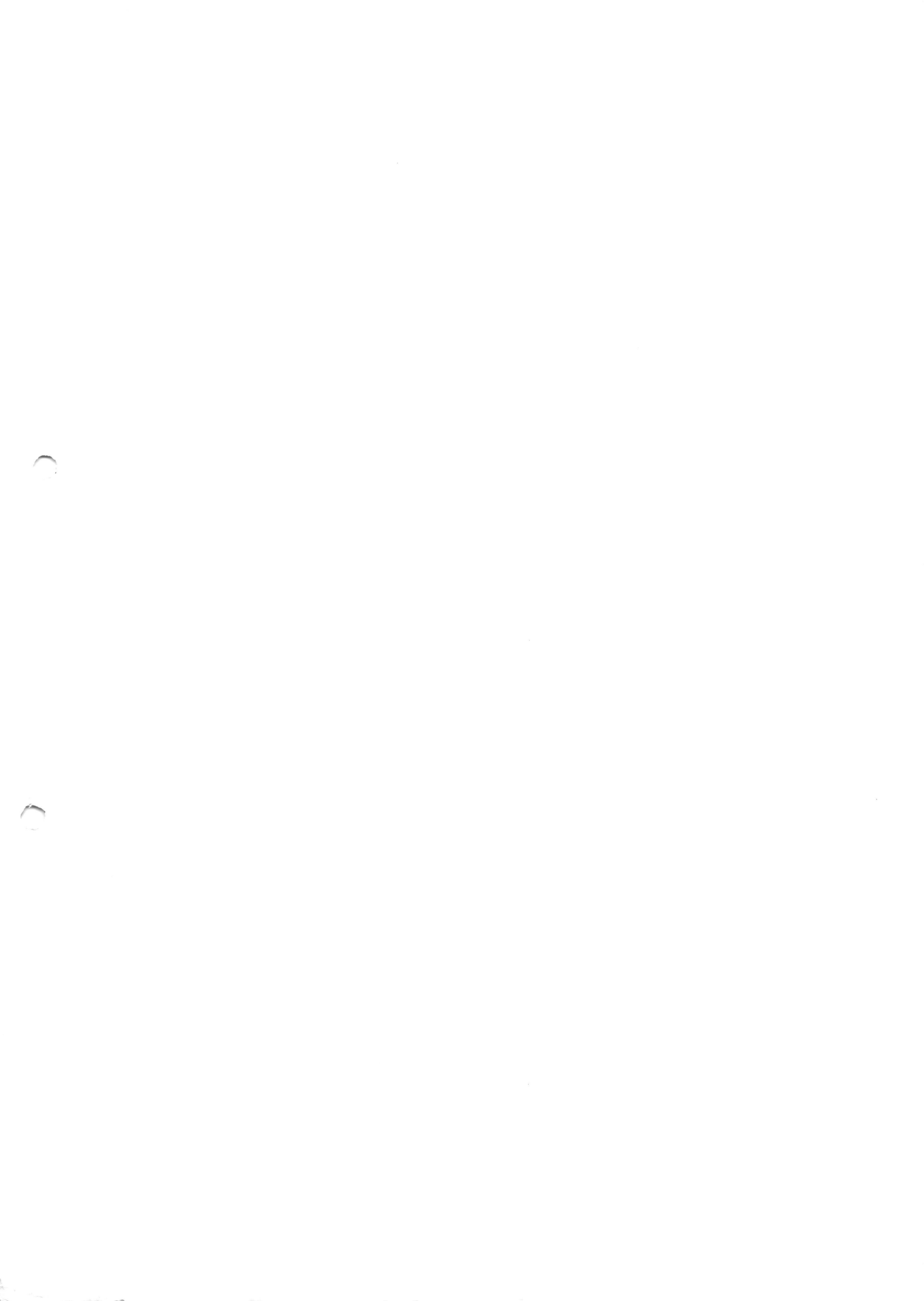
**Conteúdo (abordagem/metodologia):** As metas do programa consistem em realizar um estudo descritivo e explicativo da situação da infância do país, identificando os problemas principais que a afetam (áreas urbano-marginais); delinear dois projetos de ação de caráter demonstrativo, que permitam a abordagem dos problemas relativos à situação da criança abandonada, da criança trabalhadora e o uso adequado do tempo livre; realizar cinco eventos de capacitação com o pessoal voluntário das filiais do INNFA; cobertura populacional de 200 crianças da rua, para fase experimental, tanto em Quito como em Guayaquil. Para tal, o programa adota os seguintes procedimentos:

1. determinação de setores que devem ser pesquisados, seguindo os seguintes critérios: concentração de atividade comercial; concentração populacional; concentração de crianças que trabalham, durma, mendiguem, perambulem pela rua.
2. definição da população infantil objetivo do programa e cálculo quantitativo de suas condições gerais de vida, seguindo os seguintes passos: pesquisa utilizando-se das variáveis sexo, idade, ocupação, lugar de residência, escolaridade, pessoas com quem vive a criança, período de permanência na rua; tabulação e análise da informação colhida.

No que se refere a modalidade de atendimento, o modelo tenta abrir, dentro da cidade, dentro do espaço de sobrevivência da criança (a rua), uma série de mecanismos de atendimento, que se concentram no desenvolvimento dos componentes e serviços específicos:

- Saúde: realização de um *check-up* médico anual e modelos de capacitação em educação para a saúde e a higiene.
- Nutrição: prover ao menos 60% das necessidades proteico-calóricas para as crianças e desenvolver habilidades e movimentação para fazer do ato de comer um momento de socialização e participação nos labores relativos à alimentação: preparar a mesa, servir comida, limpeza etc.

Utilização de refeitórios populares (refeitórios de bairro).



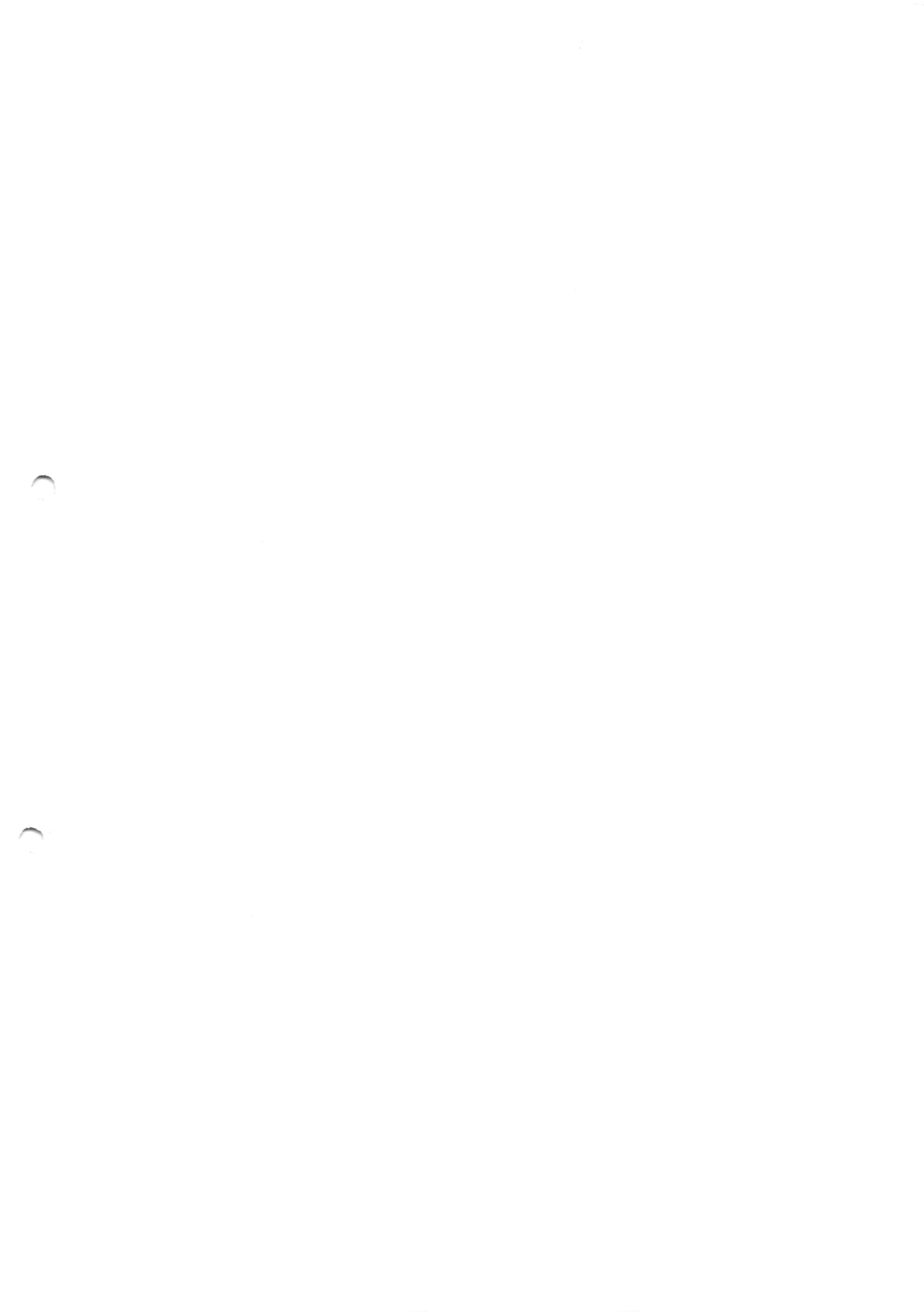
- Recreação: Processo lúdico educativo-organizativo: atividades esportivas e de expressão corporal.
- Educação: Apoio escolar (ajuda no cumprimento de tarefas); alfabetização; compra de artigos escolares; informação a um docente sobre a atuação das crianças.
- Habilitação ocupacional: preparar melhor a criança para que realiza o seu trabalho na rua.
- Serviço albergue.

A implementação desse projeto envolve desde a seleção e treinamento de pessoal e a localização de grupos de crianças na rua, até a seleção dos centros de referência, refeitórios populares e coordenação com serviços médicos públicos.

#### **Resultados do projeto:**

- Realização de um diagnóstico da problemática da criança da rua;
- atendimento médio: 320 crianças;
- Serviços prestados: check-up realizado em 332 crianças, sendo que 95 foram encaminhadas a especialistas; instalação de 12 refeitórios populares, com capacidade para 30 crianças; 32 crianças terminaram sua educação compensatória e 140 recebem apoio para a realização de tarefas educativas; foram enviadas 15 crianças aos dois albergues existentes na cidade; realização de um evento recreativo por grupo de criança por semana e eventos extraordinários uma vez por mês.

**Considerações preliminares:** Embora esteja dentro dos limites de uma política compensatória, o projeto apresenta-se como uma alternativa de atendimento não-institucional a criança da rua, ou seja, sem recorrer a assistência tradicional de internatos ou semi-internatos.



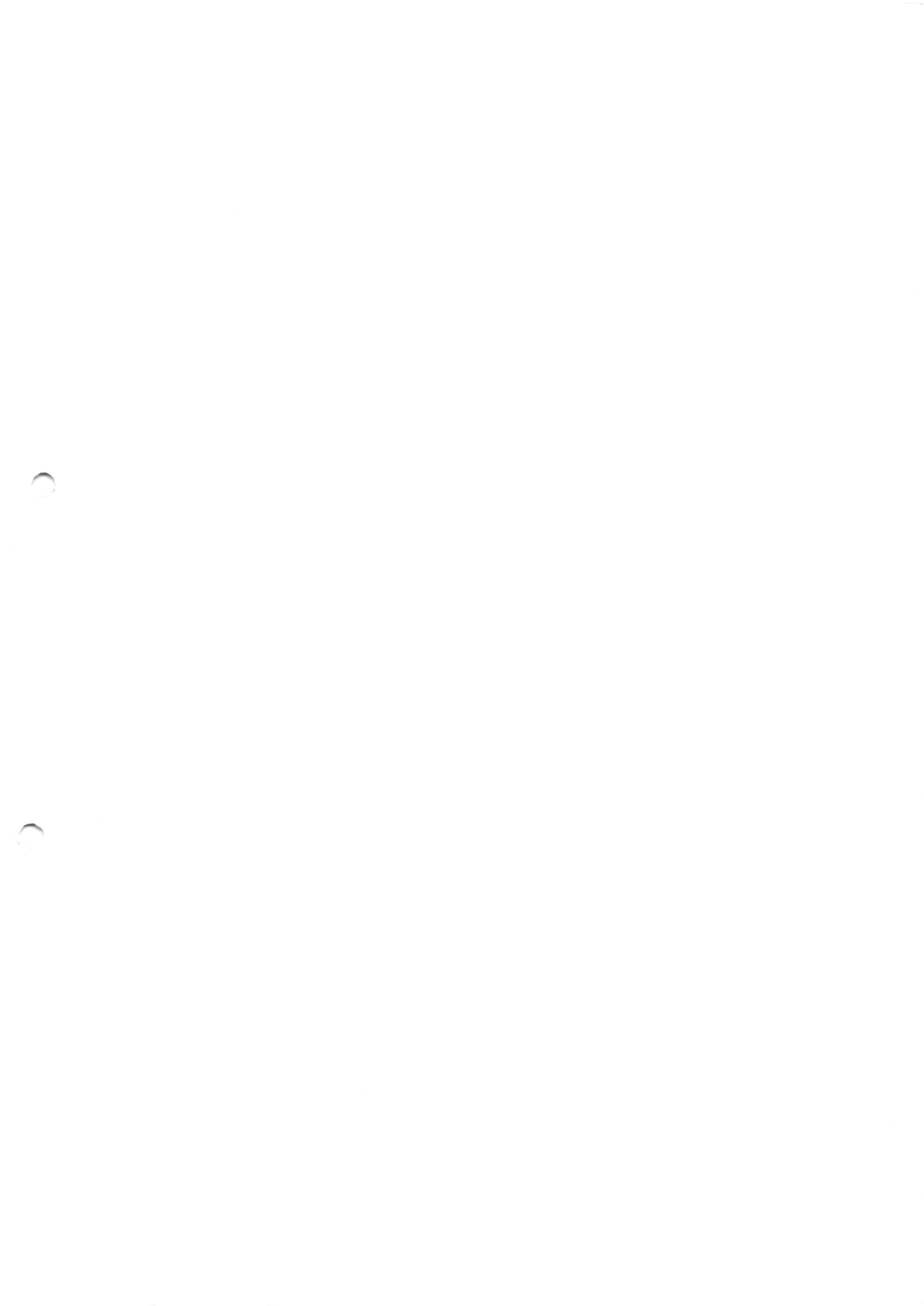
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Novas alternativas de atendimento para a criança de e na rua do México*. (Série Metodológica, 3), Programa Regional Crianças em Circunstância Especialmente Díficeis. Bogotá: UNICEF, 2ª ed., 1989.

**Assunto:** Trata-se da descrição de uma experiência, iniciada em agosto de 1983, na cidade de Coatzacoalcos, Estado de Veracruz, México, com crianças da rua ou "pelones", que tem como objetivo geral melhorar suas condições de vida, a partir da necessidade da própria criança. A publicação engloba os diversos passos dados para a implementação do projeto, iniciando com um diagnóstico das condições da criança pobre mexicana, para em seguida assinalar os objetivos, as metas e a metodologia utilizadas.

**População alvo:** criança de e na rua.

**Diagnóstico:** Segundo um levantamento feito junto a população urbana mexicana que vive em condições precárias de vida e sem acesso aos serviços básicos, concluiu-se que, num contexto geral, os problemas que afetam os *menores* de idade diferenciam-se de acordo com suas características psico-biológicas e, embora não sejam independentes das comunidades onde vivem, nem de suas famílias, convertem-nos em grupos vulneráveis específicos:

1. Constituído por crianças de 0-6 anos, cuja situação geral nas colônias marginais urbanas e assentamentos precários está delimitada por: alta taxa de morbi-mortalidade; falta de adequada atenção pré-escolar, agravada por situações de abandono parcial e carência de serviços às mães e crianças; carência de estímulo após o primeiro ano de vida, agravado pelo analfabetismo da mãe; não acesso de cerca de 55% destas populações aos serviços institucionais de saúde e educação pré-escolar.
2. Constituído por crianças entre 7-14 anos e adolescentes de 14-18 anos, com seus problemas específicos: entrada precoce no mercado de trabalho em condições não apropriadas para sua idade; presença da criança urbana e rural na rua; ausência e deserção escolar; consumo de estimulantes e inalantes; carência de educação sexual;



gravidez precoce e filhos não desejados; comportamentos anti-sociais; poucas oportunidades de habilitação profissional; tratamento inadequado e pouco atendimento por parte de diversas instituições (segmentados, repressivos etc.).

O programa fornece um roteiro para aprofundar o diagnóstico, dando conta das particularidades e as tendências do desenvolvimento socioeconômico de cada área ou cidade: conhecimento do meio e a relação com o meio.

O conhecimento mais amplo do campo operativo e da criança e suas relações permitirá adequar e definir o projeto, suas atividades e intervenções.

**Objetivos:** De modo geral, o programa objetiva melhorar as condições de vida da criança e do adolescente a partir de suas próprias necessidades, dividindo-se em 2 fases:

1. Fase de Recuperação ou Reabilitação:

- Estabelecer formas de interação com as crianças da rua, para determinar com elas suas necessidades;
- Incorporar a comunidade imediata nesse processo;
- Iniciar intervenções nas condições de vida que devem ser melhoradas (alimentação, abrigo, recreação, trabalho, habilitação-educação, afeto e saúde);
- Procurar reduzir a incidência e prevalência das crianças da rua;
- Iniciar a reintegração familiar em suas próprias famílias ou em ambientes familiares dentro da sua comunidade;
- Iniciar modelos de auto-sugestão e ambiente familiar com as crianças impossíveis de recolocar ou reintegrar.

2. Fase de Prevenção e Manutenção:

- Consolidação de projetos produtivos com crianças trabalhadoras;
- Habilidade contínua em diversos níveis;
- Cuidado do espaço de alto risco, onde reaparecem, eventualmente, outras crianças;
- Busca de continuidade dentro das mudanças políticas;
- Busca de autofinanciamento e consolidação de grupos comunitários que defendam e querem manter o projeto;
- Assessoramento e extensão do projeto a outros espaços;



- Gerar uma estrutura técnico-administrativa de apoio em nível estatal;
- Incorporar mais recursos comunitários e técnicos e ampliar a sensibilização massiva;
- Convergência com ações de outros projetos;

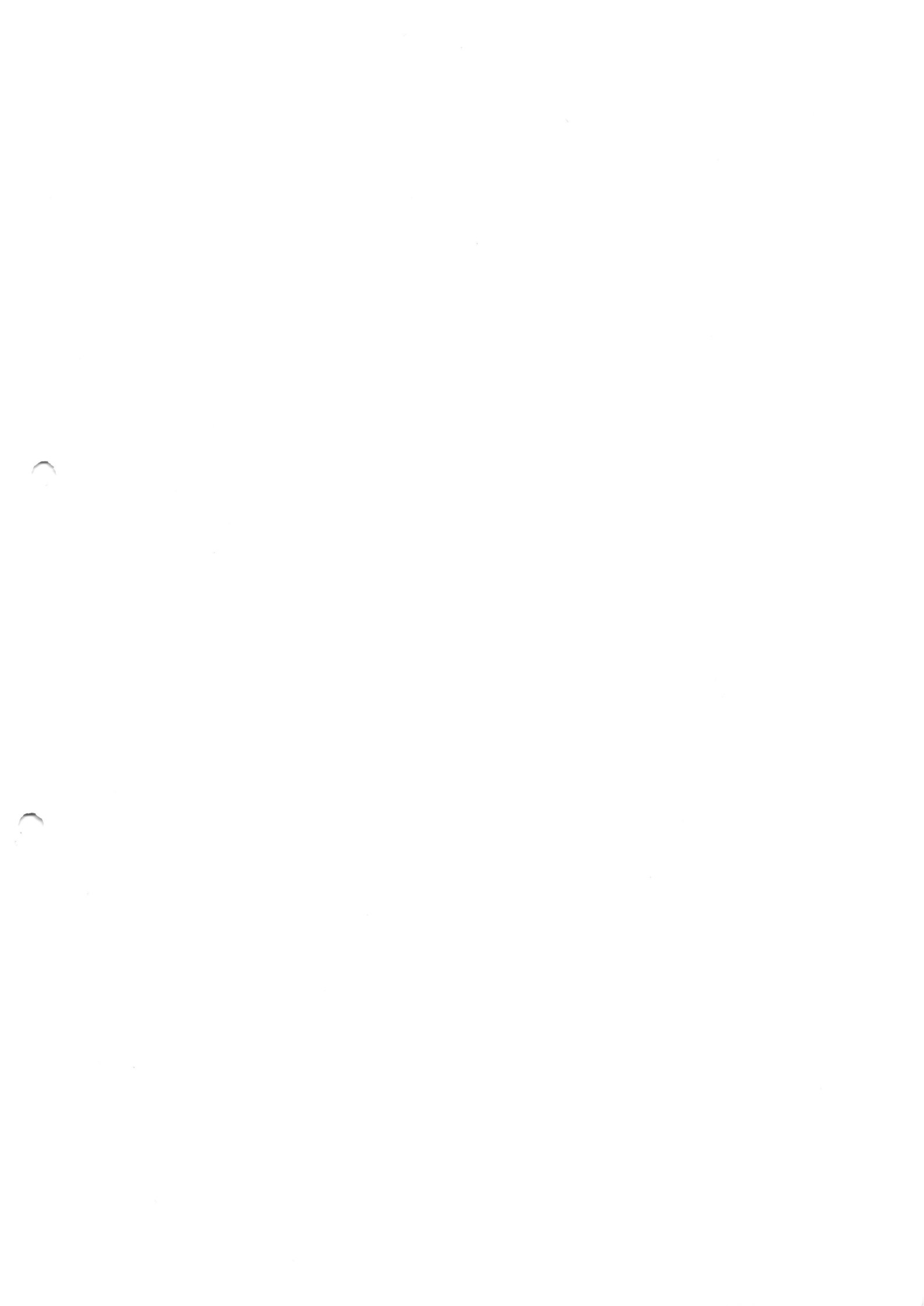
**Conteúdo (abordagem/metodologia):** É estabelecida uma metodologia para cada fase do programa. Na Fase I, Recuperação ou Reabilitação, o trabalho se desenvolve com crianças da rua seguindo os seguintes passos metodológicos:

1. Observação a distância: conhecer a zona, o espaço e o estilo de vida das crianças;
2. Aproximação a zona ou contato com a zona: descobrir formas de penetrar no grupo e aprofundar o conhecimento do estilo de vida.
3. Aproximação progressiva à criança ou contato com o grupo: tornar-se familiar.
4. Entrada no grupo: através de contatos mais íntimos e objetivos.
5. Permanência no grupo: permanecer e começar a intervir, de acordo com suas necessidades e os recursos de que dispõem.

A partir daí, inicia-se o processo de afastá-los por si mesmos das áreas de perigo (onde consumiam drogas, comportamentos anti-sociais etc.), bem como o de avaliação da família e possível reintegração. O Programa orienta como deve-se proceder a cada passo e prevê as diversas dificuldades que poderão ser encontradas.

A Fase II, de Prevenção e Manutenção, poderá ser implementada como continuidade, simultaneamente ou independentemente da Fase I. Tratando-se de processo contínuo ou simultâneo, aplica-se os mesmos passos metodológicos e ensinamentos obtidos na Fase I. Nesta Fase II, há quatro áreas de intervenção principais:

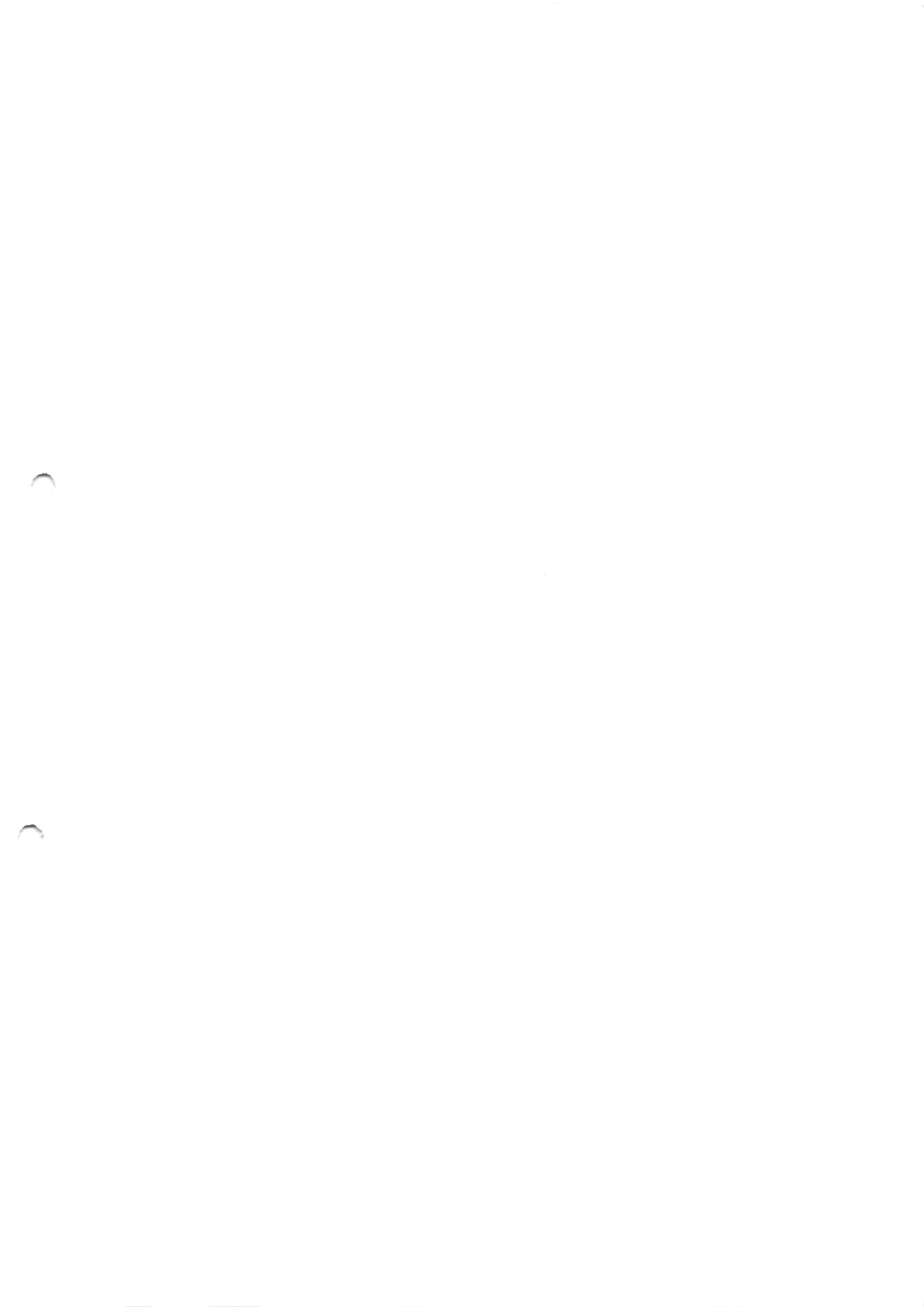
1. trabalho preventivo nas escolas primárias da cidade: incorporação da escola/professor como eixo preventivo de possíveis crianças com problemas.
2. Trabalho com a família: visitas familiares ou reuniões com as famílias em lugares adequados, a fim de fortalecer os laços inter-familiar, para que haja menos possibilidade de expulsão da criança.
3. Ingresso e Proteção ao Trabalho: orientação a família e a criança, utilização de oficinas, geração de bolsa de estudos para suprir trabalhos de risco etc.



4. **Habilitação e Advocacy:** sensibilização da comunidade, procurando habilitar outras pessoas para que possam orientar as crianças e adolescentes: familiares, novos educadores, outras instituições, as próprias crianças.

**Resultados obtidos no México:** atualmente trabalha-se em 17 cidades em oito Estados da República mexicana e o sucesso do programa tem feito com que em outros âmbitos do país fossem tomadas medidas como: envolvimento de sociedades nacionais de Pediatria, preocupadas com a geração de novos métodos e enfoques para enfrentamento da questão; consideração da família e população marginal como fundamentos necessários na formulação de políticas e programas que visem evitar que as crianças sejam lançadas à rua; que instituições tradicionais questionem os modelos paternalistas e acolham modelos de pesquisa/ação mais abertos e participativos; que se observe a necessidade crescente de se trabalhar nas áreas de convivência cotidiana das crianças (comunidade, família, rua), daí a necessidade de trabalho coordenado, mas para além dos âmbitos locais e estatais.

**Considerações preliminares a respeito do Programa:** Embora também esteja dentro dos limites de uma política compensatória, o projeto pode despertar interesse pelo seu caráter não-institucional. Ou seja, repudia o sistema institucional tradicional, que se utiliza de internatos e semi-internatos, valorizando o meio em que a criança e o adolescente se relaciona, estabelecendo uma metodologia onde haja tanto a participação da comunidade como da própria criança. Numa primeira impressão, este programa se diferencia daquele desenvolvido com crianças da rua no Equador, na medida em que não tem somente a preocupação de dar assistência à criança, através da introdução de serviços básicos às suas necessidades, mas também de propor um trabalho que envolve a comunidade, em seus diversos segmentos, valorizando a família e a própria criança como agentes necessários que intervêm na implementação de programas.



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Guia Metodológico para análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. (Série Metodológica, 6). Bogotá: UNICEF, 1990.

**Assunto:** Trata-se de um guia que contém uma série de conceitos práticos sobre a maneira de conduzir uma análise de situação como parte integrante da avaliação de políticas e programas. Contém: medidas, formas de reunir informações, indica tipo de dados de que se precisa tanto para compreender as condições e as necessidades de crianças que vivem em circunstâncias especialmente difíceis, como para avaliar as soluções.

**Objetivos:** Sensibilizar e informar as pessoas interessadas em compreender melhor os problemas e condições das crianças que vivem em circunstâncias especialmente difíceis.

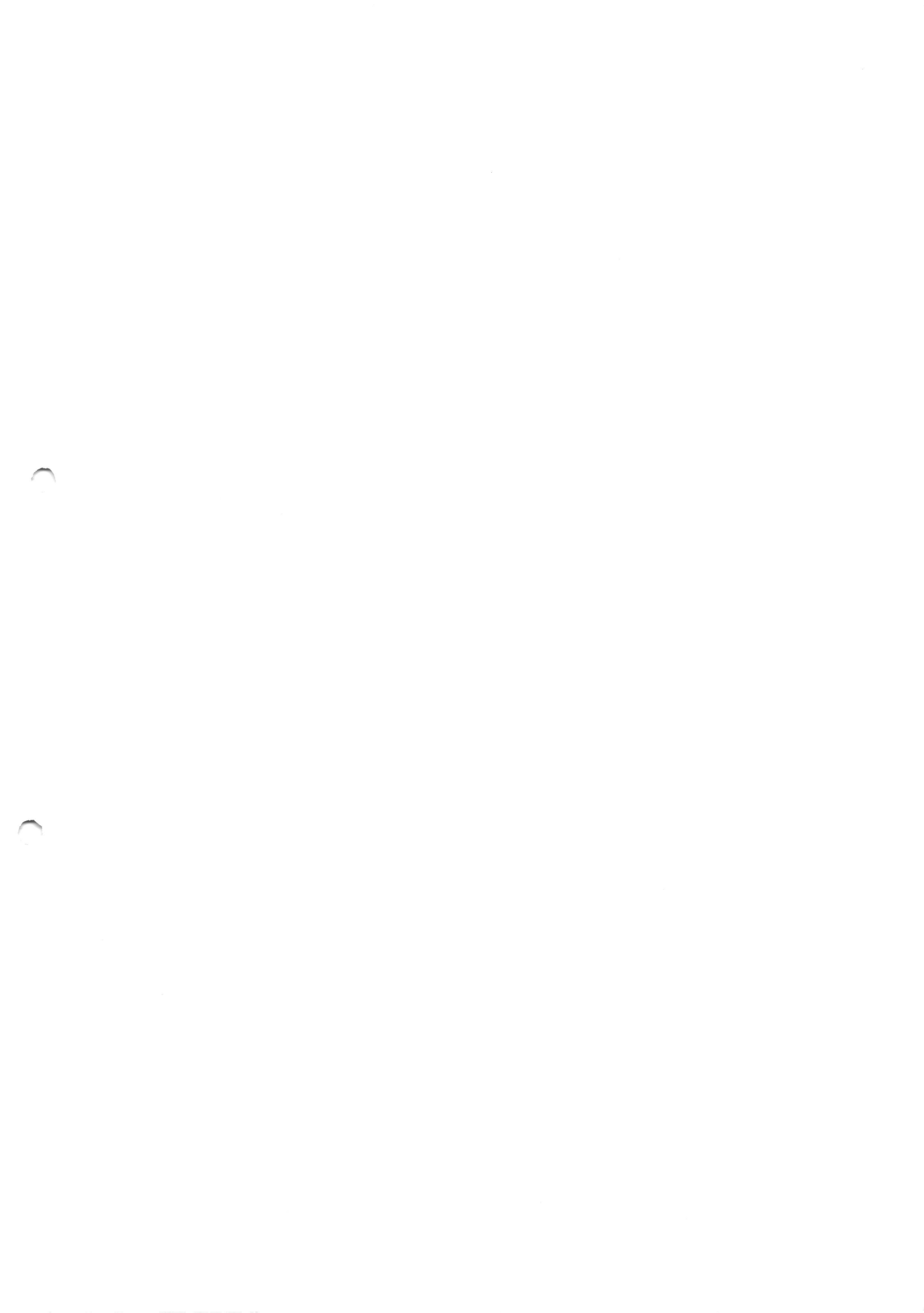
**Conteúdo (abordagem/metodologia):** o guia contém os princípios e os passos a serem seguidos para se fazer uma análise de situação, partindo inicialmente de sua definição:

*A. O que significa Análise de Situação:*

Trata-se de um processo educacional que tem por objetivo definir os tipos de ação mais adequados para determinada circunstância.

Uma análise de situação inclui pelo menos 3 grandes áreas de pesquisa:

1. Definição e descrição de uma situação ou problema: Identificação das dimensões e características gerais do problema com o fim de compreender sua natureza (qual é, de que modo afeta, quais as necessidades básicas, quais os fatores responsáveis); o alcance do problema (quantas crianças, idade, sexo e localização geográfica); a família e o contexto social do problema (características culturais e socioeconômicas, ambiente familiar, comunitário e ou institucional);
2. Análise das soluções dadas ao problema: avaliar as medidas de bem-estar e desenvolvimento em vigor, implicando o estudo de soluções legislativas e políticas e os programas como solução;



3. Avaliação das necessidades não atendidas: estudar as lacunas entre problemas e soluções, mudanças ocorridas no tempo, o que é necessário para reduzir as discrepâncias (tipos de ações mais urgentes, critérios, formas de intervenção possíveis).

*B. Porque é necessária a análise de situação?*

Permite o conhecimento, a reavaliação crítica de ações e preconceitos, adequação de políticas e programas.

*C. Grupos prioritários de crianças:* crianças trabalhadoras, crianças de rua, crianças maltratadas e abandonadas, crianças internadas em instituições, crianças afetadas por conflito armado e crianças vítimas de catástrofe natural.

Quanto à metodologia propriamente dita, o texto encontra-se dividido em quatro partes:

I) Montagem da Pesquisa:

a) Primeiros passos:

1. determinação do propósito da pesquisa: que problema e para que servirão os conhecimentos adquiridos;
2. busca dos temas-chave da pesquisa;
3. formulação do tema-chave;
4. informações necessárias: ajuda na resposta a cada formulação;

Exemplo: Como as circunstâncias de vida das crianças repercutiram no seu desenvolvimento pessoal? (desenvolvimento físico, desenvolvimento intelectual, socialização, desenvolvimento sócio-afetivo, desenvolvimento religioso e moral, sexualidade);

Como repercutiram na vida familiar das crianças as circunstâncias em que estas vivem? (estrutura familiar, sistema de apoio familiar, relações dentro da família, condições físicas dentro de casa);

Como a situação econômica das crianças e de suas famílias é afetada pelas circunstâncias (receita, capital e despesas, estratégias de sobrevivência);

Atividades a que as crianças se dedicam (estratégias de sobrevivência, educação, recreação);



As circunstâncias da comunidade em que vivem as crianças (serviços e recursos, organização comunitária, comunicação, economia, relações das crianças com sua comunidade);

Que opinam as crianças sobre a situação em que se encontram?

b) alguns princípios na coleta de informações:

1. Utilização de dados quantitativos e qualitativos;
2. Utilização de informações comparativas.

II) Exploração das fontes de informação:

a) Uso de fontes secundárias:

- documentos oficiais (informações sobre legislação, política pública e estrutura de organismos governamentais, práticas profissionais e programas desenvolvidos no setor público);
- material não oficial: dentro da esfera privada, como teses não publicadas, avaliações, levantamentos e relatórios, livros editados e programas de rádio e televisão. Obs: metodologia e análise comparativa dessas fontes.

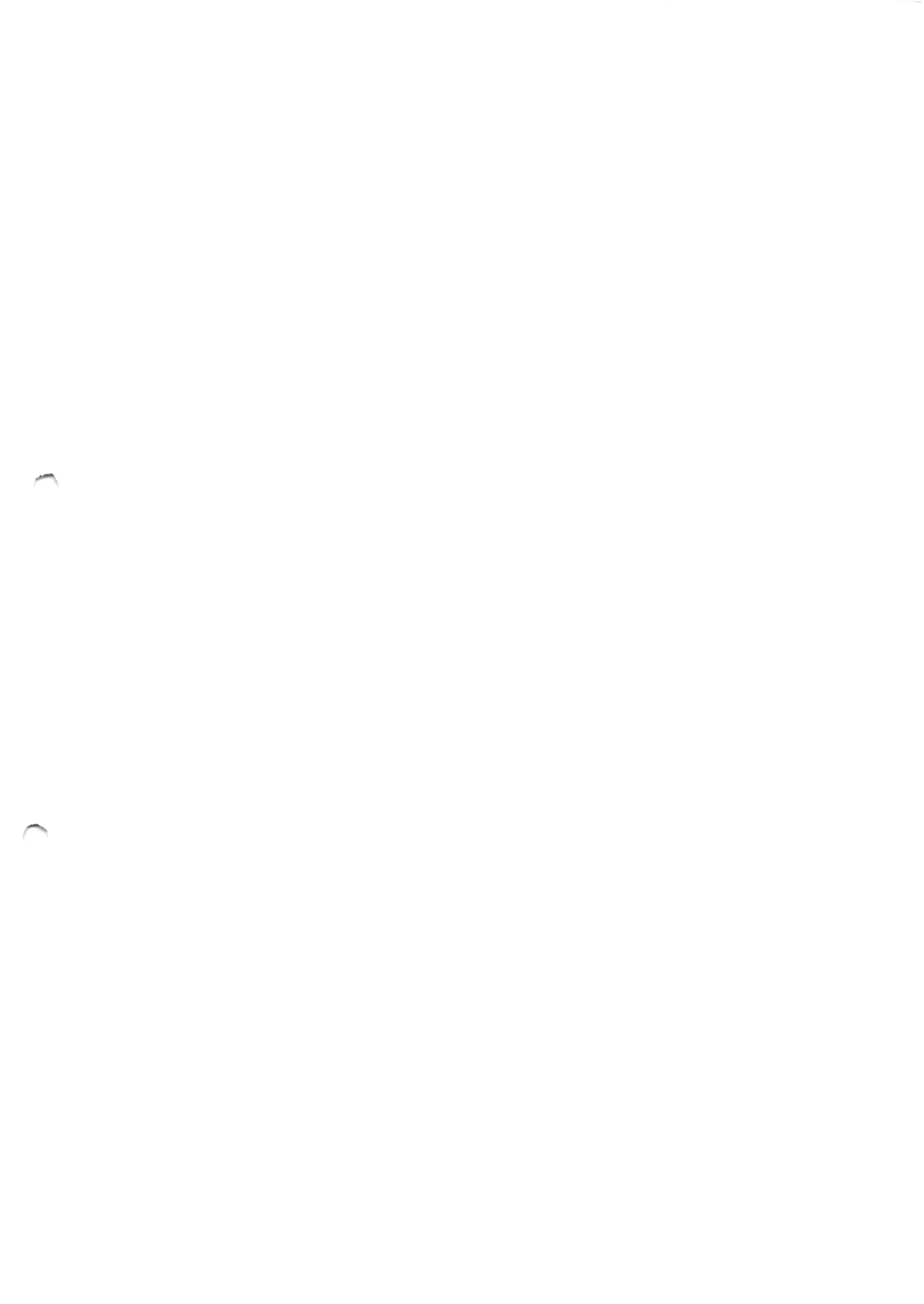
b) Pesquisa primária: dependendo do enfoque, a fonte pode ser a criança; instituições, entidades profissionais e serviços de bem-estar social (governamentais ou privadas); pais e tutores responsáveis; empregadores e outros (vizinhos, membros da comunidade etc.).

III) Seleção do método de pesquisa:

a) Identificação das alternativas: as técnicas utilizadas para coletar dados deverão variar consideravelmente segundo a classe de informação que se queira, os recursos disponíveis para a pesquisa e o vulto dos problemas da população estudada.

Qualquer que seja o método adotado, os instrumentos para coletar as informações devem adaptar-se ao tipo de pessoa entrevistada (linguagem e termos no nível do entrevistado, utilização de tato, de métodos não intimidatórios, emprego de pesquisa piloto, etc.)

b) Revisão das fontes secundárias: com apoio de uma bibliografia



- c) Observação: Útil e imprescindível na análise qualitativa, podendo ser: participativa (entrevistador desempenha o papel de observador e ator) ou não (simplesmente observa e registra sem participar)
- d) Levantamentos sociais: colhidos diretamente, por entrevistas, ou indiretamente, por meio de formulários preenchidos pelos sujeitos da pesquisa.  
As entrevistas podem ser: estruturadas (formulário elaborado), ou não estruturadas (liberdade de fazer a pergunta que quiser, desde que se enquadre no tema)
- e) Técnicas complementares: gravação de depoimentos, entrevistas com elementos-chave da comunidade, auto-expressão (desenho, teatro, discussão em grupo etc.), gravações audiovisuais e avaliação de sintomas (exames médicos/psicológicos)

#### IV) Etapas Finais:

- a) Enumeração dos procedimentos de pesquisa necessários: seqüência de procedimentos ou passos
- b) elaboração dos instrumentos de pesquisa: Já preparado resumo do estudo, perguntas preliminares, nota sobre as informações de que se necessita, as fontes dos dados e os métodos de pesquisa a serem empregados. Em seguida, elaborar o instrumento, que poderá ser um questionário, determinando quem e como aplicá-lo
- c) Acompanhamento das tendências da situação: avaliação das mudanças nas circunstâncias ou no problema em estudo, através da tabulação dos dados qualitativos e quantitativos (temporalmente)
- d) Síntese e análise dos resultados: tabulação dos dados estatísticos, transcrever minuciosamente as entrevistas, classificar todo o material por tema, selecionar os resultados mais significativos para os temas em estudo, verificar tais resultados, comparando-os com outras fontes e discutir a importância dos mesmos, etc.
- e) Apresentação dos resultados: meios adequados de transmitir os resultados, tanto para que estes sejam amplamente compreendidos pelos sujeitos da pesquisa, como para que tenham a maior divulgação possível.
- f) Decisões sobre o curso de ação mais adequado: com base nos resultados obtidos.



ESPERT S., Francisco, MYERS, Willian. *Análise de situação: programa regional para América-latina e o Caribe* (Série Divulgativa 1) Programa Regional Crianças em Circunstâncias Especialmente Difíceis. Bogotá: UNICEF, 1988.

**Assunto:** A publicação contém um resumo do contexto social e econômico da América-latina e Caribe, das condições de vida das crianças em circunstâncias especialmente difíceis nessas regiões; da evolução da programação da UNICEF em alguns países latino-americanos; bem como uma classificação dos diversos grupos de criança que se enquadram dentro dessa especificação, apresentando os problemas e as soluções postas em curso.

**Objetivos:** Trata-se de publicação que tem por objetivo divulgar a programação da UNICEF em benefício das crianças em circunstâncias especialmente difíceis, na região latino-americana e caribenha.

### **Resumo da Publicação:**

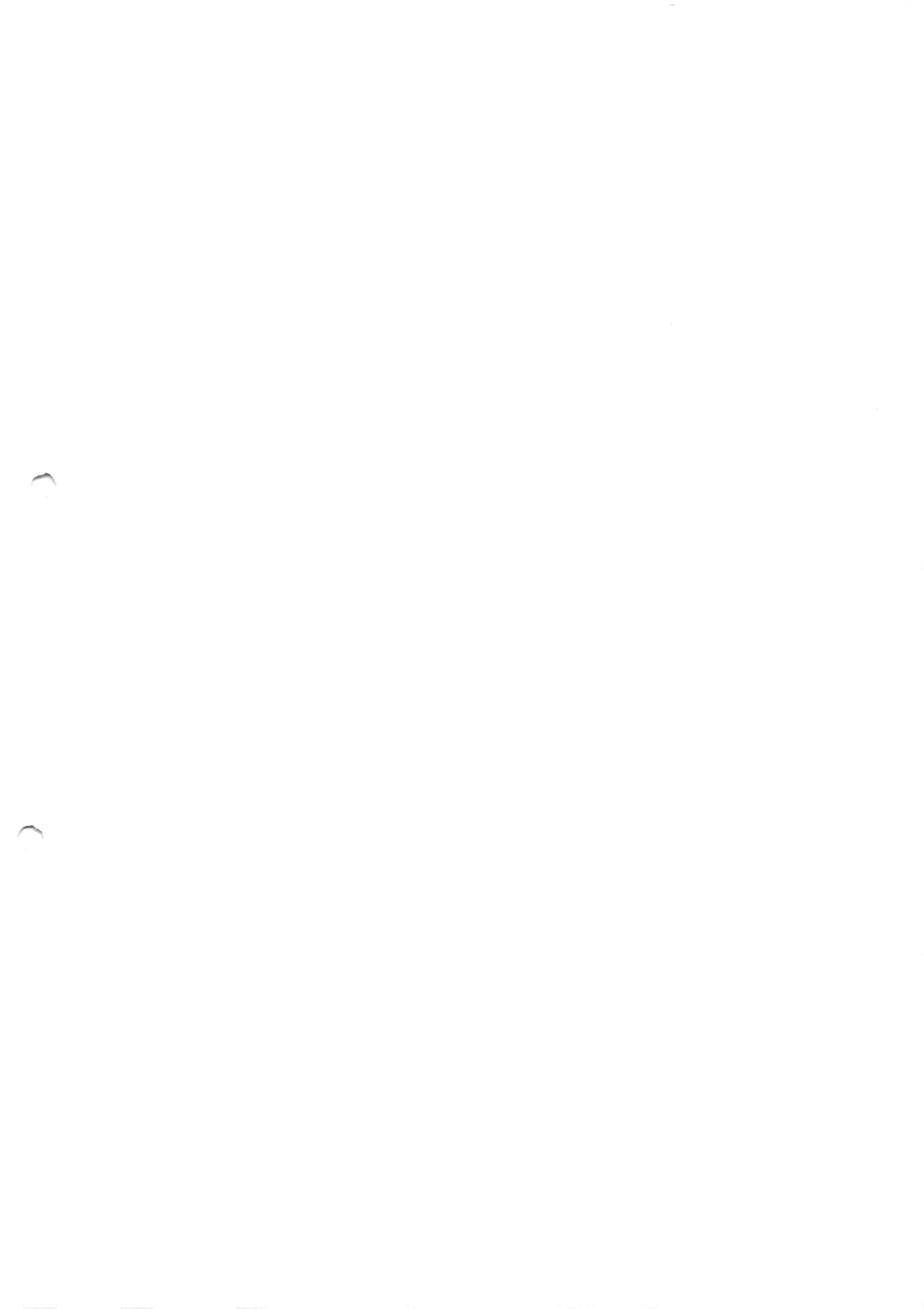
#### *1. Contexto:*

É dado um diagnóstico da situação socioeconômica da região: Crise econômica, aumento da pobreza, diminuição de serviços básicos na área de saúde, habitação, educação, etc.

(170 milhões de pessoas vivendo em pobreza total, ou seja 40% da população, sendo que 75 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 15 anos.)

#### *2. Evolução da programação da UNICEF:*

Brasil: solicitação de assistência a UNICEF em 1982, pelo governo brasileiro: mais de 300 projetos em todo o país, que diferem de tamanho e cobertura, 6.000 pessoas treinadas para o trabalho com as crianças. Implementação de projetos com educadores de rua.



México: Projeto piloto implementado em Coatzacoalcos, junto à população infanto-juvenil, utilizando educadores de rua, com o propósito de atendimento, prevenção e reintegração na família.

Equador: Projeto "Ação Guambra", cuja principal característica é a participação comunitária e a mobilização institucional para dar atendimento às crianças de rua.

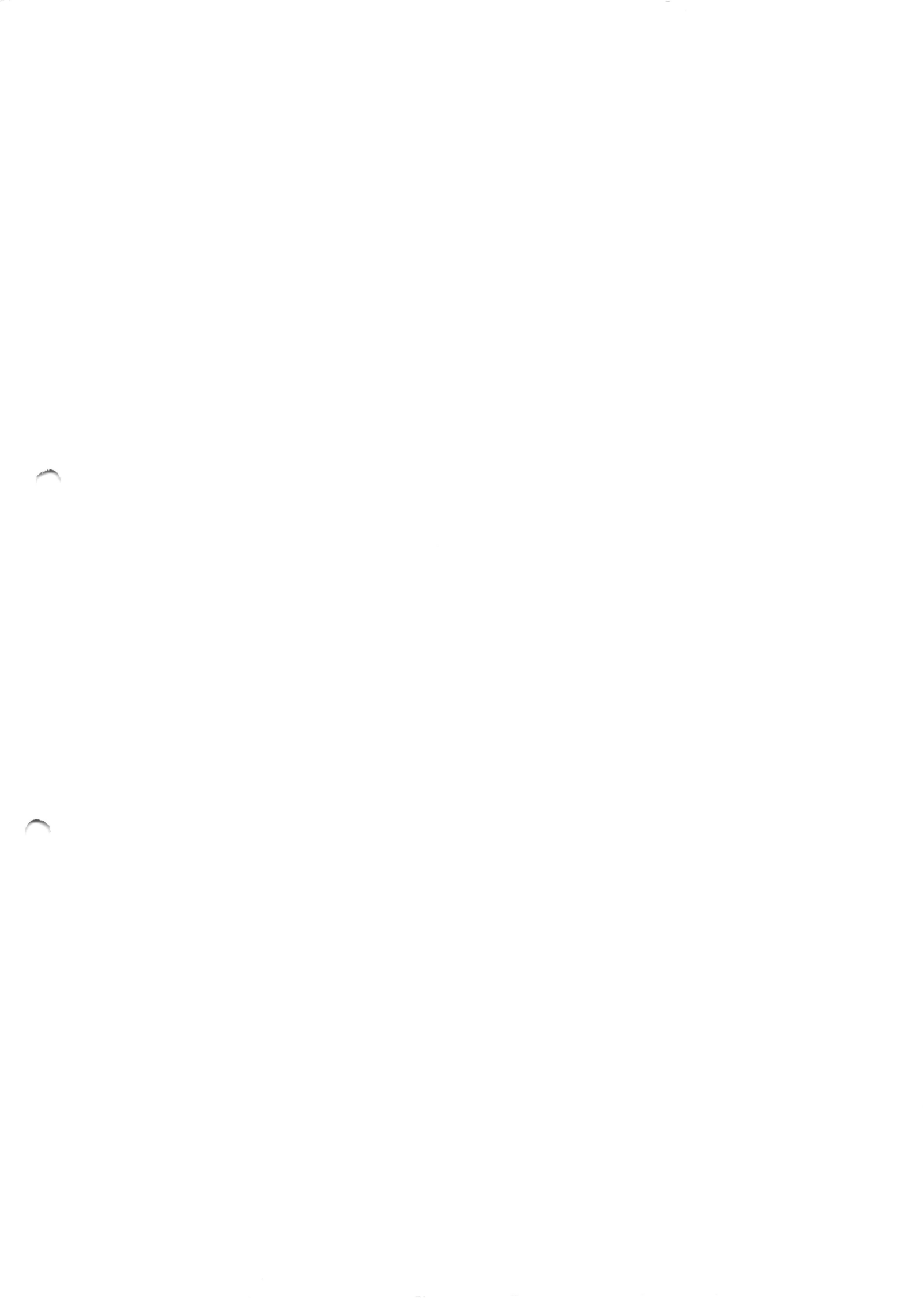
Colômbia: Projeto de ação preventiva, unindo UNICEF, ONGs e Igreja, com o objetivo de resolver problemas da comunidade e evitar a ida para as ruas, o abandono, a adição de drogas, a prostituição e a delinquência. Público alvo: crianças e adolescentes entre 7 a 18 anos.

A primeira fase do Programa (1983-1987) foi orientada para o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Sensibilizar os governos e a sociedade para o problema e as necessidades das crianças de rua;
- Advocacy de uma ação preventiva baseada na comunidade, para o atendimento das crianças de rua;
- Organização de grupos assistenciais de apoio em diversos países, chamados "comitês nacionais", para realizar o labor de advocacy em favor das crianças de rua e mobilizar recursos sociais para apoiar projetos baseados na comunidade;
- Patrocínio de dois seminários regionais;
- Apoio técnico e capacitação para os escritórios da UNICEF e das organizações operacionais;
- Identificação e distribuição, no nível internacional, de modelos bem-sucedidos para a realização do labor advocacy, planejamento de políticas e programação;
- Criação de um banco de informações com materiais necessários para a realização do labor de advocacy e capacitação;

### *3. Problema da Análise de Situação e da Programação para as crianças em circunstâncias especialmente difíceis:*

Falhas: falta de informação (levando a uma avaliação que se utiliza de critérios subjetivos), falta de visibilidade, programas com objetivos de curto prazo, pressão política, moda de intelectuais, preocupações pessoais de autoridades etc.



Importância: produção de uma análise de situação que tenha credibilidade tanto ao nível do país, como da região, não só para as áreas atendidas do programa, como também para as áreas problemáticas, que tenham potencial importância.

#### 4. *Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis: problemas e soluções:*

##### a) Crianças Trabalhadoras e da Rua:

Crianças trabalhadoras: que possuem vínculos com a família, mas têm necessidade de trabalhar. Problemas de exploração do trabalho, condições impróprias de trabalho, insalubridade etc.

Soluções: Implantação de programas para proteger e desenvolver o trabalho da criança em determinados ambientes urbanos. Esse trabalho ainda se encontra em fase inicial.

Crianças da rua: vínculos familiares frágeis ou inexistentes devido a diferentes causas. Problema na rua: vulneráveis à violência e exploração.

Soluções: programas desenvolvidos em países como o México e Brasil, que apresentam aspectos positivos como o desenvolvimento da criança, mais que a assistência social ou reabilitação corretiva; tratamento que envolve respeito, amor e afeto; incentivo às crianças a serem protagonistas na solução de seus problemas, tanto individuais como coletivos (solidariedade com os outros); substituição de instrumentos marginalizantes por instrumentos educativos; reforço dos laços familiares e comunitários com as crianças e ampliação dos recursos e oportunidades.

##### b) Meninos Institucionalizados:

Problemas: alto custo; reunião de crianças carentes com delinquentes, com tratamento indiferenciado; conceito de tratamento minimizando as necessidades de amor e intimidade da criança; inércia política e burocrática e a constante resistência a mudanças.

Soluções: a desinstitucionalização da criança, que de forma ainda muito modesta tem sido experimentada no Brasil, na Guatemala e planejada na Argentina, Costa Rica e Honduras.

##### c) Crianças Maltratadas:



Problemas: de maior relevância, a violência física e os abusos sexuais, tanto dentro como fora da família.

Soluções: realização de avaliações mais sistemáticas na região para desenvolver alternativas eficazes de atendimento.

d) Crianças em Situação de Conflito Armado:

Problemas: perda dos pais, fuga do país, interrupção de serviços de saúde, educação e outros essenciais para a sobrevivência da criança, traumatismo psicológico.

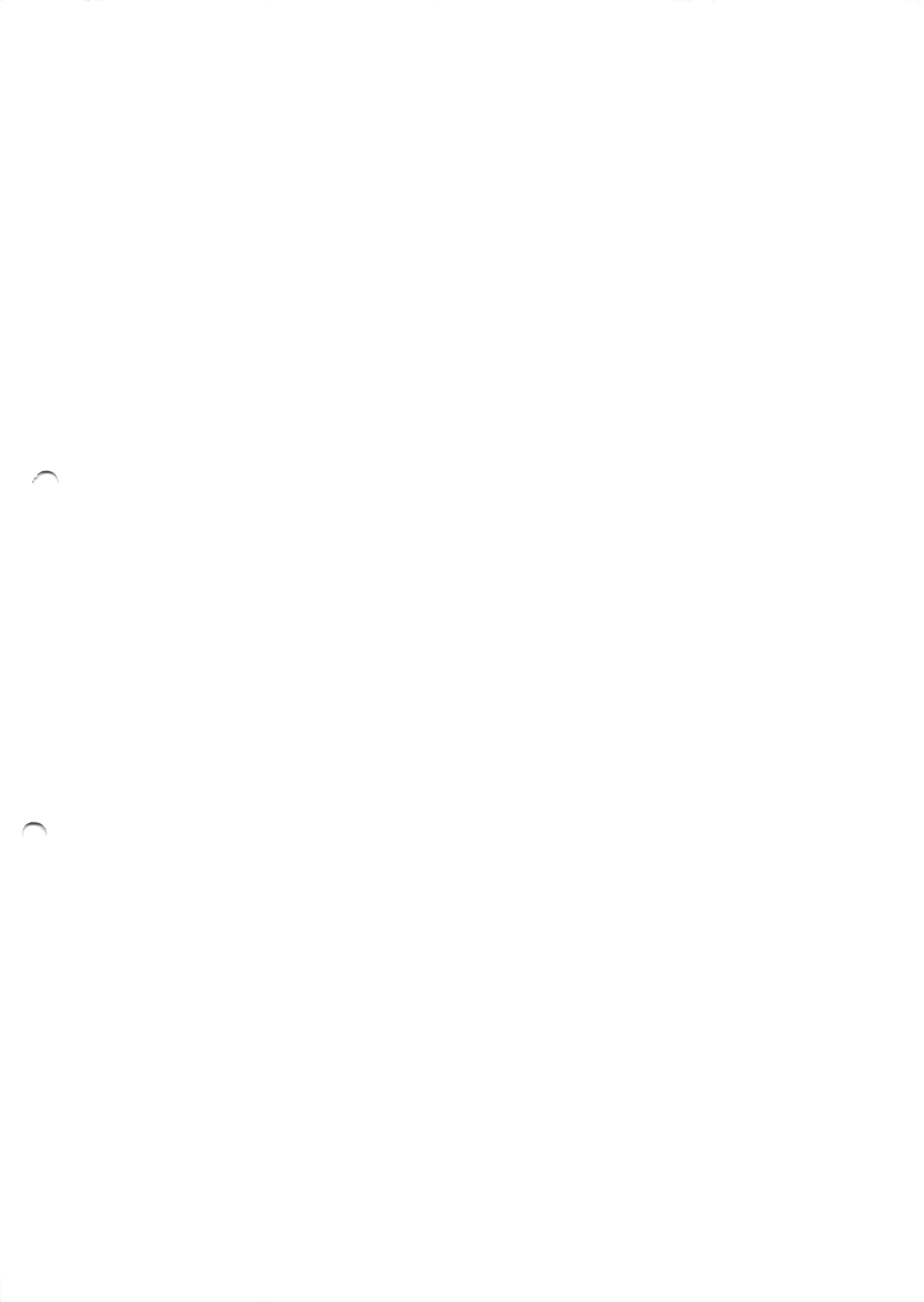
Soluções: Intervenção da UNICEF e da Cruz Vermelha no sentido de cobrir as necessidades básicas e de conscientizar os governos e autoridades públicas para o problema.

e) Crianças Afetadas por Desastres Naturais:

Problemas: terremotos, erupções vulcânicas, secas, mortalidade infantil por doenças e má nutrição.

Solução: Atendimento de caráter preventivo.

**Observações gerais:** O texto chama a atenção, em primeiro lugar, para a importância de se organizar a comunidade, a sociedade e o governo, para que tomem conhecimento das crianças e seus problemas. Em segundo lugar, enfatiza a importância das ONGs e das lideranças nesse processo. Por fim, ressalta a importância da UNICEF, pelas numerosas alternativas nos lugares onde a instituição está presente.



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Criança Trabalhadoras e de Rua - guia metodológico para avaliação de projetos de assistência a crianças em circunstâncias especialmente difíceis* (Série Metodológica, 5). Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Difíceis. Bogotá: UNICEF, 1990.

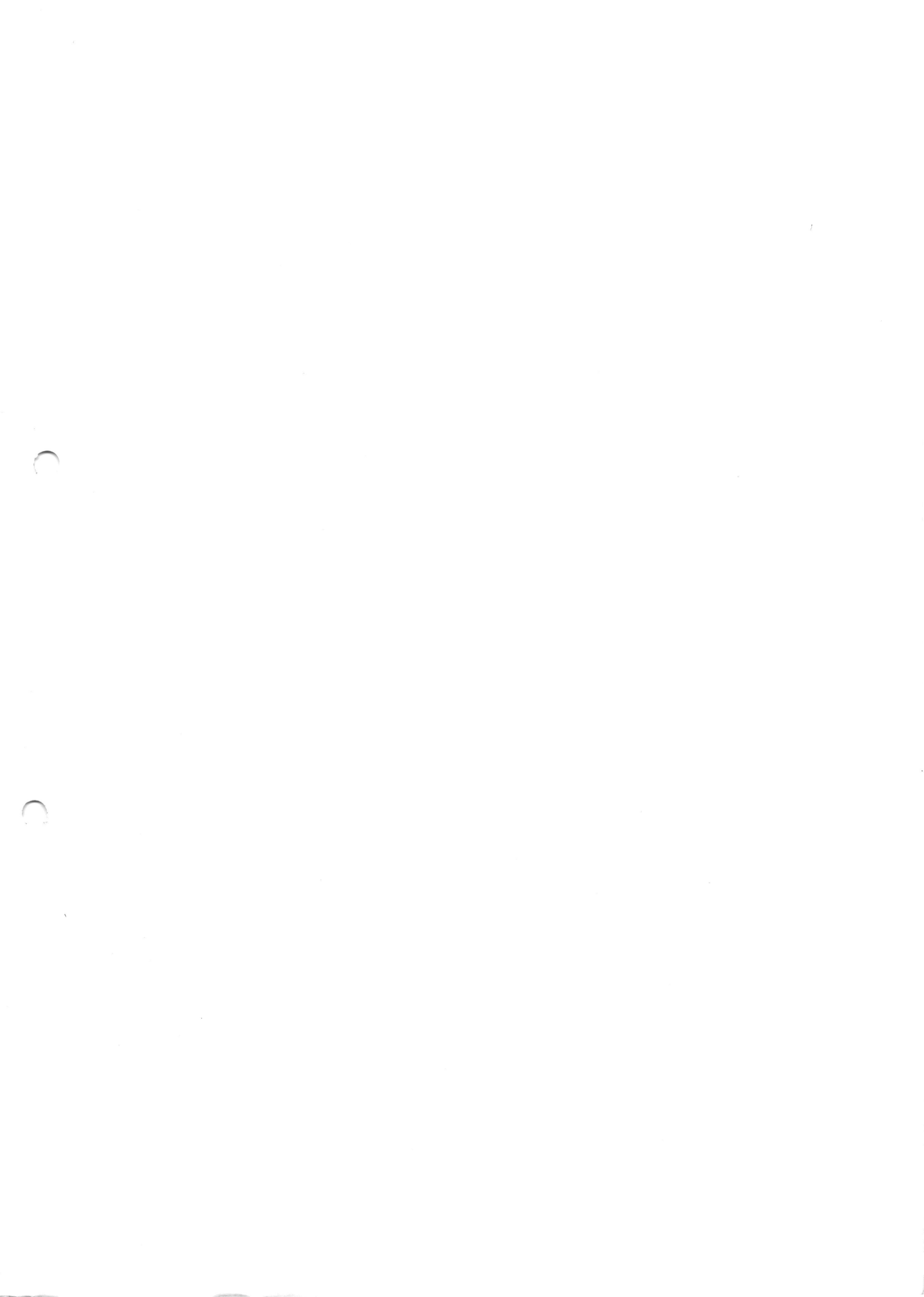
**Assunto:** Trata-se de um guia metodológico de avaliação das ações e do impacto dos programas de assistência à criança: como projetar, como avaliar, como utilizar conceitos essenciais, como canalizar esforços num sentido produtivo. A questão central que o guia procura responder é "que processos planejados serão de mais utilidade para que os programas de assistência aos meninos trabalhadores e de rua façam avaliações e aprendam com a própria experiência".

**Objetivos:** O guia foi projetado no sentido de estabelecer as fases necessárias para formular e realizar uma avaliação, sem, contudo, pretender estabelecer-se como um modelo fixo, um instrumento completo e exaustivo. O objetivo é identificar algumas pautas-chave, segundo as quais os programas pequenos, que trabalham com recursos limitados, possam proceder às suas avaliações escolhendo seus próprios métodos.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):**

I - Considerações sobre a avaliação:

- a) porque avaliar: para analisar a coerência entre os objetivos de uma organização e os resultados alcançados, facilitando-se assim sua visualização. A avaliação facilita um processo adequado de planejamento, administração e distribuição das informações, bem como um aprendizado que fomenta a mudança ou aplicação de medidas corretivas.
- b) o que significa avaliação: todo o procedimento programado que torna possível o aprendizado sistemático, por parte das organizações, a partir da experiência obtida nos programas. Não há um consenso na definição de avaliação, tampouco há uma forma única e aceitável de levá-lo a cabo.



c) conceitos tradicionais de avaliação: avaliação comparando simplesmente o progresso alcançado em relação aos planos e objetivos propostos.

Problemas: esse tipo de avaliação concentra-se mais nos resultados do que no impacto do programa (por exemplo, dá ênfase a criação de escolas ao invés de ressaltar o que foi realmente aprendido pelas crianças). Oferece apenas uma visão parcial do sucesso do programa.

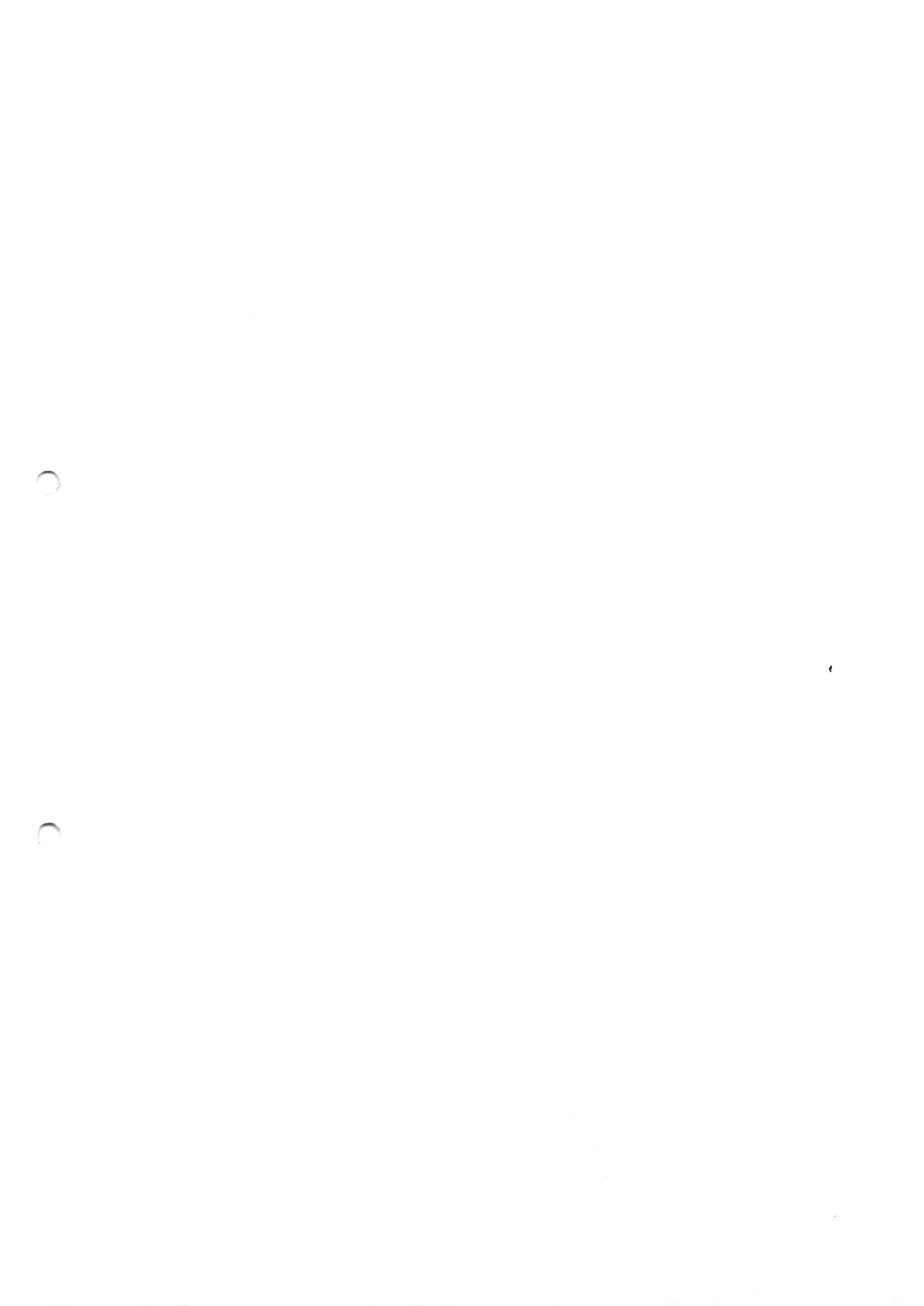
Tradicional enfoque "científico" adotado por sociólogos e economistas: utiliza-se de tecnologia independente, dotada de um conjunto coerente de normas e métodos adequados ao estudo de quase todo tipo de programa (caráter universalizador). Emprega-se ferramentas especializadas: desenhos experimentais, levantamentos, análises estatísticas requintadas, cálculos de custo-benefício intrincados, além de outros instrumentos de pesquisa próprios da ciências sociais.

Problemas: apesar de cumprirem exigências de normas técnicas, tais resultados não correspondem de maneira suficiente à realidade institucional, no sentido de apresentar um impacto prático no planejamento e direção do programa. Alto custo, procedimentos complexos, desprezo de dados qualitativos importantes.

d) novos conceitos de avaliação:

Indicam quatro direções importantes:

1. Valorização dos aspectos educativos da avaliação, da necessidade de aprendizado e das características dos usuários, levando ao desenvolvimento de métodos transparentes, baseados no bom senso e passíveis de serem compreendidos com facilidade;
2. Maior ocupação com informações qualitativas, facilitando uma discussão mais profunda e melhor nível de conhecimento.
3. Ampliação do enfoque tradicional que media o progresso em relação aos objetivos, incluindo os efeitos mais amplos e imprevisíveis dos programas, mediante a integração de perspectivas de fora da organização, tais como a dos clientes, a dos que apóiam financeiramente ou a das comunidades em geral.
4. A avaliação é organizada como um processo contínuo de auto-aprendizagem, envolvendo os que trabalham no programa.



Problemas: descuido com o compromisso da objetividade, fazendo que só se veja o que se quer ver; vagar sem rumo, generalizações, perda de credibilidade.

e) quem são os usuários dos resultados da avaliação:

- Programas assistenciais: cujos objetivos consistem em proporcionar serviços às crianças trabalhadoras e de rua. A pergunta central na avaliação dessas entidades tem a ver com o seu efeito sobre as crianças. Como e em que medida elas conseguem fazer diferença na vida das crianças que atendem?
- Programas de apoio: Entidades que dão apoio financeiro, treinamento ou assistência técnica aos programas de assistência às crianças trabalhadoras e de rua.

O interesse na avaliação advém da necessidade de orientar seu apoio no sentido de ações produtivas. Para poder avaliar e melhorar o próprio desempenho, essas entidades precisam de informações não só sobre as ações que empreenderam, como também sobre os resultados obtidos com os recursos que proporcionam.

Ambos programas querem, igualmente, saber que atividades são mais úteis às crianças, daí o seu interesse na avaliação do impacto que os serviços produzem nos seus beneficiários.

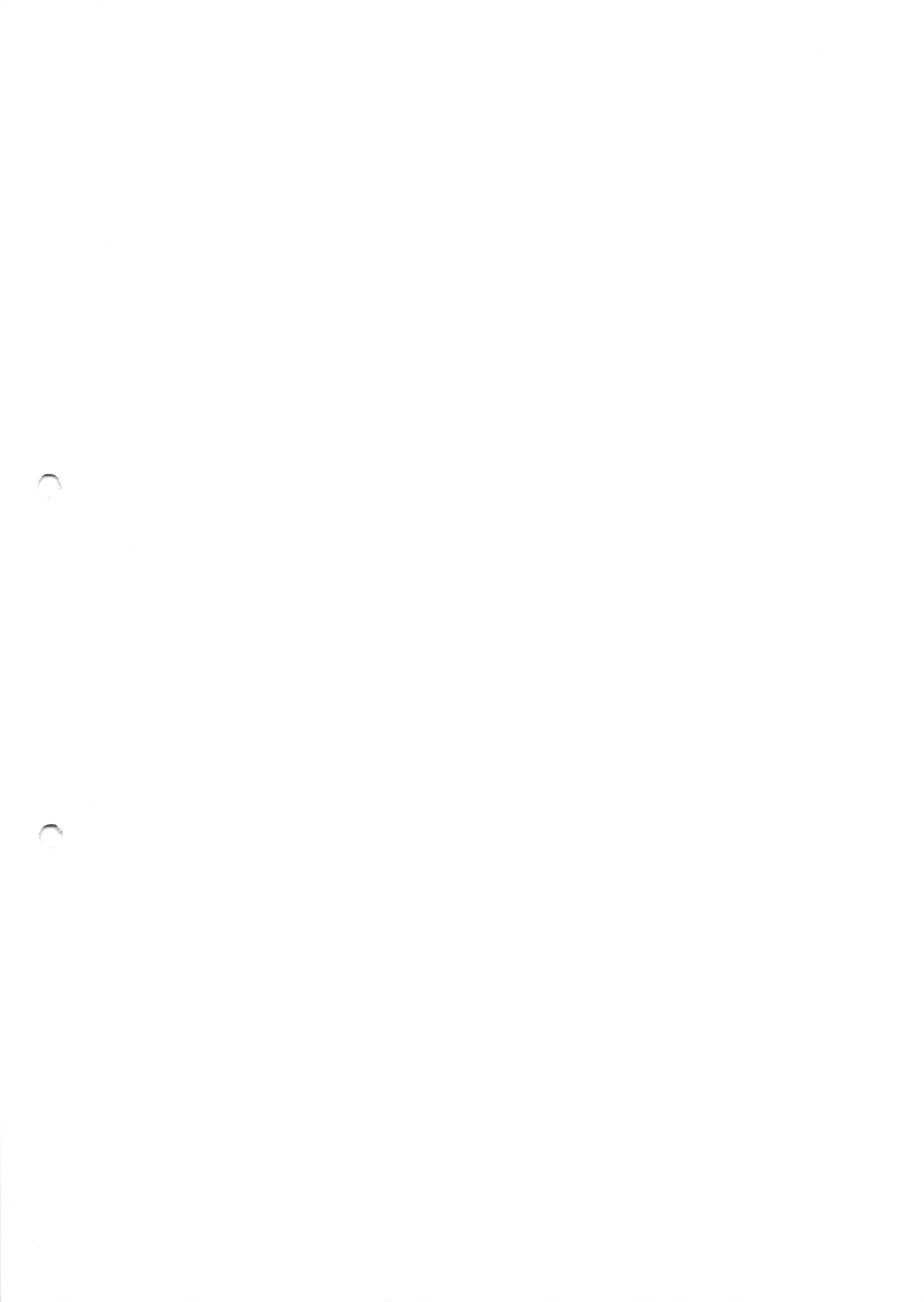
f) características de um modelo de avaliação adequado:

1. Ser simples e possuir linguagem e regras exequíveis, para ser aceita e posta em prática por pessoas não portadoras de um alto grau de especialização.
2. Ser flexível para atender às necessidades de cada projeto.
3. Contribuir para o aprendizado de todos os envolvidos no processo avaliativo.
4. Facilitar a participação de todos os setores ou grupos envolvidos na ação do programa, inclusive o das crianças assistidas ou usuários.
5. Enfatizar o impacto que as atividades desenvolvidas produzem na vida das crianças atendidas e nas organizações que recebem assistência.

II - Planejamento de uma avaliação:

A) Enfoque da avaliação

O primeiro passo consiste em determinar o foco central, o que se quer saber: cuidadosa identificação e descrição das pessoas, propósitos, problemas e expectativas que têm prioridade e de que a avaliação deve ocupar-se.



O enfoque da avaliação poderá ser definido mediante 4 perguntas de ordem geral:

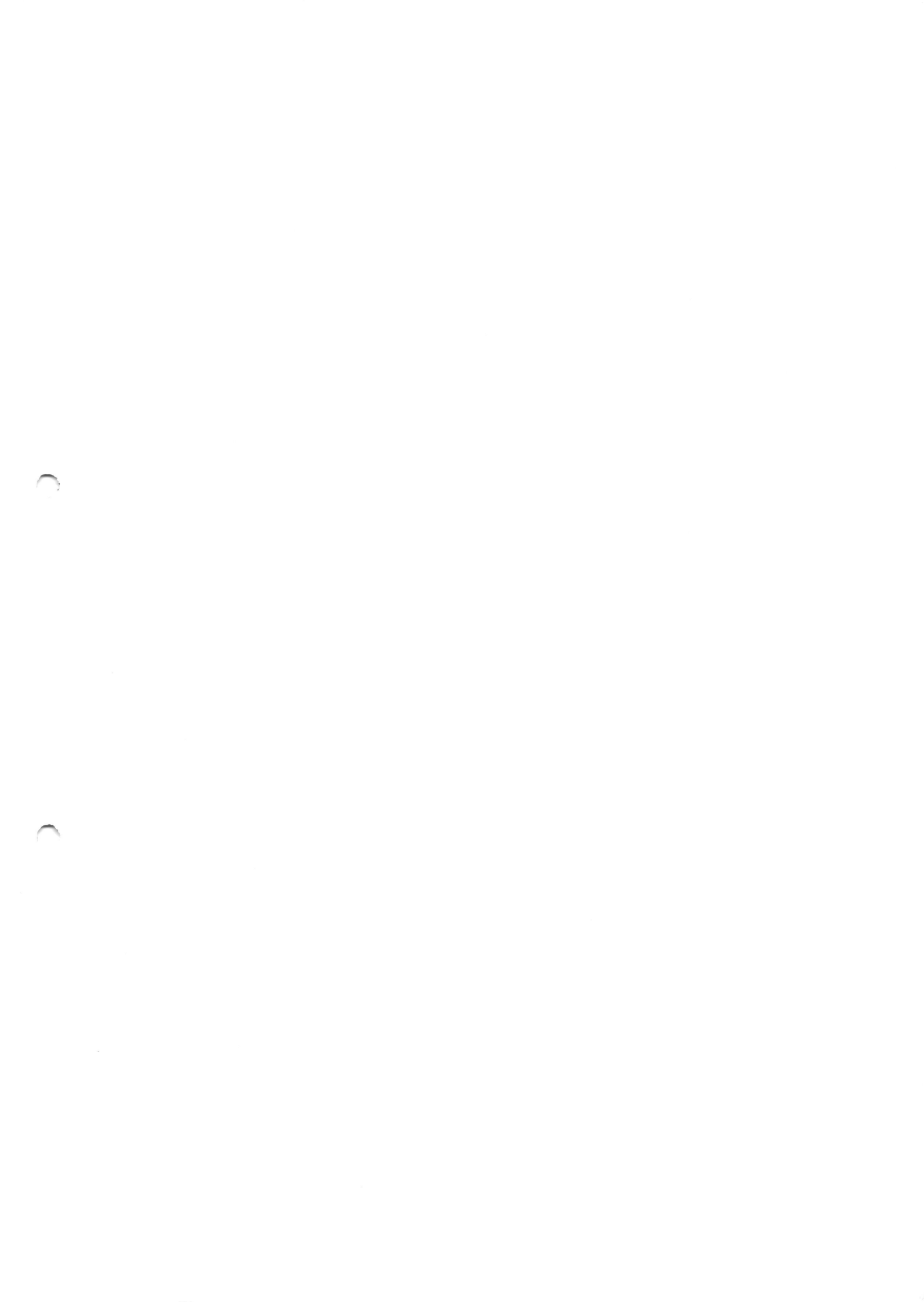
1. Quem e por que deseja a avaliação e o que é esperado dela?: nesse processo, tem-se em mente objetivos diversos, que devem ser reconhecidos e elucidados.
2. Quem fará uso dos resultados da avaliação?: reconhecimento das necessidades e das intenções dos que se utilizarão dos resultados.
3. Quais são os problemas mais importantes sobre os quais se quer informação?: Uma avaliação exaustiva investiga tanto o impacto como os processos de um programa, procurando compreender a relação existente entre suas atividades e os resultados obtidos. Mede o valor do desempenho e procura identificar as mudanças que é preciso introduzir na prática, para melhorar seus resultados.

A pergunta mais importante dirigida à avaliação do impacto - "quais foram os resultados de nossa ação?" - ocupa-se dos resultados externos, com vistas à: verificar a pertinência e o alcance dos objetivos externos ao programa (o efeito nas crianças e na comunidade), tanto explícitos como implícitos na ação; apreciar os efeitos colaterais positivos e negativos não previstos nos objetivos; verificar a pertinência dos efeitos do programa sobre a natureza do problema e os resultados; identificar a lacuna entre o desempenho e as necessidades; estimar a duração do impacto a longo prazo.

A pergunta central na avaliação do processo - "como estamos funcionando e como podemos melhorar nossa operação?" - ocupa-se dos assuntos internos, tais como: o alcance dos objetivos internos e sua compatibilidade com o método de ação; os recursos e insumos aplicados; as dificuldades e obstáculos encontrados; a efetividade da gestão e da coordenação interna; a inter-relação das partes envolvidas; a seleção e execução de métodos e técnicas; as atitudes e motivação da equipe; o processo histórico e institucional.

A pergunta principal que compara o impacto e os procedimentos é esta: Segundo os fatos, que práticas demonstram ser melhores para a obtenção de resultados positivos junto às crianças e à comunidade e quais estão mais associadas ao fracasso?

4. Quando e mediante que enfoque geral cabe proceder a avaliação?: O último passo no enfoque da avaliação consiste em desenvolver estratégias para facilitar sua integração nas atividades do programa, procurando definir em que ciclo do



programa tal integração deverá ocorrer, bem como o tipo de sistema avaliativo que será utilizado.

O lugar da avaliação no ciclo do Programa:

- O ideal é planejar a avaliação desde o começo como parte integrante do programa, isto é, uma vez estabelecida as metas do programa, defini-se também os indicadores, os métodos e o cronograma para avaliar o processo.
- A avaliação pode ser periódica ou contínua.
- Seleção do enfoque avaliativo:

Várias perspectivas:

1. uma orientação voltada para o usuário;
2. uma orientação voltada para os objetivos, para a comparação dos resultados do Programa com as metas propostas;
3. uma orientação livre de metas, para a identificação dos resultados amplos e imprevistos do programa, que transcendam seus objetivos;
4. uma orientação com múltiplas perspectivas;
5. uma projeção de custo/efetividade, para mostrar a natureza e distribuição dos custos do programa e o modo como estes estão relacionados com os benefícios que o programa proporciona;
6. uma orientação acadêmica, para fomentar disciplinas e oferecer experiência à ciências sociais.

B) A sistematização das informações básicas preliminares

O segundo passo consiste no desenvolvimento de informações básicas a respeito de como a situação era ou seria, se não houvesse a influência do programa. Isto dá uma visão do contexto em que o programa atua e proporciona um ponto de partida que servirá para comparar e descrever o seu progresso. Como a avaliação funciona por meio de comparação, as informações básicas permitem que o programa compare as situações novas com as antigas, para determinar se foi ou não possível produzir um impacto nos indivíduos, nas famílias ou nas comunidades a que atende.

C) Organização dos recursos de avaliação



O terceiro passo consiste em determinar a maneira pela qual os recursos necessários serão mobilizados e distribuídos. Isso implica decidir quem trabalhará na avaliação e que recursos materiais serão destinados a essa tarefa.

Os recursos humanos podem ser alocados da seguinte forma:

- o programa contrata avaliadores externos;
- o programa faz sua própria avaliação, com seu próprio pessoal;
- o programa faz sua própria avaliação por um processo participativo, integrando pessoal interno e externo.

Recursos financeiros: o orçamento da avaliação deve não somente prever sua execução, como também a apresentação e divulgação de seus resultados.

### III - Recopilação de dados para a avaliação

Definir as perguntas específicas; definir os indicadores; recopilação das informações.

Exemplo: o *problema* do impacto das ações do programa orientado para gerar renda para as crianças trabalhadoras e de rua.

Uma pergunta investigativa: que efeito as ações do programa orientado para a geração de renda produzem nas famílias das crianças participantes?

Um indicador: o valor e o percentual da renda auferida pelas crianças nas ações geradoras de renda e por elas entregue a outros membros da família.

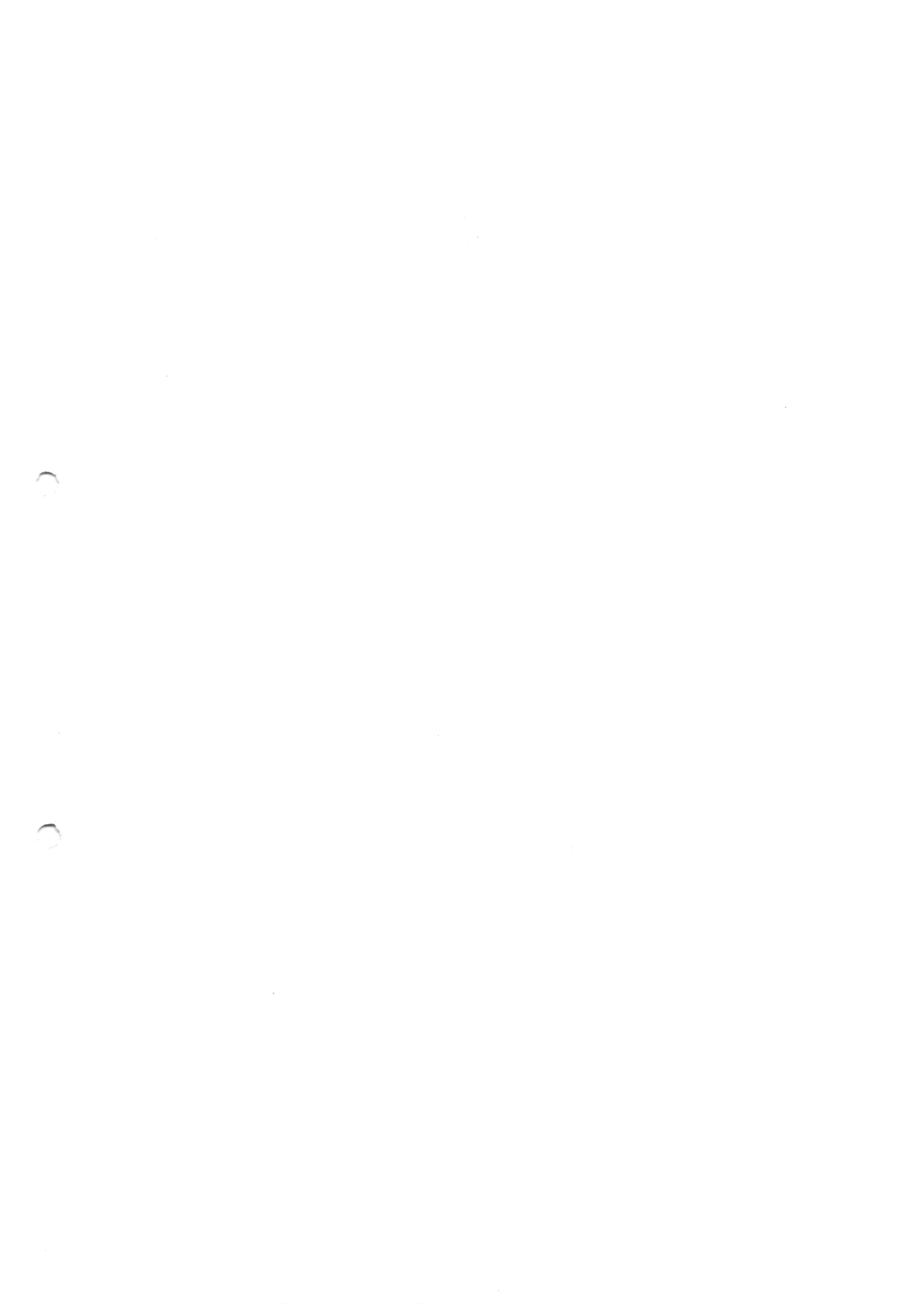
Uma fonte de informação útil sobre o indicador: as crianças e suas famílias.

Um processo e um instrumento para recopilar a informação dessa fonte: um levantamento composto de entrevistas estruturadas com todas as crianças participantes e suas famílias.

#### A) Definição das perguntas avaliativas

Perguntas geradoras para facilitar a formulação das perguntas investigativas específicas:

1. Pergunta sobre a relação entre o programa e seu contexto: O que se quer avaliar é se o programa lida bem com o meio à sua volta, enquanto protege a própria integridade e evita o isolamento. Para esse fim, é preciso englobar as seguintes perguntas avaliativas:



- de que modo o programa define a natureza, as características e as causas dos problemas existentes e que pretende combater?
- com que precisão foram identificados os beneficiários diretos e indiretos do programa e com que justeza se analisou sua situação?
- em que contexto político, econômico, social, cultural e institucional o programa se desenvolve? Que aspectos desse contexto são mais relevantes na determinação das oportunidades e limitações do projeto?
- como se relaciona o programa com seu contexto? Em que medida cria e mantém oportunidades para a ação? Quais são as forças externas, positivas e negativas, que mais incidem no programa (por ex., os políticos, a Igreja, a opinião pública etc.)? Que desejam ou esperam do programa essas forças externas? Por que?
- como se relaciona o programa com outros programas de ação? Em que medida é semelhante, complementar ou oposto?
- em que medida e com que eficiência o programa utiliza os recursos financeiros, materiais e humanos? Como o programa se vincula ao setor público e privado?
- quais os antecedentes do programa e de seu desenvolvimento? Qual o aprendizado com o passado?

## 2. Perguntas sobre processos programáticos:

Engloba revisão de seus objetivos, metodologia, atividades e recursos.

Objetivos:

- Quais os objetivos propostos? São claros, observáveis, verificáveis e compreensíveis?
- Em que medida os objetivos são compreendidos e aceitos? São autênticos ou fabricados?
- Quais são os objetivos não declarados que se manifestam na prática? São compatíveis com os objetivos propostos?
- Qual a natureza e magnitude dos problemas que o programa pretende enfrentar? A consecução dos objetivos solucionaria os problemas?



- Qual a relação existente entre os objetivos e as necessidades dos beneficiários do programa?
- São viáveis os objetivos em termos de política, cultura, recursos disponíveis etc.?
- Como e por que mudaram os objetivos durante o desenvolvimento do programa?

#### Enfoque metodológico:

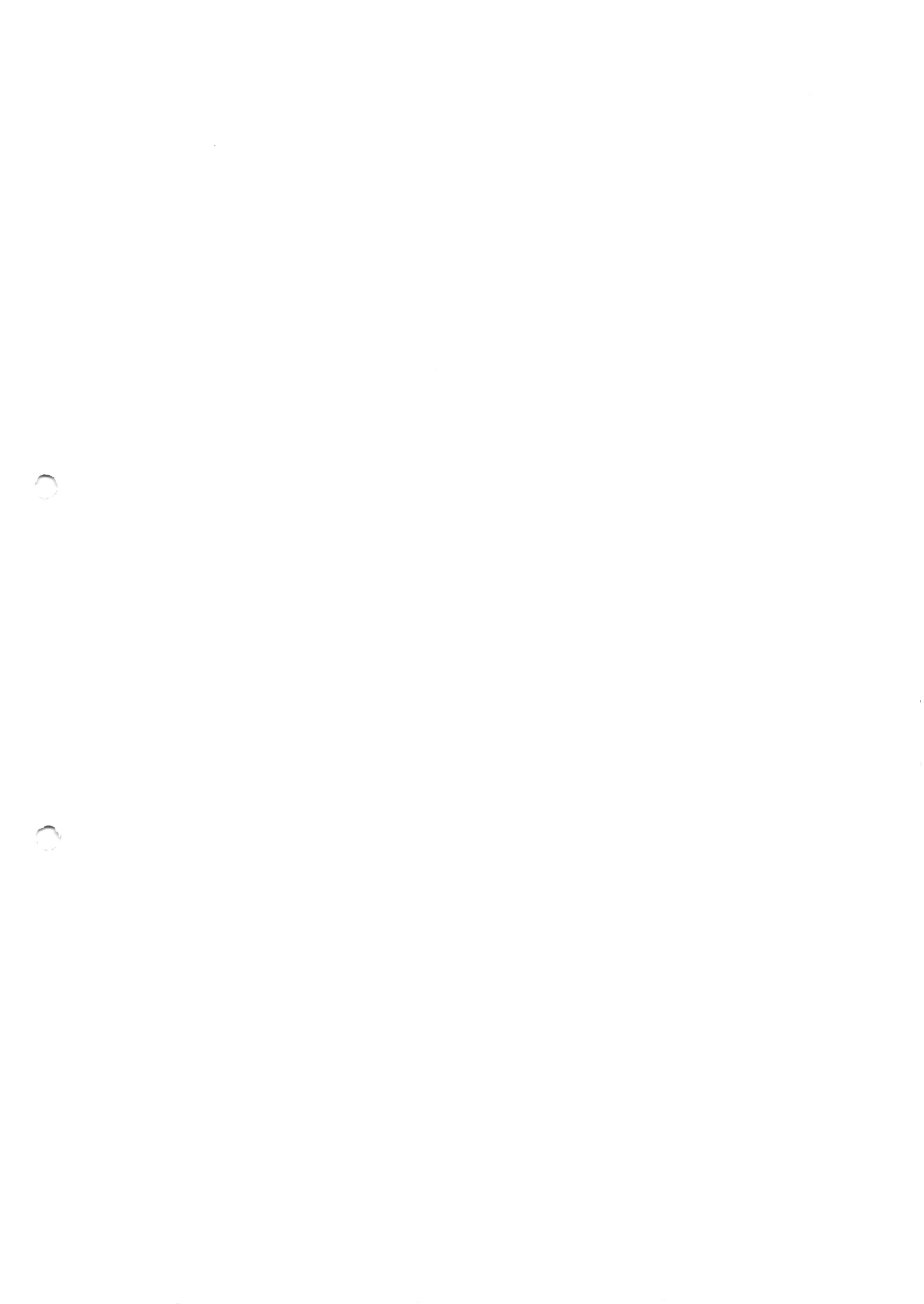
- Qual o enfoque metodológico do programa? Está formulado por escrito?
- A metodologia é coerente com os objetivos e o contexto do programa?
- A metodologia foi validada? De que modo?
- Em que medida a metodologia é reproduzível ou transferível?

#### Ações:

- Como e por quem as ações foram planejadas e aprovadas?
- Em que medida as ações atendem às necessidades dos beneficiários?
- Em que medida as ações planejadas são executadas? Em caso negativo, por que? Existe um cronograma? Até que ponto foi cumprido?
- As ações tiveram a qualidade, a cobertura e os efeitos imediatos previstos?
- Em que medida as ações foram aceitas pelos beneficiários?
- Em que medida houve participação dos beneficiários nas ações? Grau de entusiasmo? Até que ponto as políticas do programa refletem as idéias e pretensões dessa participação?

#### Recursos humanos:

- Em que medida os recursos humanos são suficientes para o trabalho? Estão eles motivados? Que preparo têm? Que capacitação receberam?
- De que incentivos profissionais, oportunidades, condições de trabalho dispõem?
- Como são o ambiente organizacional e a dinâmica interpessoal do programa?
- Como se sentem os que trabalham no programa, os laços entre o trabalho e a vida pessoal?
- Em que medida há identificação com os valores básicos do programa? Que compromisso têm com o programa?



- Qual a qualidade da comunicação interna e externa?
- Que tipo de liderança predomina e de que modo influi no andamento do programa?
- Em que medida há participação na tomada de decisão?
- Existe voluntariado? Quais as características da organização, participação, número, jornada e procedência dos voluntários?
- Em que medida existe criatividade e iniciativa?
- Em que medida o programa consegue conservar seus recursos humanos? Observa-se desgaste físico e emocional? Por que?

#### Recursos financeiros e materiais

- Em que são investidos os recursos financeiros e materiais? Que percentual se investe nos serviços aos beneficiários e que percentual se investe na operação do programa? Qual a relação entre a distribuição dos gastos, os objetivos do programa e as necessidades dos beneficiários?
- Em que medida os recursos financeiros permitem e facilitam o desenvolvimento do programa?
- Quais as fontes de financiamento? De que modo influem na programação?
- Que gastos produzem maiores resultados positivos para os beneficiários?

#### Relações entre os beneficiários e o programa

- Qual a dinâmica da relação entre a equipe e os beneficiários?
- Há registros de dados e revisões sistemáticas da situação e do desenvolvimento dos beneficiários?
- Qual a participação dos beneficiários no planejamento do programa?
- Por que os beneficiários utilizam o programa? Por que os beneficiários potenciais não utilizam? No caso de serviços diretos, qual o grau de assiduidade, continuidade, permanência e deserção das crianças em relação ao programa?

### 3) Perguntas para medir o impacto dos programas

Medir os efeitos de serviços diretos às crianças, bem como os efeitos na família e na comunidade, buscando os resultados tanto positivos como negativos:

Impacto dos programas assistenciais nas crianças:



- Como mudaram as crianças beneficiadas pelo programa?
- Que mudanças ocorreram no seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social?
- Que mudanças ocorreram nas suas condições de vida?
- Que mudanças são observadas no seu trabalho e na sua receita?
- Como se relacionam as mudanças acima citadas?
- Até que ponto essas mudanças correspondem ao impacto do programa, ou elas, são, ao contrário, conseqüências de outros fatores ou influências? Onde se acredita que o programa é causador das mudanças, que aspectos parecem ser mais influentes?
- Quais são os maiores triunfos e problemas, e por que sobrevieram?

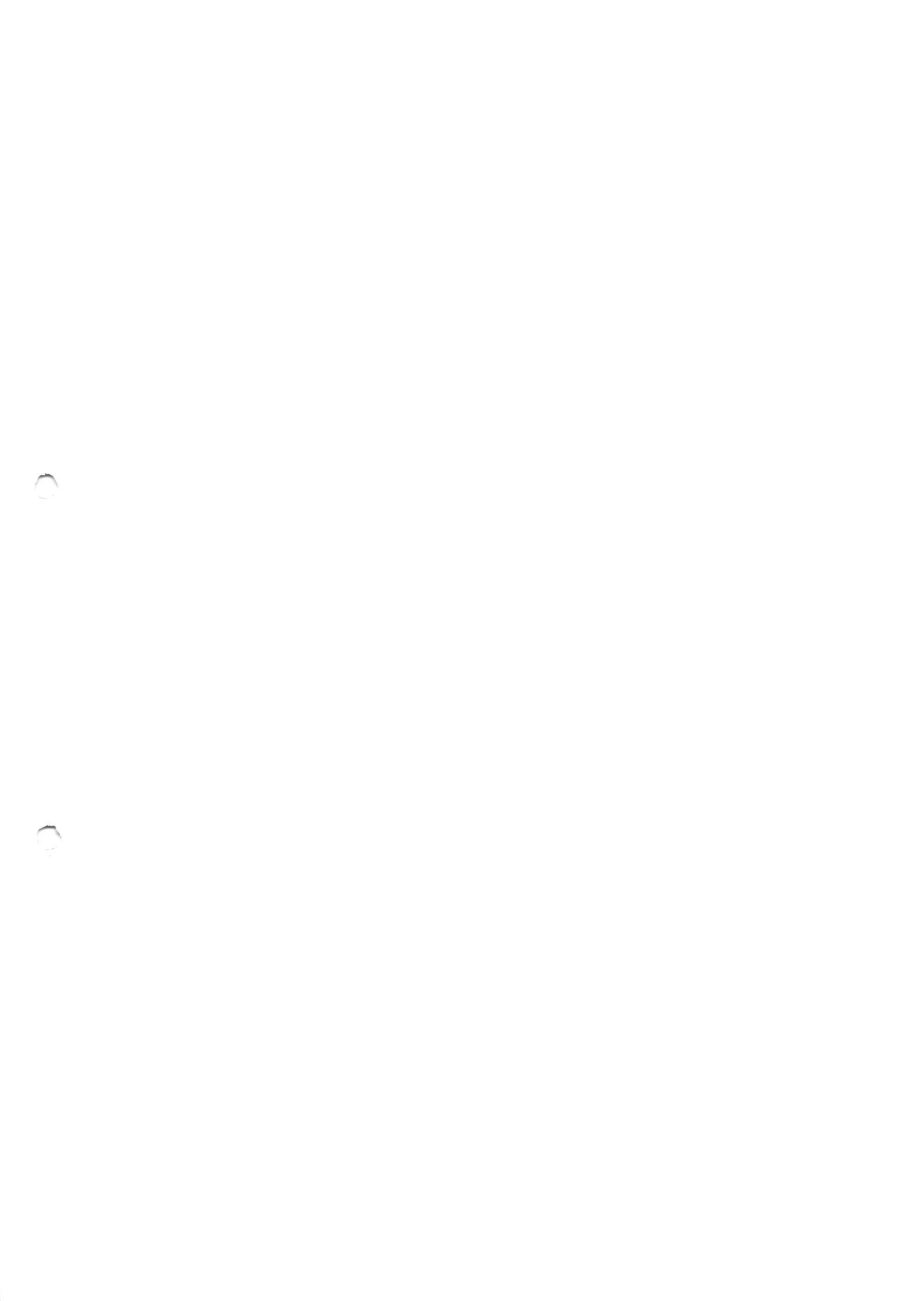
O impacto dos programas de apoio nos programas assistenciais

- Que apoio técnico e financeiro os executores da ação direta recebem e em que medida houve impacto no desenvolvimento das ações? Que aconteceu com a qualidade, a eficiência e a cobertura dos serviços prestados? Por que?
- Como as crianças se beneficiaram ou sofreram em conseqüência dessas mudanças?
- Que ações técnicas e financeiras ou que outras ações de apoio produziram mais mudanças, que positivas quer negativas? Por que?
- Quais mudanças perdurarão e quais não? Por que?
- Que triunfos e fracassos se destacam no caminho para a consecução das metas e dos resultados fixados para o programa de apoio?
- Que problemas o programa enfrenta no momento?
- Que aspectos valiosos foram identificados pela experiência? São reproduzíveis ou transferíveis?

#### B) Identificação dos indicadores, fontes e métodos

Pergunta que define os indicadores: Que aspectos concretos das informações proporcionam os melhores fundamentos para a resposta à pergunta em questão? Há indicadores tradicionais e aqueles que requerem bom senso e criatividade.

Duas perguntas essenciais devem ser feitas ao escolher os indicadores:



- Se é realmente válido, isto é, se corresponde de fato a pergunta em pauta ou se está referida a algum outro aspecto?
- Se é realmente confiável, quer dizer, se diferentes pessoas observassem o indicador sob condições análogas, todas o definiriam da mesma maneira?

Fontes:

- Os membros da equipe de operação do programa;
- Terceiros direta ou indiretamente relacionados com o programa;
- As crianças que participam do programa, inclusive que já o deixaram;
- As famílias das crianças;
- Organizações, líderes e membros da comunidade;
- Fontes secundárias, tais como material produzido pelo programa, material utilizado, relatório, documentos utilizados para a retroalimentação, publicações e bibliografias.

Métodos para obter a informação:

- Observação direta (participativa ou não).
- Leitura da documentação.
- Entrevistas dirigidas ou semi-dirigidas, com indivíduos ou grupos.
- Conversação/reflexão livre ou a partir de problemas levantados.
- Audiovisuais tipo fotografias, gravações e vídeos.
- Assembléia participativa.
- Depoimentos/relatos livres de experiências no programa e com o programa.
- Pareceres sobre o programa.
- Estudo de casos e histórias de vida.
- Reuniões de trabalho.
- Levantamentos.
- Técnicas de auto-expressão, como, por exemplo, dramatização, declaração, desenhos, escritos, músicas, trabalhos manuais e expressão corporal.

Escolhidos os métodos, preparam-se os instrumentos, tais como as folhas de observações, os questionários, as pautas de entrevistas etc.



Recompilação das informações no campo: Bem planejado, consciência do tipo de informação que se quer ter e conhecimento profundo dos procedimentos a serem adotados, treinamento adequado do pessoal.

#### IV - Interpretação e comunicação dos resultados da avaliação

A incorporação dos resultados em função do processo de mudança deve levar em conta:

- A metodologia de avaliação com suas limitações e alcance;
- Os usuários segundo suas características, níveis de participação e comprometimentos;
- Terceiros, cuja participação influi nos objetivos e processos do programa;
- O uso das informações;
- Sistematização por escrito da experiência;
- Reformulação, eliminação, reprodução ou socialização de determinados princípios e práticas do programa, de acordo com os bons resultados alcançados;
- Diagnóstico das necessidades de capacitação coletiva;
- Estimulo a continuidade da pesquisa participativa na ação, da ação e para a ação.



ESPINOLA, Basílica; GLAUSER, Benno; ORTIZ, Rosa Maria; CARRIZOSA, Susana Ortiz de. *Na rua: crianças trabalhadoras de rua em Assunção* (Série Metodológica, 4), Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Difíceis. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Bogotá: UNICEF, 1989.

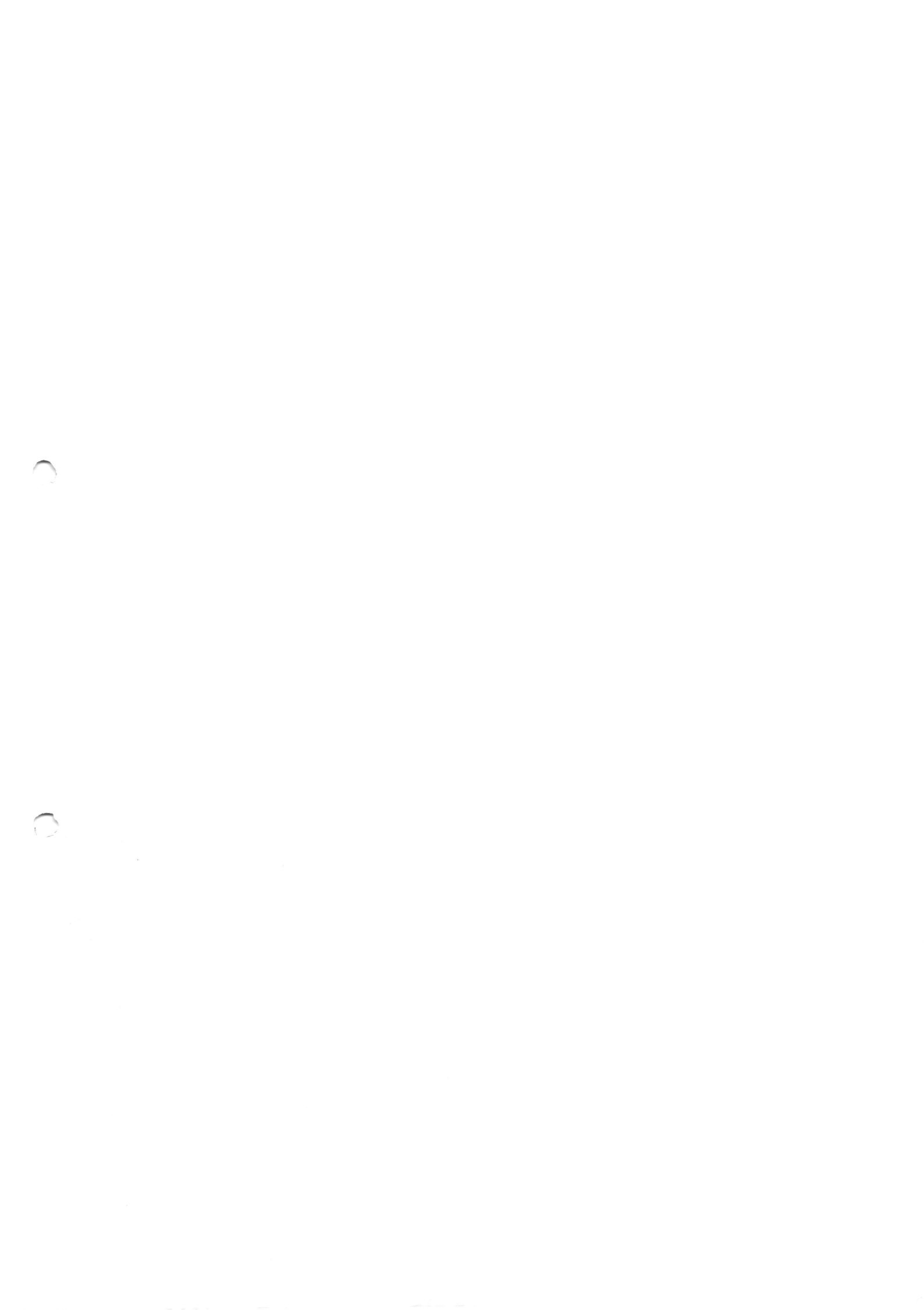
**Assunto:** Trata-se de publicação que aborda a situação e condições de vida de crianças e adolescentes trabalhadores de rua na cidade de Assunção, Paraguai.

**Objetivos:** Os autores, através de uma avaliação minuciosa, descrevem a realidade destas crianças e adolescentes de rua, com o objetivo de despertar a consciência e a ação da sociedade civil e do governo, para problemas de injustiça, más condições psicológicas e materiais de vida que afetam não somente crianças paraguaias, como crianças de toda a região da América-latina e do Caribe.

Nas palavras dos próprios autores, os objetivos desta publicação consiste em:

- Proporcionar uma visão e descrição que se baseiam: na preocupação pelo tipo de vida que as crianças trabalhadoras de rua se vêem obrigadas a assumir e viver; na necessidade de indagar as causas e os fatores condicionantes de sua situação injusta; no interesse de indagar e investigar essa realidade junto aos protagonistas<sup>7</sup> principais, as crianças trabalhadoras de rua, tratando de levar em consideração suas próprias explicações, relatos e contribuições, bem como "as regras do jogo" de seu mundo que é - e não é - o nosso;
- Despertar o interesse dos leitores e incentivar a busca de um conhecimento e de uma consciência mais profunda de nossa realidade. Essa busca deve ser assumida ativamente por cada leitor. Nossa contribuição não o absolve dessa responsabilidade e não substitui a visão e a consciência que ele mesmo deve alcançar e assumir.

**Conteúdo e metodologia:** Através de dados quantitativos e qualitativos, os autores descrevem a situação de vida das crianças e adolescentes de rua, abordando os diversos meios onde estes vivem e atuam, como: a situação da família e o ambiente familiar, as condições de trabalho e as inúmeras atividades que exercem (atendo-se detalhadamente



naqueias que são mais comuns), a situação escolar e de aprendizado, o ambiente da rua, em suas relações e formas de sobrevivência. A publicação contém ainda declarações, depoimentos e histórias de vida de crianças de rua, onde não apenas narram suas experiências e condição, como manifestam seus desejos, seus ideais, sua visão de futuro.

**Resumo da publicação:** Por tratar-se de uma descrição voltada para o caso específico da realidade paraguaia, este resumo ater-se-á apenas a alguns aspectos relevantes, apresentados pelos autores, que se assemelham ou que poderão servir de base à análise comparativa com a realidade brasileira.

Dados quantitativos da população em questão: 15 mil crianças trabalhadoras de rua na Grande Assunção, a maioria tem de 8 a 16 anos, sendo que 88% são do sexo masculino e 12 % do sexo feminino.

Ocupações: vendedores, jornaleiros, engraxates, guardadores de automóveis, carregadores da sacola de compra nos mercados, carregadores com carrinho nos mercados, limpadores de para-brisa, mendigos, catadores de lixo, xapeiros, lavadores de automóveis.

Como vivem: A grande maioria (81%) vive com os pais (ambos ou um deles), 15% vivem com outros familiares, 2% vivem sós ou com outras crianças, 2% vivem na rua.

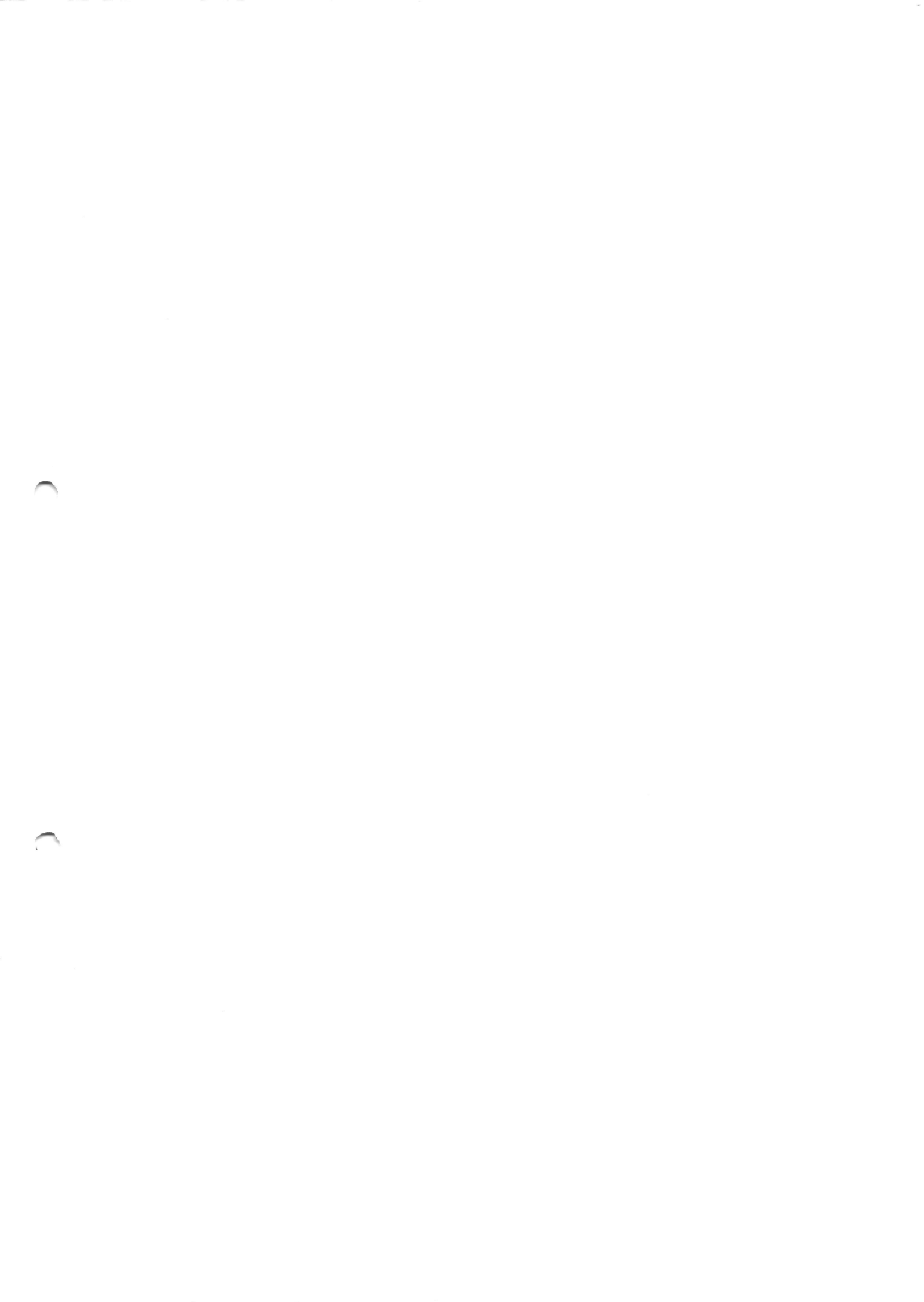
Por que trabalham: a maior parte trabalha devido à necessidade econômica de sua família, contribui com seus ganhos para o orçamento familiar; suas famílias vivem em condições de pobreza.

Escola: a maioria das crianças trabalhadoras de rua (77%) vão à escola.

Família típica de uma criança trabalhadora de rua: pai, mãe e cinco ou seis filhos; a família não tem rendas estáveis ou, se as tem, são muito baixas; pelo menos dois dos filhos trabalham na rua; veio do campo.

Espaço físico familiar: espaços pequenos e bem limitados, falta condições básicas de moradia, como água corrente, sistema de fossa e esgoto, casas construídas com materiais de segunda ou terceira mão, como madeira, papelão ou encerado.

Relação familiar: 45% alega ter uma "boa relação" com ambos os progenitores, 20% alegam que "se dão bem" com apenas um deles. 35 % alega receber castigos, por diversos motivos, onde os mais comuns são "não ter levado dinheiro suficiente para casa", "ter-se



portado mãe" ou o pai ou o padrasto "estar bêbado". Uma dentre cada sete crianças disse receber "castigos severos e maus-tratos".

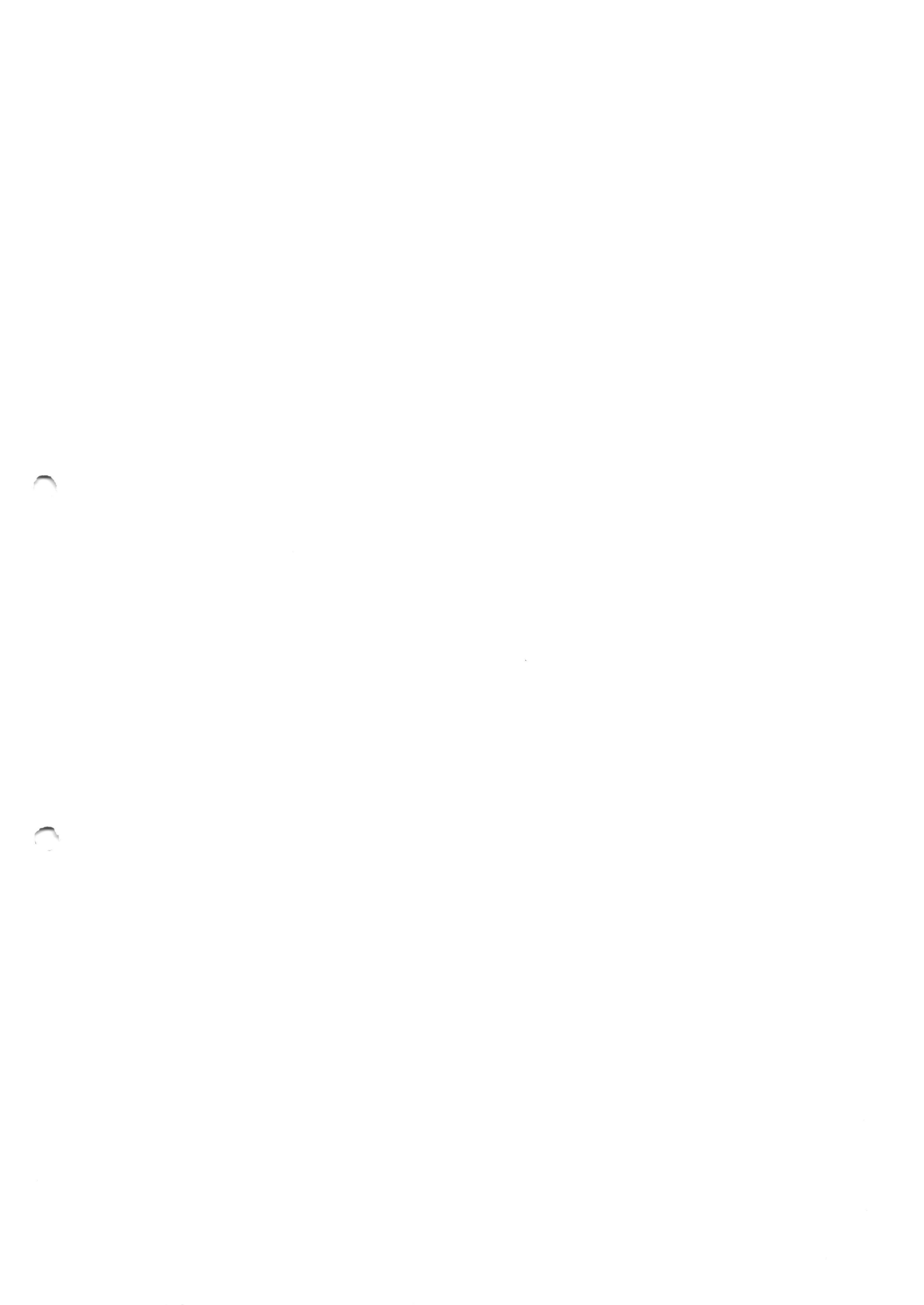
Estratégias de vida da criança trabalhadora ou de sua família:

- trabalho de vários membros da família, se a renda familiar for insuficiente;
- mandar os filhos trabalharem na rua para que contribuam com a renda familiar;
- mandar os filhos trabalharem na rua para que, durante o dia, alimentem-se e sustentem-se sozinhos;
- dormir perto do lugar de trabalho em vez de voltar para casa, para aliviar o peso da passagem de volta.
- não sair para trabalhar, por causa do preço da passagem e por não valer a pena;
- prostituir-se;
- ficar de bem com as autoridades;
- ir para a Argentina procurar trabalho;
- beber muito e embriagar-se para distanciar da realidade opressora;
- tranqüilizar-se e convencer-se, através dos sermões ouvidos nas "tendas", de que é melhor ser pobre do que rico.

A importância da contribuição da criança para a economia familiar: Em 50% das famílias, as crianças contribuem com a metade - ou mais - da renda familiar. 50% das crianças trabalhadoras entregam seus ganhos à família; 26 % gastam primeiro consigo (comida, transporte, escola, diversão) e entregam o resto para a família e 24% gastam somente consigo.

Condições de Trabalho: duração, que pode variar segundo a ocupação, idade, dia da semana, temporada e clima: levando em conta domingos, feriados e dias de chuva que reduzem ou até anulam as possibilidades de trabalho na rua. A estimativa que se chegou é de uma média de 22 a 25 dias de trabalho (e de renda) por mês. 4% das crianças trabalham entre 2 a 4 horas por dia; 47%, entre 4 e 6 horas; 28%, entre 7 e 8 horas e 21%, nove horas ou mais.

Locais de trabalho: mercados, cruzamentos das artérias principais, o microcentro da cidade, locais de grande afluência de público, tais como terminais de ônibus, aeroporto, parques, cemitérios, estádios, zonas com muito movimento noturno em geral, ruas de diferentes bairros.



Setor informal, onde está a maioria das crianças trabalhadoras: incertezas sobre a próxima renda (não sabe o dia de amanhã); remuneração baixa; longa duração da jornada de trabalho e não consideração de horários de descanso; instabilidade ocupacional; risco econômico; escassa ou ausência de proteção legal; trabalhos muitas vezes arriscados, insalubres, má qualidade geral do ambiente de trabalho; insegurança diante do constante perigo de ser roubado, preso, perseguido etc.

Dificuldades para se ter acesso a escola: dinheiro para a matrícula; dinheiro para a compra do uniforme; dinheiro para o material escolar; passagem de cada dia, se a escola ficar longe; dinheiro para atender os pedidos periódicos da professora; irmão em idade escolar.

Deficiências da escola e do aprendizado: escolarização pouco proveitosa e com baixo rendimento; deficiente preparo para o futuro; a escola não motiva a criança, que se sente "estranha" e desinteressada, por mais que deseje estudar; absenteísmo; decepção e desilusão da criança quanto às suas capacidades.

### *Na rua*

Fatores de expulsão da família:

- deterioração das condições econômicas da família (desemprego crescente, diminuição da receita e do poder aquisitivo), que obriga a criança permanecer mais horas na rua e menos em casa;
- instabilidade da família e do lar, devido as condições econômicas que obrigam os membros da família a esforços desesperados para trabalhar, deixando o lar a qualquer hora e reduzindo-o a uma mera base para uma parca refeição e um curto descanso familiar, e não um meio de relacionamento e de vida comum;
- problemas com determinados membros do grupo familiar (por exemplo, como padrasto);
- as angústias, as tensões, brigas e a violência no lar, produtos de um desequilíbrio permanente dos membros da família e do grupo familiar em decorrência da precariedade da base de subsistência;
- a distância entre a casa onde vive a criança e seu lugar de trabalho;
- o trabalho em altas horas da noite, que às vezes impossibilita o retorno por falta de transporte público.



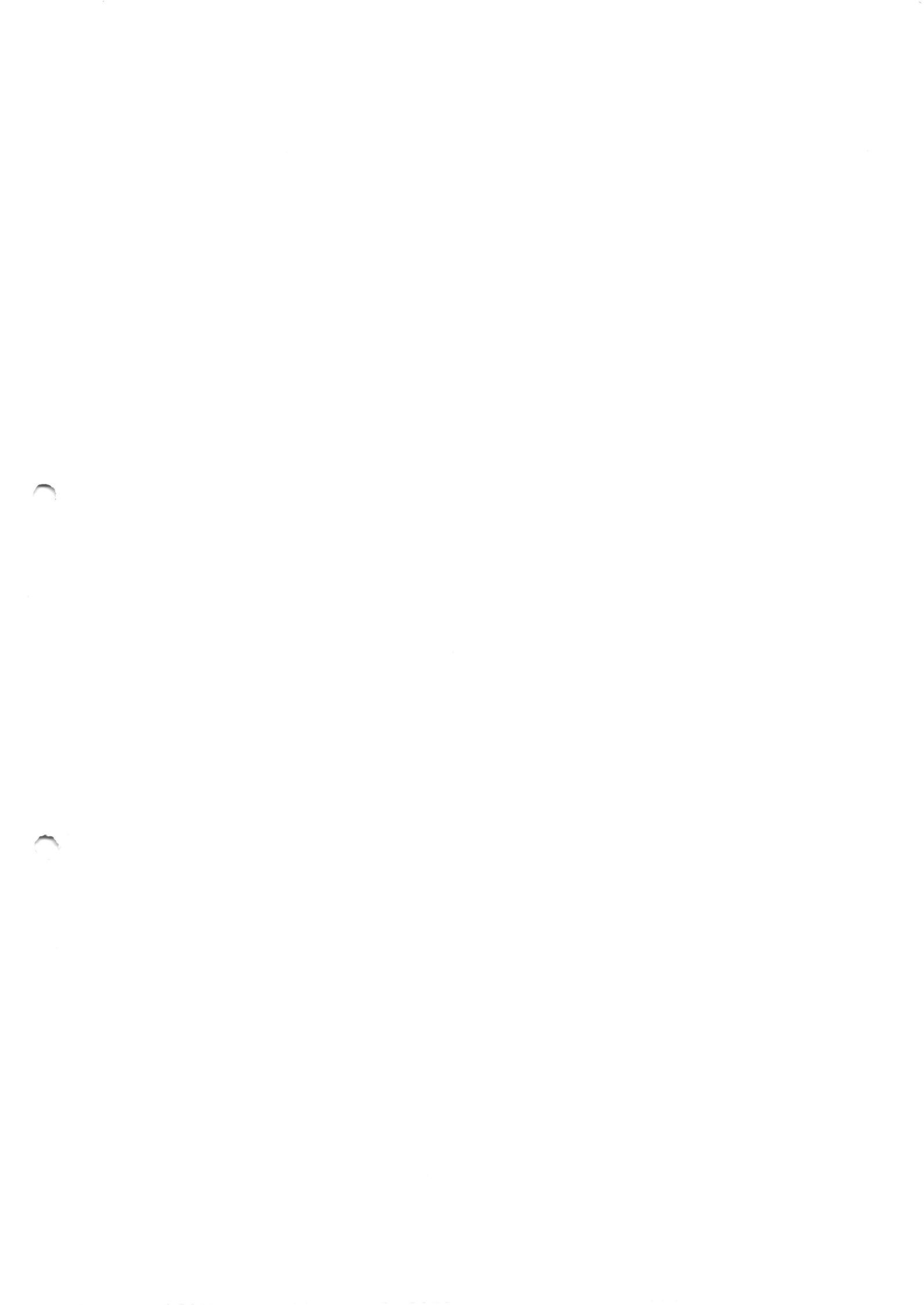
- a incapacidade da criança de responder ao papel de adulto que deve desempenhar, agravando-se não apenas pelo fracasso, mas por ser ameaçada ou castigada por sua família.

Os fatores que facilitam a "instalação na rua" são:

- a presença de pessoas (adultos ou outros *menores*) no ambiente de trabalho da criança, que tomam conta dela e que substituem, embora parcialmente, o afeto e a segurança que sua família lhe deveria oferecer normalmente;
- a possibilidade de dormir no seu lugar de trabalho, nas proximidades ou em casa de outras crianças companheiras de trabalho. A disponibilidade de "abrigos" ou lugares onde acolhem-se as crianças para que passem a noite;
- a crescente familiaridade da criança com o meio: a rua. O aprendizado progressivo das estratégias necessárias para sobreviver;
- a condição infantil, que faz com que a criança não perceba seus atos com todas as suas conseqüências. Nesse sentido, o fato de ficar na rua pode ser simplesmente algo "novo" que lhe agrada. Pode ser que experimente com certo prazer, segundo a curiosidade e o afã de descobrir, naturais em sua idade, a possibilidade de ser mais independente, de poder cumprir ou não as exigências de uma vida formal e ordenada, de acordo com sua conveniência e comodidade, e sem que o castigo no caso de que o descumprimento seja demasiado rigoroso. Pouco a pouco, o que começa como busca experimental dos alcances e limites pessoais entre liberdade e castigo pode se transformar num hábito;
- as condições de vida (onde dorme, como se alimenta) não diferem muito das condições existentes em seu lar. Em alguns abrigos são até melhores.

As condições de vida e as formas de relação dessas crianças que trabalham e vivem na rua são descritas por elas mesmas, através de depoimentos ou de histórias de vida: sua rede de amizade, seu apelidos, a proteção e aliciamento ou suas experiências negativas com policiais, suas formas de sobrevivência, suas brincadeiras e jogos; seus desejos, aspirações e fantasias.

Quando questionadas o que queriam ser quando fossem grande: 8% aspiram ofícios do seu nível atual ou não têm aspirações; 49% aspiram uma ocupação segura como trabalhador; 21% aspiram profissões elevadas de difícil alcance, ou expressam fantasias.



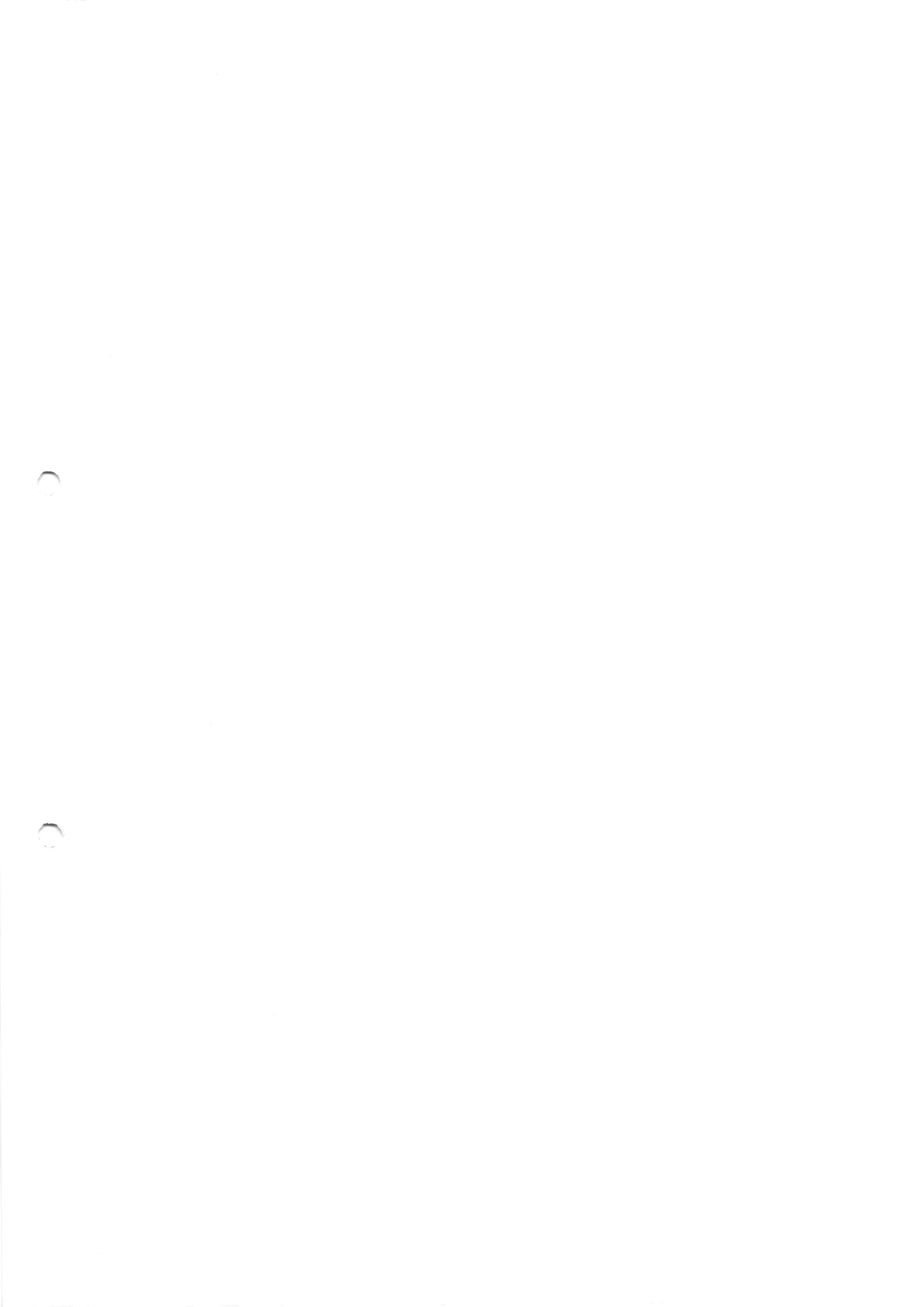
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *lineamento para aplicação da guia metodológica para a análise da situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. Versão Preliminar. (Série Metodológica, 8), Bogotá: UNICEF, 1989.

**Assunto:** Trata-se de um guia metodológico para se efetuar uma análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis. O guia foi elaborado a partir dos seminários promovidos pela UNICEF, onde estabeleceu-se convenções para uma análise de situação, tal como a categorização e caracterização das crianças sob análise, a identificação de indicadores chave para cada categoria, bem como a indicação de fontes de informação adequadas para cada conjunto de indicadores e os métodos e técnicas para colher a informação.

**Objetivos:**

1. Unificar certos critérios centrais para que os responsáveis da realização da análise de situação em cada país mantenham uma certa uniformidade, tanto no manejo conceitual, como no uso de referências para resolver o problema de indicadores, a identificação de fontes de informação e o uso técnico, instrumental e metodológico;
2. Desempenhar um papel orientador para que os responsáveis nacionais da implementação da Análise de Situação possam realizar o perfil específico do processo de análise, construindo instrumentos eficientes para identificar a informação necessária situando fontes idôneas de informação e recorrendo às técnicas e métodos adequados para colhê-la;
3. O documento pretende constituir-se num fator de motivação para a ação, contribuindo com linhas gerais de orientação, que alimentem a capacidade criativa e operacional dos responsáveis da Análise de Situação em cada país. Os resultados devem constituir o ponto de partida para a ação em benefício das crianças.

**Conteúdo e metodologia:** O guia percorre cada categoria de crianças dentro da especificação mais ampla, crianças em circunstâncias especialmente difíceis, definindo tanto



os aspecto da nomenclatura, como o aspecto dos elementos característicos que permitem considerar a criança dentro de cada categoria.

Para cada categoria, o guia fornece uma matriz modelo para se efetuar a análise de situação. Esta matriz contém:

1. Áreas temáticas, que constituem os aspectos mais gerais ou globais da análise de situação;
2. Perguntas geradoras, cujo o uso permitirá a abordagem de questões de maior interesse para a análise da respectiva categoria de crianças;
3. Indicadores chave, cuja utilização permitirá construir respostas específicas às perguntas geradoras;
4. Fontes mais idôneas de informação, às quais se poderá recorrer para cada tipo de questão que esteja sendo pesquisado;
5. Método e Técnicas para colher a informação, salientando-se o modelo participativo, já que não se pretende dar um diagnóstico "sobre" as crianças, mas "sim" com as crianças. Por isto, sugere-se o uso de técnicas que dão forma a um modo de pesquisa eminentemente participativa.

As categorias abordadas são:

1) Crianças em Estratégias de Sobrevivência:

- está integrada por meninos, meninas e adolescentes;
- mantém vínculos familiares;
- realizam atividades de produção de dinheiro, em resposta à situações socialmente impostas;
- estas atividades localizam-se dentro da economia formal, informal ou marginal;
- desenvolvem-se dentro ou fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela;
- para isso, utilizam-se de tempo parcial ou integral;
- recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviços.
- recebem remuneração para si mesmos, para o grupo a que pertencem ou para "terceiros".

Obs: Essa categoria substitui a de "criança trabalhadora", uma vez que a mesma excluía um número considerável de crianças que desenvolve atividades marginais como



forma de obter entradas para sua sobrevivência, como roubo, mendicância, prostituição, atividades violentas por encomenda etc.

## 2) Criança de Rua:

- localização em zonas urbanas;
- os laços familiares, se existem, são débeis;
- desenvolvem espertezas e habilidades de sobrevivência;
- a rua é seu habitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização. A vida que nela leva está sujeita a mudanças constantes em sua trajetória para a idade adulta e se deixam a rua, indo à delegacias policiais, à cadeia, a algum abrigo, à sua casa, ou um lar substituto, será apenas temporariamente, para regressar em seguida;
- sua condição os expõem a riscos consideráveis e específicos.

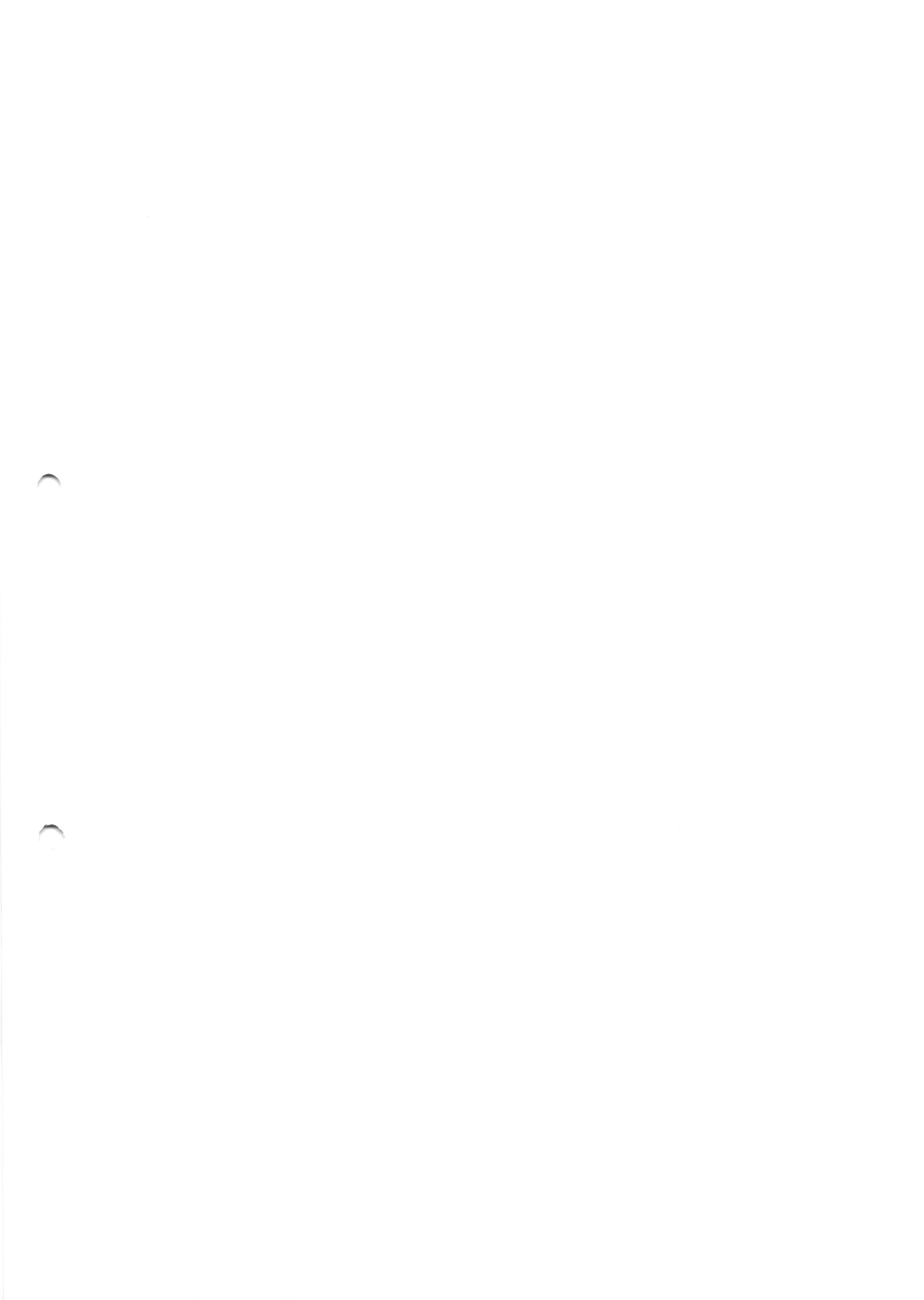
## 3) Crianças Vítimas de Maus Tratos e Abandono:

- são aqueles que sofrem ocasionalmente ou habitualmente atos de violência física, sexual ou emocional, tanto no grupo familiar como nas instituições;
- os maus tratos podem ser executados por omissão, supressão ou transgressão dos direitos individuais e coletivos. Incluem também o abandono completo ou parcial.

## 4) Crianças Institucionalizadas:

São aquelas que, por alguma razão, vivem em instituições. Estas razões podem ser:

- Porque foram abandonadas, o que significa que suas famílias não se encarregam deles ou são incapazes de sustentá-los;
- Porque foram arrancados de suas famílias para serem protegidos contra a violência ou abandono;
- Porque têm graves problemas de saúde, seja físicos ou mentais;
- Porque foram presos, como resultado de sua conduta;
- Por motivos de maus tratos, perigo moral, abuso sexual, exploração ou outras circunstâncias ocasionadas no grupo familiar.



5) Crianças em conflito armado:

Vítimas diretas ou indiretas de conflitos armados que obstruem e/ou destroem seu desenvolvimento bio-psicossocial.

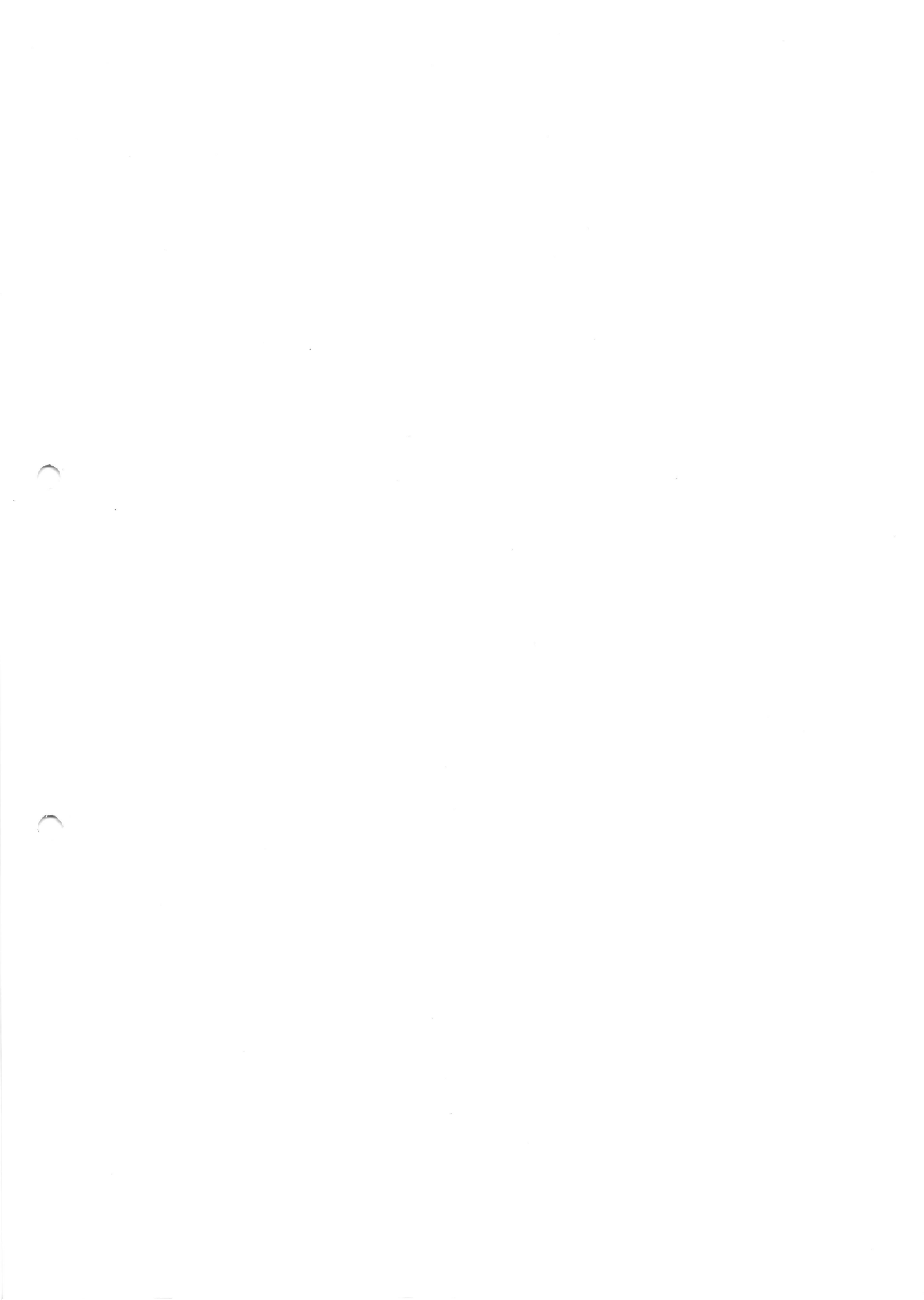
6) Crianças em desastres naturais e ecológicos:

Crianças feridas, órfãos, desarraigadas e, por outro lado, afetadas por catástrofes naturais, tais como inundações, secas, ação vulcânica ou terremotos. Nesta categoria incluem-se também as crianças vítimas de fenômenos a longo prazo, como os desastres ecológicos.

7) Crianças com necessidades específicas de atendimento preventivo:

São todas as crianças e adolescentes que com suas famílias e vizinhos vivem em espaços ou áreas geográficas claramente delimitadas por uma combinação de condições crônicas e extremas de pobreza crítica, e de crise cultural e familiar; isto produz uma deterioração acelerada, tanto das suas condições materiais de vida, quanto de suas condições sociais e culturais de existência; por estes motivos encontram-se permanentemente e perigosamente em riscos iminente de maus tratos de abordagem e participação precoce em estratégias de sobrevivência, de deserção escolar, de drogadição, de prostituição, de vagabundagem, de infrações e de dissolução dos vínculos familiares e de vizinhança.

Para cada uma dessas categorias, a publicação traz um modelo de análise de situação, observando que este não é fixo, podendo variar de acordo com a realidade de cada país ou região.



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA - UNICEF. *As Crianças das Américas: Sobrevivência, proteção e desenvolvimento integral da infância, na década de 1990*. Santafê de Bogotá, Colômbia, 1992.

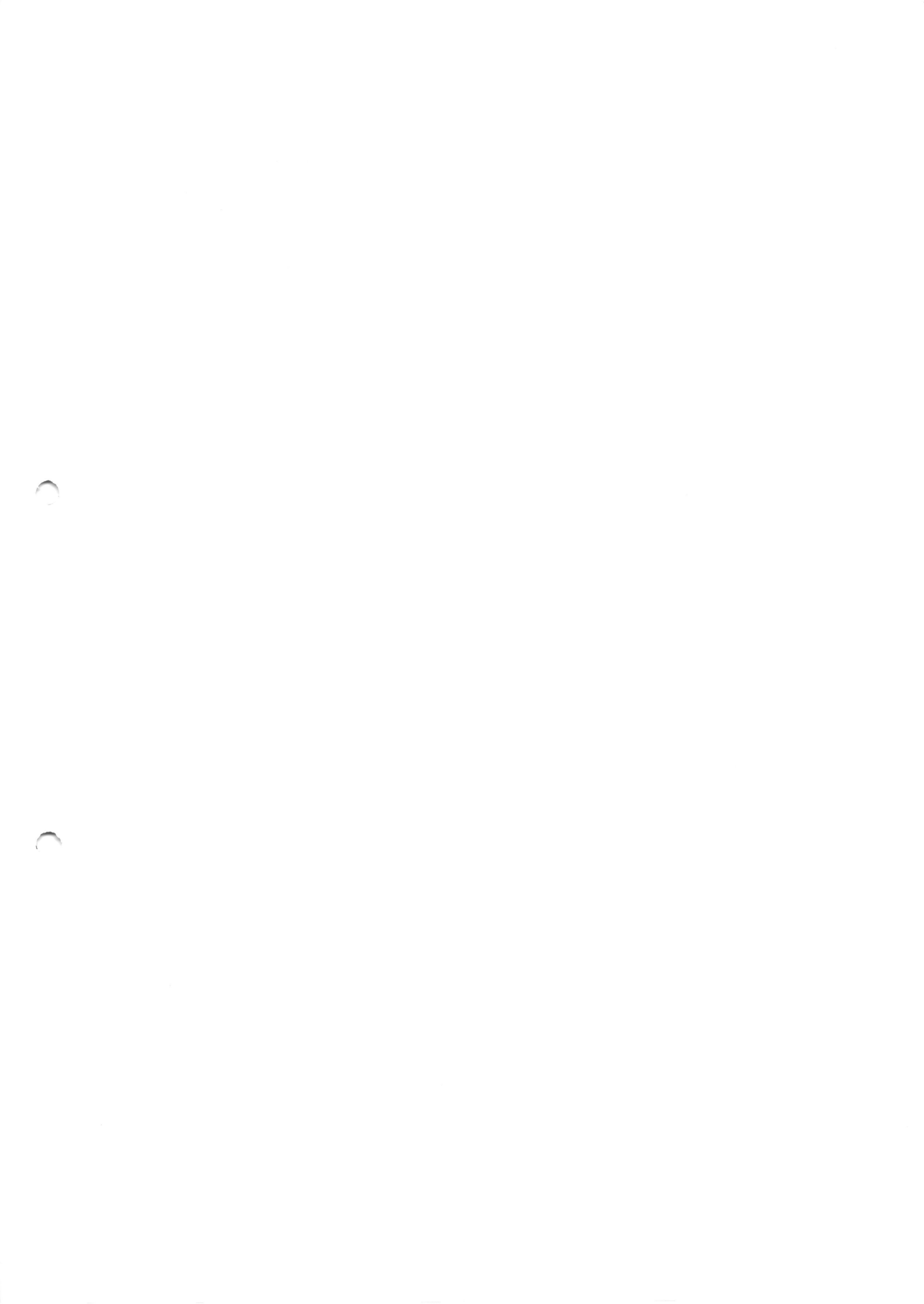
**Assunto:** Trata-se de publicação da UNICEF, que traça um perfil da infância na região da América Latina e do Caribe, através de dados quantitativos e qualitativos, estabelecendo diretrizes nas diversas áreas de necessidades básicas para solucionar os problemas de desigualdade, injustiça e miséria que afetam grande parte das crianças e adolescentes da região.

**Objetivos:** A intenção da UNICEF, através dessa publicação, é chamar a atenção para a situação da infância latino-americana e caribenha, objetivando com isso orientar, impulsionar e estabelecer propostas de ação e metas que deverão ser levadas a cabo pela sociedade e pelos governos de cada país.

**Conteúdo e metodologia:** A UNICEF parte do pressuposto de que a década de 90 apresenta-se como uma promessa de mudanças que oferece esperança e oportunidades para o mundo inteiro, principalmente com o fim da polarização que dividiu o mundo durante a guerra fria. Entretanto, atenta para o grave legado de pobreza, desigualdade e deterioração ecológica, fragmentando o mundo por dualismos marcantes, onde as disparidades de todo tipo continuam aumentando.

Nesse contexto amplo, foca sua atenção na América-latina e no Caribe, onde as disparidades aparecem em todos os indicadores de bem-estar social, afetando, particularmente, a infância e a juventude da região: baixa expectativa de vida ao nascer, alta mortalidade infantil, escassez ou ausência de educação básica, baixo índice de acesso à água potável e saneamento, habitação e emprego produtivo, além do quadro geral da distribuição da renda familiar na maioria dos países da região registrar um dos padrões mais injustos do mundo.

Segundo a UNICEF, a profundidade da crise que assolou a região, sobretudo na década de 80, criou uma nova mentalidade, mais pragmática, que permite que a América Latina e o Caribe percebam sua própria realidade e a do resto do mundo a partir de uma perspectiva



mais positiva, mais confiante em suas próprias capacidades de desenvolvimento e integração e mais aberta. A maioria dos países da região tem demonstrado uma disposição em superar a crise e retomar o crescimento econômico através de diversas estratégias de desenvolvimento. Aponta para a necessidade, então, de adoção dessas estratégias procurando integrar crescimento econômico com justiça social, dentro da preservação do meio ambiente e de uma democracia.

No caso específico dos problemas que afetam a infância e a juventude da região, a UNICEF afirma que já há uma predisposição política em canalizar esforços para que esses problemas sejam solucionados. O primeiro passo foi a ratificação, pela maioria dos países (exceção do Haiti), da Convenção Sobre os Direitos da Criança, que sancionou um conjunto de normas universais, bem como estipulou compromissos e metas específicas a serem cumpridas. Essas metas foram assumidas pelos Planos Nacionais de Ação (PNA) formuladas em cada país, que estabeleceram ações em benefício da infância, centradas na redução da morbidade e mortalidade evitáveis, na desnutrição crônica, nas desigualdades existentes na educação básica e nas deficiências dos serviços de água e saneamento, a serem cumpridas para o ano 2000.

Ressalta, contudo, que não basta assumir metas no papel e, também, que a superação da crise econômica não modificará o quadro da desigualdade, mas que, sobretudo, é necessário vontade política, superando obstáculos e resistências imposta pelas classes dirigentes e privilegiadas: realocação de investimentos sociais, reestruturação orçamentária, eliminação dos privilégios e da discriminação, criação de canais de participação e de integração social dos grupos excluídos.

Em seguida, apresenta um perfil sintético das principais áreas de ação para o cumprimento das metas de saúde materno-infantil, nutrição, educação básica, água e saneamento, através da montagem de um quadro dos déficits sociais mais importantes da região e das estratégias prioritárias para a década de 90.

#### 1) Saúde materno-infantil:

Segundo a UNICEF, há diferenças entre os diversos países da região quanto aos índices de mortalidade infantil e de expectativa de vida ao nascer. Embora nas últimas décadas tenha havido um progresso significativo, as médias desses indicadores estão ainda bastante baixas se comparadas com as dos países desenvolvidos.



As causas da mortalidade infantil também variam conforme o país, mas, no geral, a grande maioria morre por causas, em grande parte, evitáveis: doenças perinatais, doenças diarreicas, infecções respiratórias agudas, anomalias congênitas e deficiências nutricionais, nesta ordem de importância (dois terços destas mortes estão concentradas em 10 países, onde só no Brasil concentra-se um terço).

**Estratégias:** É possível um controle eficaz e uma redução considerável da mortalidade por IRA através de uma série de medidas preventivas tais como o reconhecimento oportuno dos sintomas pela família ou por um agente de saúde, com o tratamento a base de medicamentos antimicrobianos ou, nos casos mais graves, enviando o paciente aos serviços hospitalares. Outros fatores de proteção da criança podem contribuir para a queda da mortalidade por IRA, entre eles, o aleitamento materno, a imunização completa, nutrição adequada, higiene familiar e salubridade ambiental.

A maioria das mortes maternas está relacionada com complicações na gravidez e no parto: 20% de toxemias, 20% hemorragia, 16% aborto, 14% complicações do puerpério.

**Estratégias:** A mortalidade materna é em grande parte evitável com medidas relativamente simples e de custo relativamente baixos. As ações devem centrar-se no aumento da cobertura e da qualidade dos serviços de atenção pré-natal, do parto e pós-natal. É preciso promover o acesso das mulheres em idade fértil à informação, à educação e aos meios eficazes para prevenir a gravidez não desejada e de risco.

## 2) Nutrição:

Estima-se que mais de 6 milhões de crianças *menores* de cinco anos sofrem de desnutrição moderada e um milhão de desnutrição grave, o que representa cerca de 14% do total da população deste grupo de idade (cifras subestimadas).

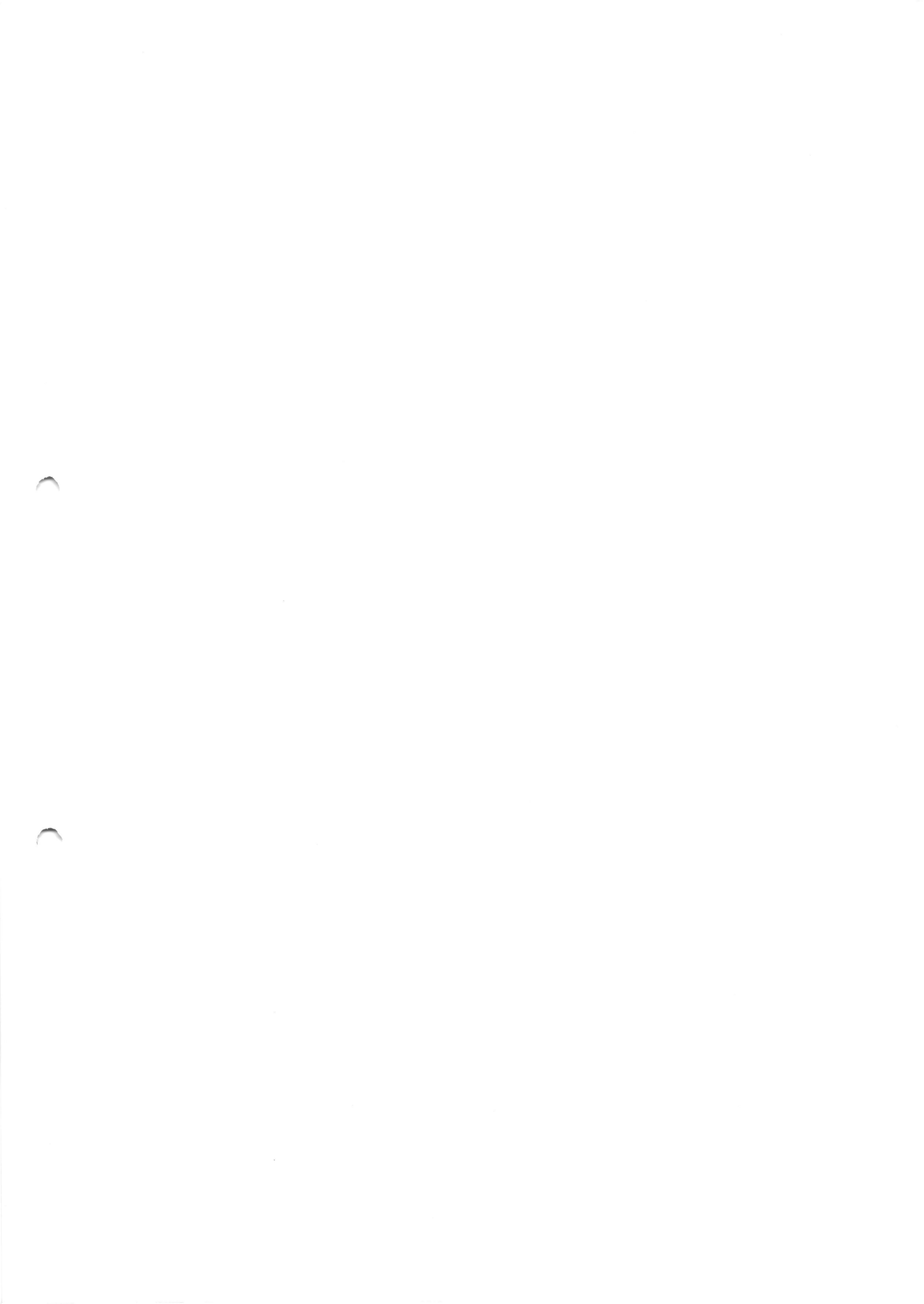
Brasil, Honduras e Panamá: tem 30% do total deste grupo.

Venezuela e Chile: 20%

Tipo predominante de desnutrição: crônica (raquitismo)

Causas: ignorância, infecções, alimentação inadequada, falta de higiene e de saneamento. Ausência de dieta equilibrada para as mães gestantes e filhos.

**Estratégias:** estratégias integradas de atenção materno-infantil. O controle e eliminação das deficiências de micronutrientes mediante programas destinados a informar e apoiar as famílias para que possam diversificar sua dieta e receber uma administração direta destes



componentes (sal iodado, cápsulas de azeite iodado, vitamina A e sulfato de ferro); programas de alimentação suplementar para mulheres grávidas, lactentes e crianças em idade escolar, assim como a promoção do aleitamento materno.

É necessário melhorar a eficiência interna dos programas, tanto na gestão como na capacidade de focalização e cobertura da população destinatária.

### 3) Educação:

Contraste entre o acesso universal e a ampla cobertura, por um lado, e altos níveis de repetência e baixas taxas de conclusão, por outro, mostram um grave problema de ineficiência e qualidade de ensino, gerando perda de recursos, limitação das oportunidades de integração e mobilidade social e limitação da capacidade de milhões de crianças latino-americanas de obterem empregos produtivos na vida adulta.

Em média, 92% da população da região em idade escolar tem acesso à educação básica; 15% de analfabetos maior de 15 anos; Brasil, República Dominicana, Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti registram taxas elevadas de analfabetismo, 20% a 57%, e respondem por dois terços dos 42 milhões de analfabetos da região (fora aqueles que apenas assinam o nome).

Apenas 60% (média regional) dos alunos que começam o curso básico conseguem concluí-lo, embora repetindo algumas séries. Essa proporção reduz-se drasticamente para 15% se considerar-se somente aqueles alunos que completam o ciclo básico sem repetência.

A proporção de alunos que completam o ensino fundamental (com repetição de algumas séries) varia na região desde níveis inferiores a 35% (o caso do Brasil, Haiti, Bolívia, Nicarágua e República Dominicana) até superiores a 85% (Chile, Colômbia, Panamá e Uruguai).

Causas da baixa qualidade do ensino:

- O clima familiar, o nível de renda e o grau de instrução dos pais (em especial da mãe), junto com o acesso aos serviços urbanos, são fatores chave no rendimento escolar.
- A formação passiva do professor, os baixos salários, a falta de reciclagem profissional e a desvalorização social de sua função.



Estratégias: Existe um conjunto variado de experiências e pesquisas que podem contribuir para gerar novas estratégias educativas bem sucedidas e orientar a realocação de recursos. Muitas delas não representariam um custo adicional significativo e sua aplicação permitiria liberar importantes recursos para reduzir as ineficiências atuais.

Obs: Não há um maior detalhamento sobre tais estratégias.

#### 4) Água e Saneamento:

Considerada pela UNICEF a meta crucial para o ano 2000, uma vez que produziria efeitos benéficos em todas as outras áreas.

Dados: 88 milhões de pessoas não têm acesso à água potável e 140 milhões não é servida de saneamento básico.

As médias regionais de cobertura é de 80% para água potável e 64% para saneamento básico. Disparidades entre zona urbana e rural.

Estratégias: Ampliar a cobertura, aplicando-se tecnologias de baixo custo e de grande impacto.

Reavaliação das aplicações atuais de capital e racionalização da captação dos recursos (cobrando-se tarifa dos usuários e isentando-se os mais pobres)

Promover a educação sanitária das famílias, em especial das mulheres, relacionando as práticas higiênicas na utilização da água e sistemas seguros de esgotos.

Promover sistemas de vigilância e controle permanente relacionados com a informação sobre a cobertura, qualidade da água e de saneamento e uso dos serviços.

Preservação das fontes de água para consumo humano e os meios adequados de condução e tratamento, com a finalidade de que a água seja utilizada e os dejetos não ofereçam riscos à saúde e ao meio ambiente. Medidas de recuperação de rios.

Ao estabelecer metas para o ano 2000 nessas quatro áreas, a UNICEF conclui que os esforços não devem vir somente do governo (que teria por obrigação a liberação de recursos), mas também da sociedade civil, nos seus mais diversos setores e segmentos.

Clama também pela colaboração internacional, integrando os países da região.



**Assunto/objetivos:** contribuir para o processo de reflexão/ação dos educadores e demais agentes envolvidos com meninos e meninas de rua.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** O texto discute, inicialmente, algumas premissas de como deve se dar a abordagem aos meninos/meninas de rua. Em primeiro lugar, o trabalho de abordagem deverá sempre ser realizado por um grupo de educadores e nunca individualmente, “quer pela questão ideológica embutida nesta postura (coletivismo), quer pela questão de ajuda mútua e de segurança que o educador tem de enfrentar na rua”. Em segundo lugar, com a equipe de trabalho preparada e com objetivos bastante claros, deve-se principiar o trabalho de observação, ou seja, visitas aos locais onde as crianças se encontram e têm como ponto de referência, de forma a conhecer a teia de relações ali criadas, às quais essas crianças estão envolvidas (adultos que exploram crianças, polícia, vendedores ambulantes, etc.). O trabalho de observação é essencial e demanda muita paciência, pois só através dele poderá ser obtido um modo de abordagem diferente e autêntico, isto é, que rompa com as barreiras previamente estabelecidas (histórias de vida inventadas pelas crianças ora para afirmar sua força, ora para sensibilizar e se fazer de vítima, etc.), possibilitando com que os educadores possam de fato aproximar-se da realidade das crianças e com elas criar laços de amizade, de modo que se possa construir juntos um projeto educativo.

O texto alerta sobre o erro de soluções imediatistas, como casas criadas precocemente visando, do ponto de vista do educador, atender as necessidades básicas das crianças. Essas casas, em geral, tornam-se pequenas “para comportar toda a energia de quem vive há muito tempo na *liberdade* das ruas, um dia acabam caindo e se tornando mais uma frustração na história da turma da rua”. Desta forma, a questão fundamental para o educador de rua é “como agir no sentido de reconstruir a história dessa garotada, como oferecer coisas que tenham a ver com a sua realidade social, seu modo de ser e seus reais interesses, sem cair na tentativa de institucionalizar o trabalho”. Deve-se partir de uma intervenção que não seja paternalista e que não crie falsas expectativas.



O texto aponta uma série de atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças na rua: brincadeiras, jogos, passeios, colaboração na resolução de problemas próprios das crianças (saúde, falta de documentação, reaproximação com a família quando este for o desejo da criança, etc.), entre outras.

Deve-se estar atento também, para uma série de conflitos e desafios com os quais os educadores terão que se defrontar, como o preconceito social com relação a essas crianças, “a situação das meninas na rua, a questão do furto, das drogas, da prostituição feminina e masculina, da violência, da ideologia introjetada pelos oprimidos, do imediatismo dos meninos e meninas de rua, dos choques com a polícia, das prisões e muitos outros”. Assim, os educadores deverão tornar as situações de conflito objeto de reflexão e avaliação, visando apreender, da própria experiência, formas alternativas que se contraponham à posturas autoritárias, repressivas ou moralistas.

Em síntese, “toda a ação do educador social de rua deve estar voltada para duas direções: uma no sentido do trabalho direto com a criança, procurando ser uma presença efetiva e afetiva”, outra no sentido da comunidade, mobilizando-a em torno dessa questão. Para o êxito do trabalho, é fundamental a articulação com os movimentos populares e o diálogo com entidades e instituições responsáveis pelo atendimento das crianças. “O trabalho do educador social de rua assume uma dimensão política transformadora quando não cai nos dois extremos incoerentes, que seria educar para a rua (para que a criança se mantenha na mesma situação) e educar para a sociedade (para “recuperar o *menor*” e inseri-lo “bonzinho” e obediente na sociedade como está)”. O desafio é justamente educar na rua e a partir da rua, garantindo o espaço de participação crítica da criança.

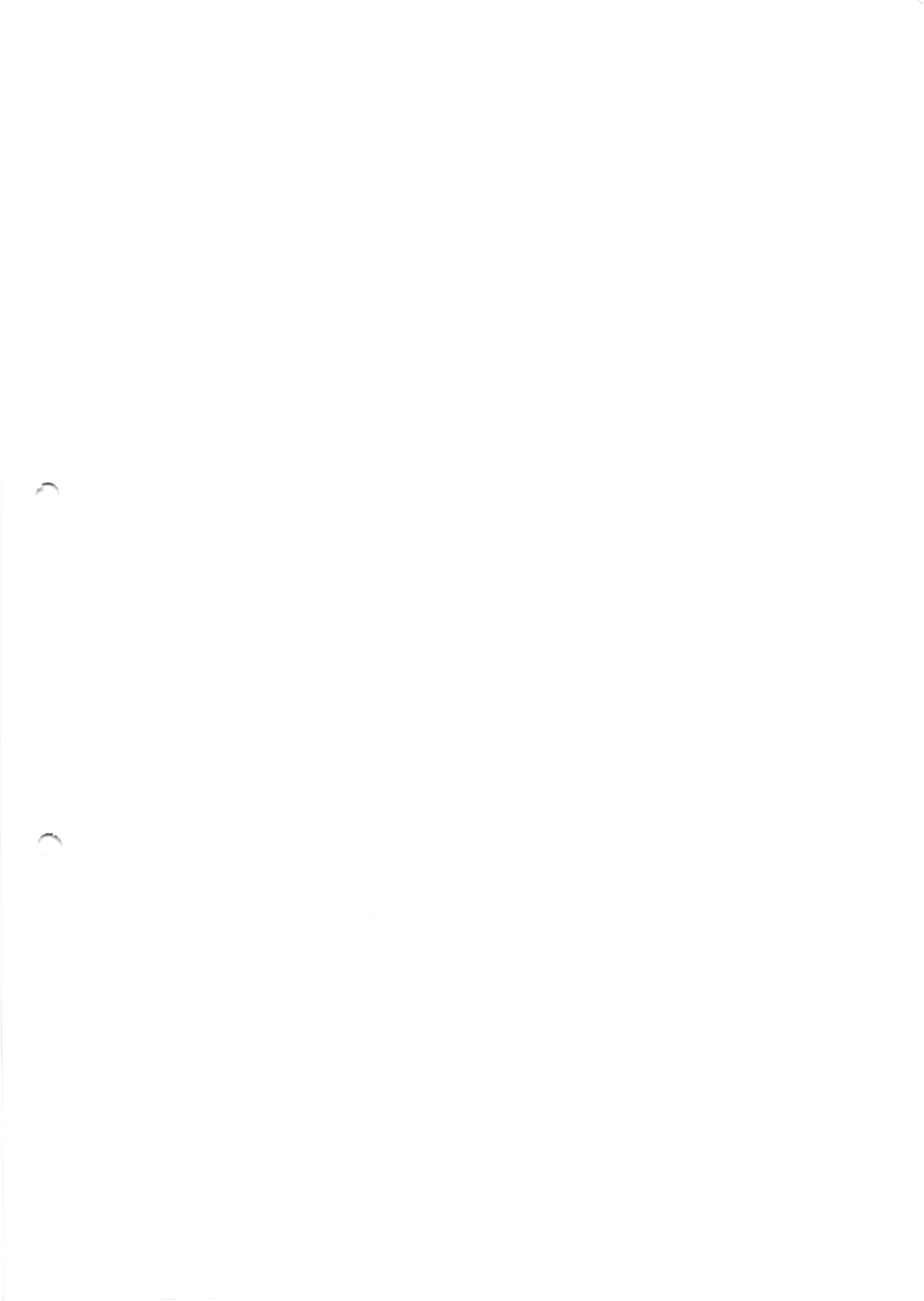


**Assunto/objetivos:** o texto apresenta algumas reflexões sobre a questão da escola para meninos de rua, a partir de programas experimentais de educação alternativa.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** Segundo o texto, “a prática alternativa pressupõe uma metodologia básica, a partir da fala das crianças, de suas expressões, de seu mundo, de seus simbolismos, de seus gestos concretos, do que dizem, pensam e sentem o mundo, a realidade a sua volta, que constituem o seu saber. Os materiais didáticos e pedagógicos, seguindo esta mesma linha de trabalho educativo, têm que ser construídos a partir das crianças e até com as crianças”. A implementação do processo participativo se impõe como categoria básica para o desenvolvimento de novas experiências, devendo envolver e engajar o mais possível, todos os membros da comunidade.

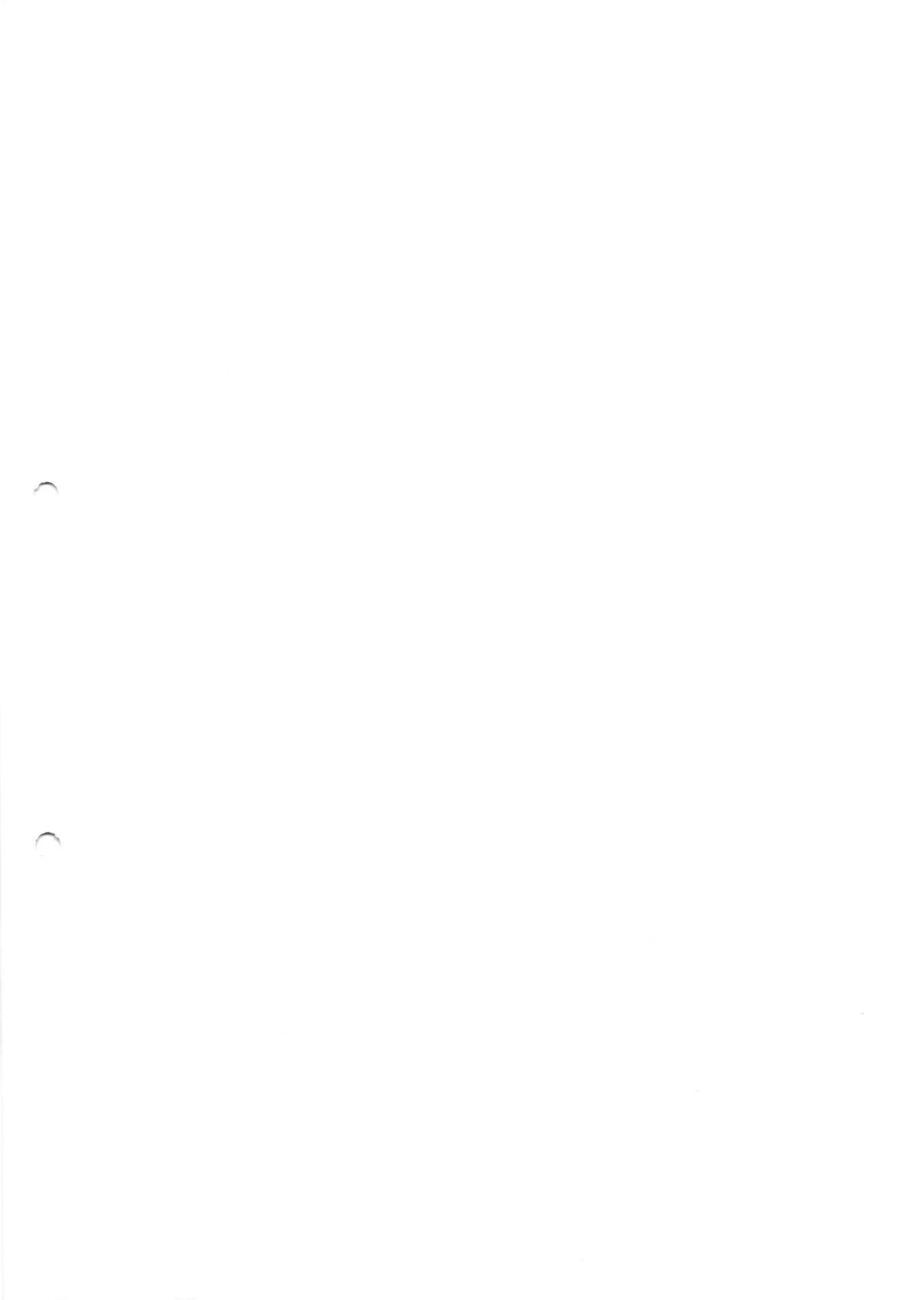
Outro aspecto assinalado diz respeito ao modelo de co-gestão na escola, cuja base é fator importante para dar consistência às novas experiências a partir da determinação das normas do grupo, da escolha do universo de atividades, da definição da ocupação, enfim, das mudanças que devem ser definidas para o próprio grupo. Numa perspectiva educacional alternativa, o poder deverá ser sempre “partilhado, co-responsabilizado e, principalmente, participado a nível das decisões sobre a prática educativa, presume-se que sejam acompanhadas de uma análise crítica abrangente e profunda a fim de que não caiam em propósitos indefinidos e vazios”.

Não existe um modelo único e circunscrito de educação alternativa, uma vez que sua ênfase está justamente no processo de adequação a uma realidade determinada e historicamente situada. Esse movimento de “resgate da identidade da verdadeira escola, a escola que transforma, que gera perspectivas de participação na ação pedagógica e na ação política, que repensa o caminho a partir dos agentes do processo (educador/educando)” acabaria por gerar não apenas uma mudança da escola em termos organizacionais, mas também estruturais. Ou seja, o que se pretende não é criar uma alternativa paralela ao sistema escolar formal em vigor, “mas uma educação alternativa capaz de transformar as práticas do



processo educativo próprios da escola (métodos, materiais, relações de poder, etc...) e consequentemente a transformação mais ampla do sistema educacional, bem como da sociedade”.

A questão que se coloca e fica em aberto, é de como viabilizar uma educação alternativa em uma sociedade de classes, levando-se em conta as relações de poder, os recursos disponíveis na comunidade, o modo de produção, a legislação, os princípios pedagógicos, bem como o processo cultural.

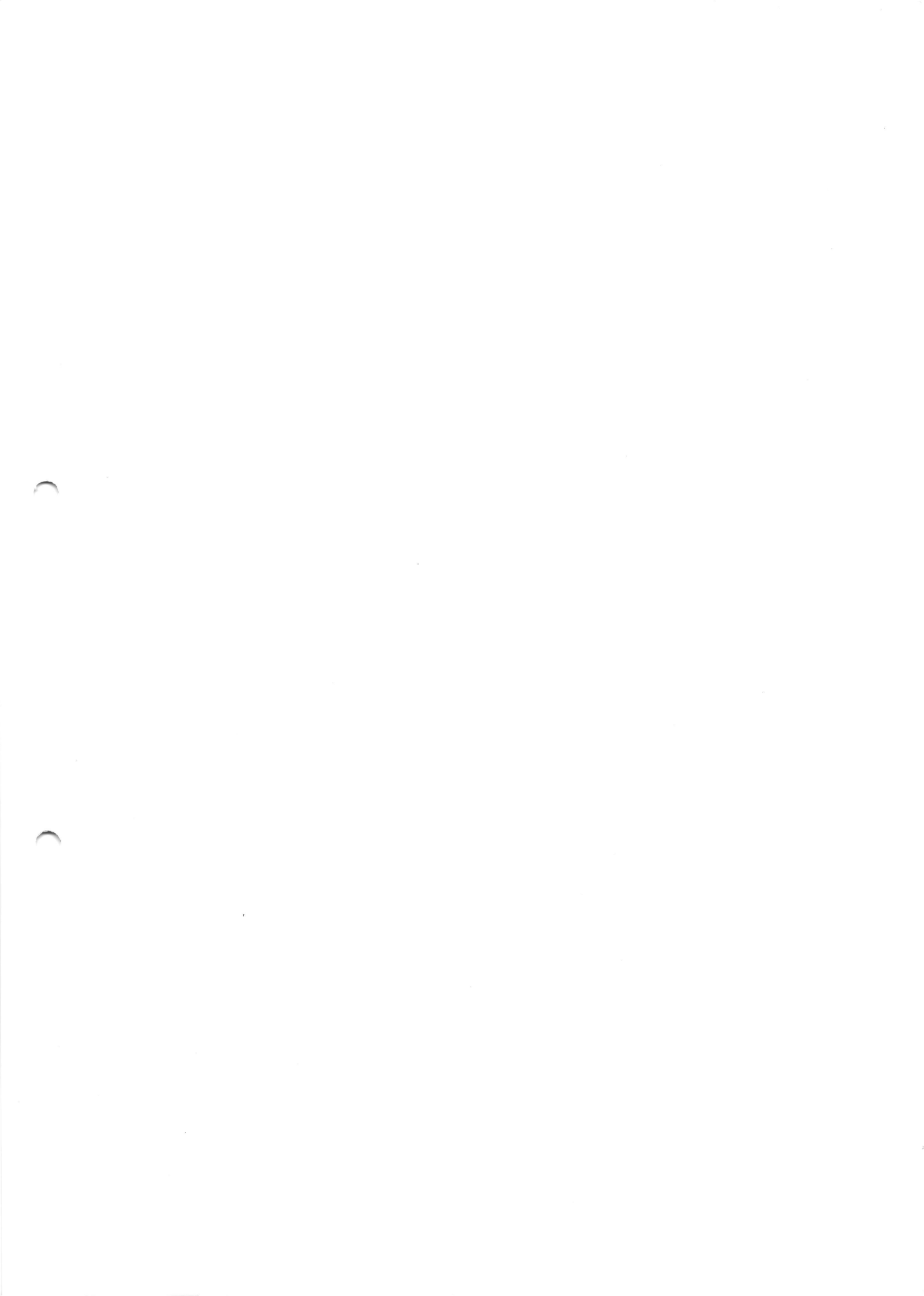


OLIVEIRA, Luiz Antonio Prado de - *Crianças de Rua, Criatividade e Autonomia* (Série Ponto-de-Encontro No. 2. Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua). FUNABEM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1987.

**Assunto:** o autor discute a questão do trabalho infantil e a necessidade de que os programas voltados para o atendimento dessa população adotem uma perspectiva que envolva a geração de recursos financeiros próprios e o desenvolvimento de uma linha pedagógica que associe a educação e as reais necessidades de sobrevivência das crianças.

**Objetivos:** contribuir para a reflexão e ação de todos que trabalham com crianças carentes (principalmente de rua), a partir da abordagem de dois problemas que cercam os programas de atendimento a crianças e de educação pelo trabalho: a necessidade de geração de recursos financeiros próprios e a dificuldade de mobilização, de forma duradoura, da atenção espontânea das crianças.

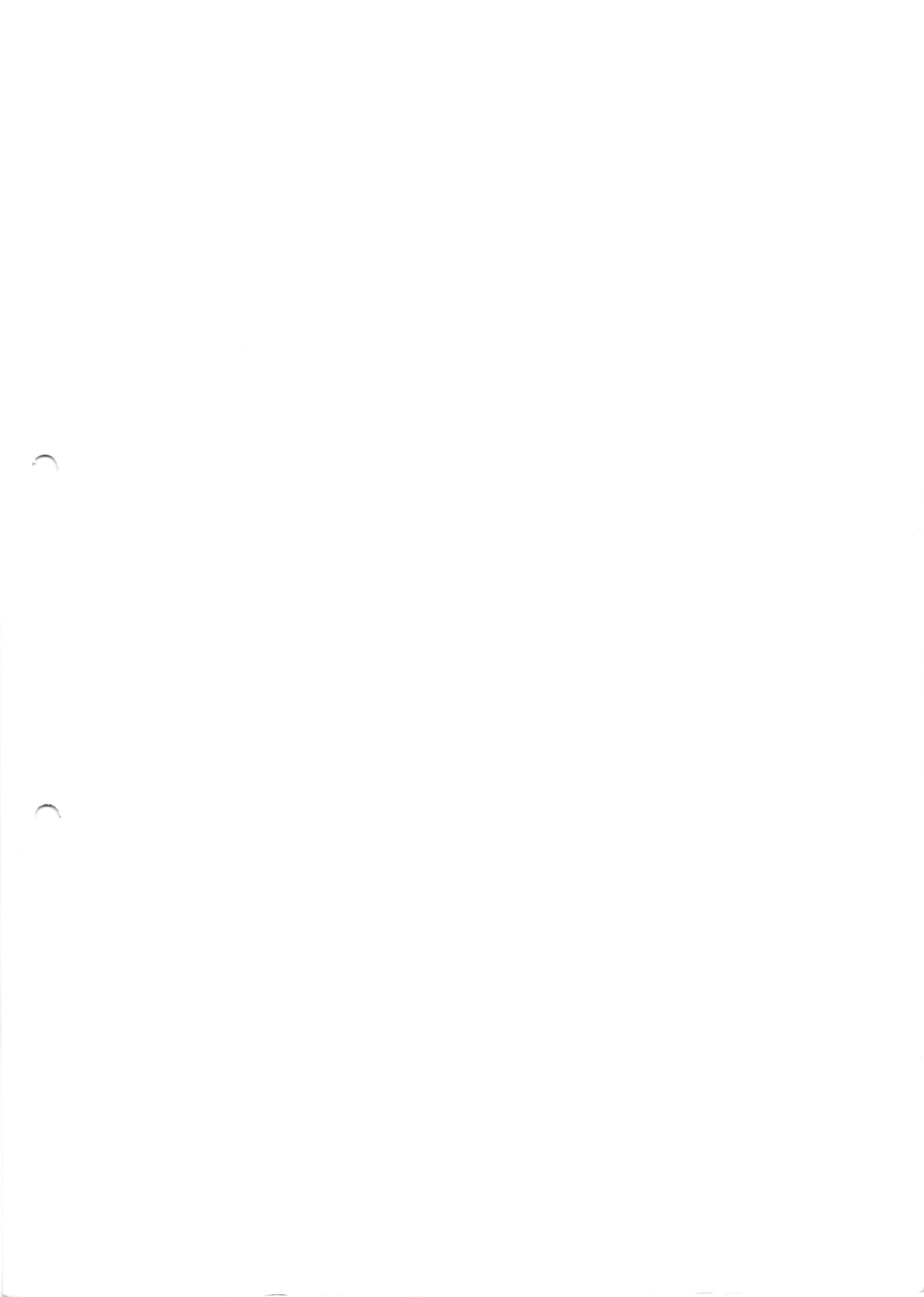
**Conteúdo (abordagem/metodologia):** o texto aponta a importância de diversas experiências de programas de apoio e educação que conseguem auto-sustentar-se, libertando-se da dependência de fontes externas de financiamento. Isto porque esta independência pode garantir uma certa margem de autonomia e, conseqüentemente, tornar o trabalho das crianças e dos instrutores mais tranquilos. O autor parte do princípio de que as crianças que são atendidas por esses programas enfrentam no cotidiano questões de sobrevivência bastante eminentes. Muitas vezes são obrigadas a trabalhar para ganhar seu próprio sustento ou, como em muitos casos, para contribuir com o sustento de suas famílias. "o que inviabiliza, na prática, qualquer atividade que ocupe boa parte do tempo sem gerar um rendimento mínimo compatível com o meio social em que vivem". Neste sentido, para que uma experiência de atendimento a crianças possa atingir sua auto-suficiência financeira de forma total ou mesmo parcial, é preciso que suas atividades sejam capazes de gerar renda, sem que isso implique no abandono de seus objetivos educacionais, na medida em que a comercialização da produção, além de estimular o aperfeiçoamento da qualidade do trabalho, "reforça o sentimento de autoconfiança e de auto-respeito das



crianças, exercita suas relações com a sociedade e permite-lhes avaliar melhor suas possibilidades profissionais e sua capacidade de sustentar-se com o produto de seu trabalho (o que é sempre um assunto presente em suas vidas)". Contudo, deve-se estar atento para que a comercialização da produção das crianças não passe pela relação de compra/venda enquanto caridade, pois tal possibilidade, longe de ressaltar a criatividade e a capacidade dessas crianças, acaba por realçar a carência e a pobreza. Portanto, o produto do trabalho das crianças deve ser sempre de boa qualidade, o que contribui tanto para sua formação profissional e pessoal, quanto para despertar o interesse real dos compradores.

Dentro desta perspectiva, o autor apresenta uma discussão sobre qualidade, vendas, custos, preços e divulgação dos produtos, com o objetivo de subsidiar o trabalho desenvolvido junto às crianças de rua. Discute ainda algumas questões pertinentes à organização do trabalho, chamando a atenção para diversas experiências de programas de apoio a criança de rua que têm se orientado para a formação de associações e cooperativas, pois "essas formas de sociedade estimulam o convívio e completam a formação profissional das crianças, tornando-as mais criativas e independentes na transição para o mundo adulto".

Por fim, o autor conclui o texto reafirmando a importância de se romper com barreiras formais que pressupõem uma rígida e nefasta separação entre a pedagogia e a economia, no sentido de que o subdesenvolvimento e a pobreza somente poderão ser superados "a partir da iniciativa, da criatividade, da mobilização, da organização e da conscientização das pessoas e das comunidades".



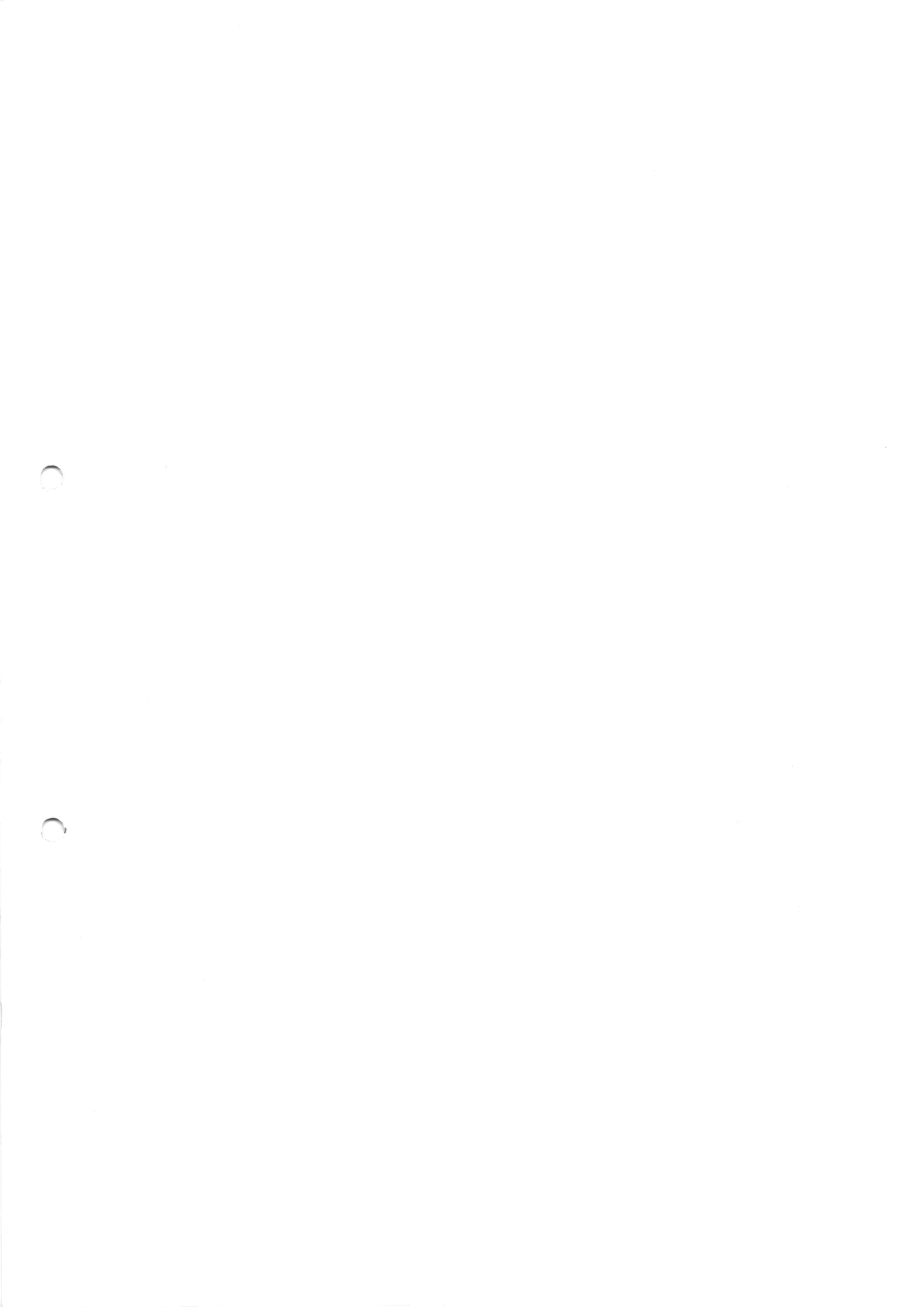
**Assunto:** a publicação apresenta tópicos das reflexões e debates registrados no encontro “Professor Paulo Freire com Educadores de Rua”, realizado em São Paulo, em outubro de 1985, bem como algumas conclusões apontadas no “I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua”, realizado em Brasília, em 1984.

**Objetivos:** Divulgar algumas considerações acerca do trabalho dos educadores junto aos meninos e meninas de rua.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** O texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira delas, são apontadas algumas considerações e conclusões apresentadas no “I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua”. Na segunda parte, são expostos alguns tópicos da reunião realizada em outubro de 1985 com o “Prof. Paulo Freire e os Educadores de Rua”.

*I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas Comunitárias para Meninos de Rua:* por ocasião deste evento, foram traçadas algumas características comuns às crianças de rua. Em sua maioria, são meninos e meninas cuja idade varia entre sete e dezessete anos, que obtêm na rua o seu sustento, contribuindo também, em alguns casos, para o sustento de suas famílias, as quais são quase sempre pobres e sem condições de oferecer um atendimento básico às necessidades de seus filhos. De acordo com o texto, essa criança apresenta o seguinte perfil:

- é prematuramente adulta e busca meios para sobreviver na rua, como consequência de um sistema social que a marginaliza;
- atua, permanentemente, em atitude defensiva frente às pessoas, como resposta ao maltrato físico de que é objeto por parte do meio que a rodeia;
- satisfaz suas necessidades básicas e reais na própria rua e com o seu grupo de pares, dorme, come e trabalha;

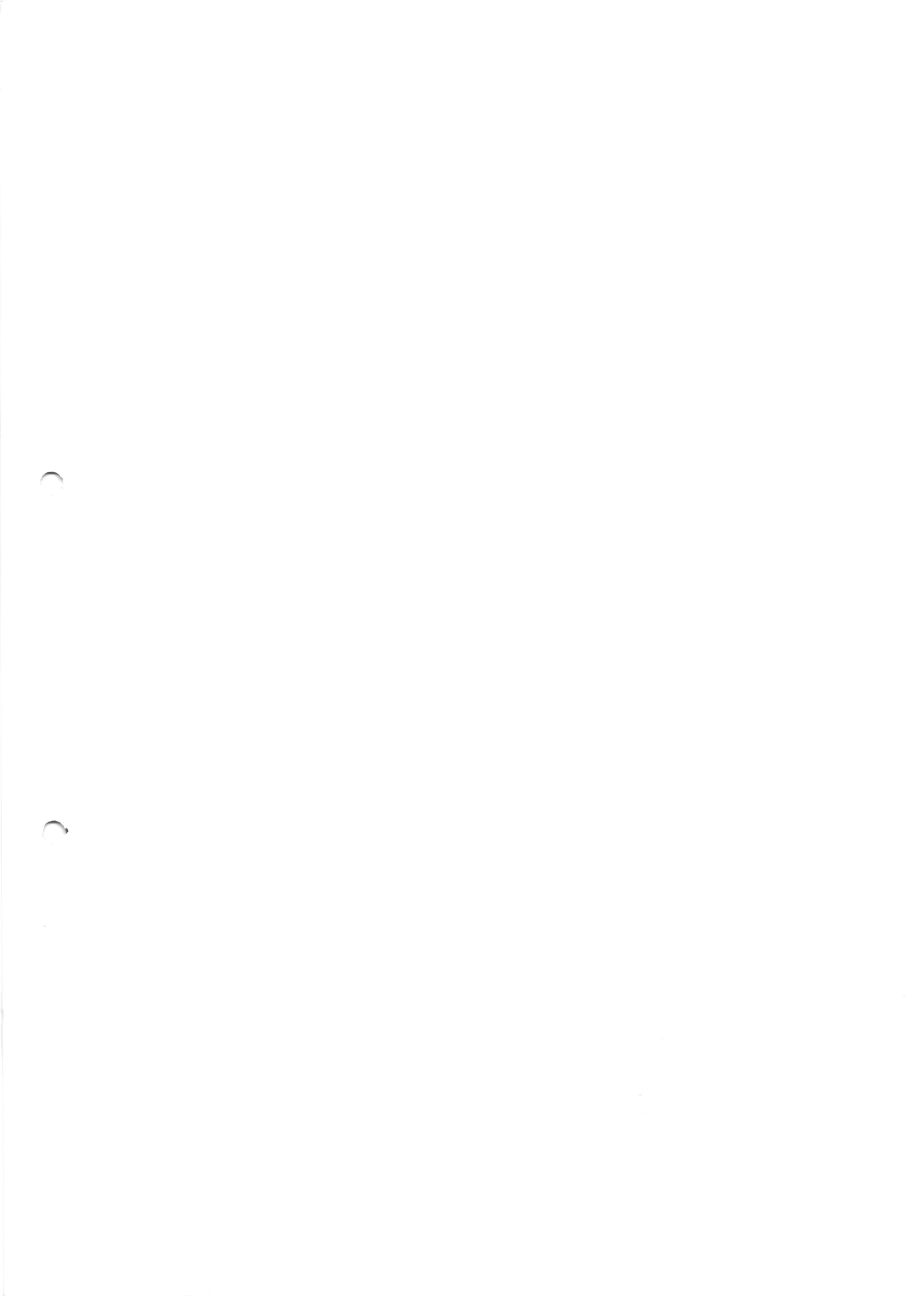


- enfrenta crescentes dificuldades escolares que a leva à repetência e ao abandono dos estudos;
- desenvolve habilidades especiais que lhe permite sobreviver;
- é um produto da carência de afeto familiar e social, o que influi negativamente no seu crescimento harmônico integral;
- o menino da rua é forte, astuto dentro do seu próprio meio.

O texto aponta ainda uma nitida demarcação entre menino e menina de rua. Embora sejam produtos e vítimas de uma mesma situação, ambos enfrentam realidades distintas. “A realidade da menina de rua é muito grave por sua dupla condição de abandono e de ser mulher. Na rua ela está mais exposta sofrendo as conseqüências de como se situa o papel da mulher na sociedade. Na família é rechaçada e o serviço doméstico não é valorizado como trabalho. Além disso, ela sofre as conseqüências da maternidade prematura, do abandono e da prostituição”.

Com relação ao educador de rua, o texto apresenta um delineamento de alguns aspectos importantes que devem compor o seu perfil:

- é perceptivo e sensível às causas das situações geradoras;
- é aquele que respeita e não reprime; aquele que tem senso de ajuda mútua e estimula a troca de experiências, reconhecendo e descobrindo novos valores significativos com o *menor*; também aquele que está aberto e é amigo gratuito;
- é flexível, capaz de reavaliar suas concepções e limitações e, com o *menor*, descobrir, na convivência do conflito, novas perspectivas de vida;
- é aquele que estimula a ação participativa da comunidade, de forma que se veja o *menor* de rua como efeito de toda uma situação injusta, descobrindo modos de superar esta situação;
- ele não tem objetivo de “domesticar” o *menor*, como espera a sociedade em que vivemos;
- ele trabalha com o grupo, em grupo, visando sempre uma organização mais ampla;
- é aquele que não abafa a denúncia dos *menores*;
- ele vai com o tempo criar uma situação nova, provocadora de novas relações; é aquele que procura oferecer condições concretas para que os meninos superem suas necessidades; ele não determina prazo para mudança de comportamentos;

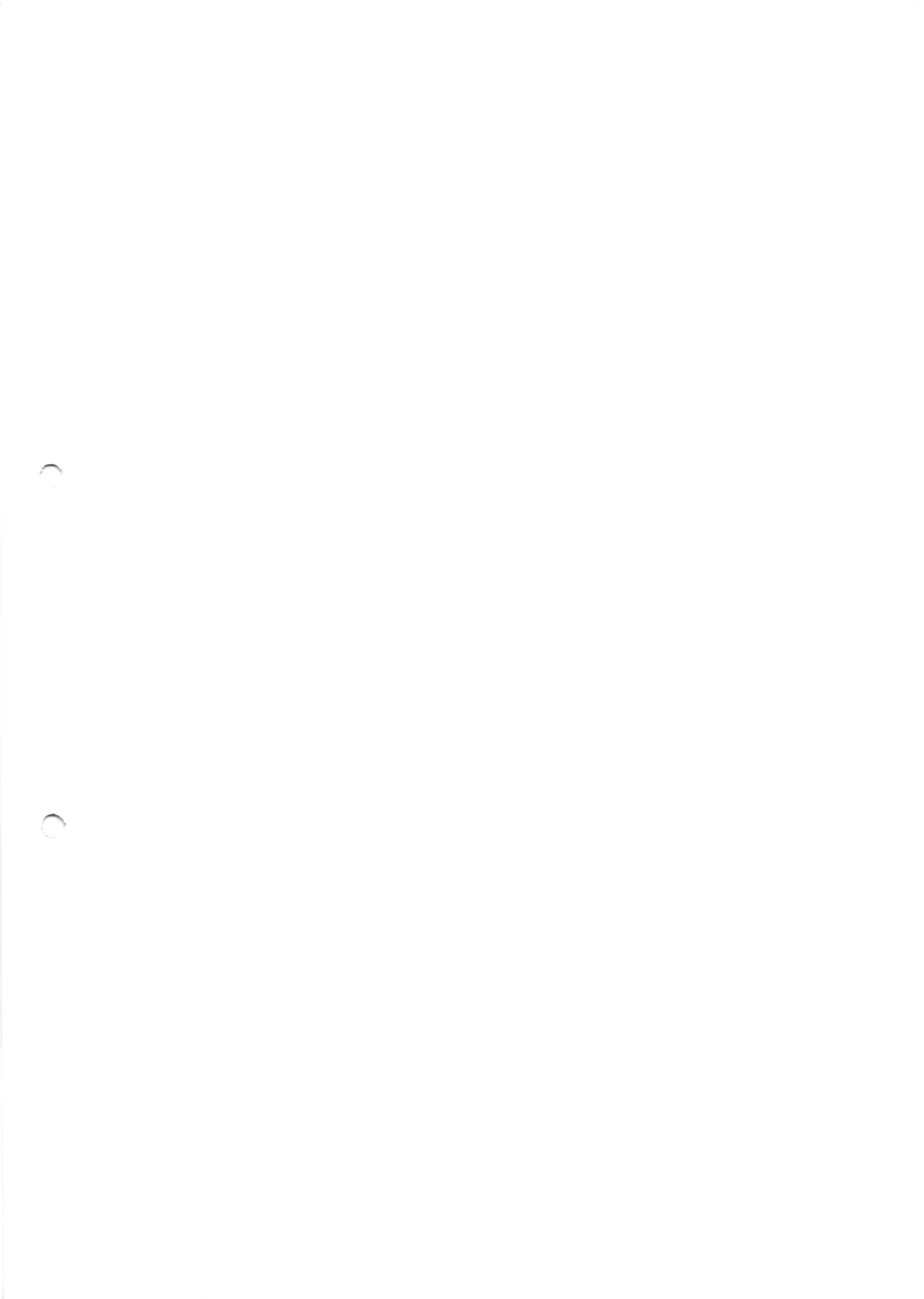


- o educador de rua mantém uma relação de troca no processo educativo.

*Prof. Paulo Freire e os Educadores de Rua:* Paulo Freire inicia sua discussão fazendo referência ao modo como a ideologia de certos segmentos da burguesia é reproduzida pelos oprimidos, no caso os meninos de rua, ou seja, muitas vezes, os meninos de rua que trabalham se comportam diante dos que não trabalham de forma tão preconceituosa como aquela que apresenta diversos setores da sociedade. Isto nos leva a perceber “como o oprimido introjecta o opressor dentro dele. Na verdade, o sujeito oprimido, às vezes, agride o opressor no corpo do oprimido” e, por isso, o trabalho a ser feito junto à essa população tem um caráter político, ideológico e pedagógico, através do permanente exercício de se pensar a prática, no sentido de despertar a compreensão crítica e a percepção dos agentes quanto ao significado de suas ações.

O autor chama a atenção para certas concepções preestabelecidas, que consistem fundamentalmente na tentativa de mudar o mundo do outro através de nossos próprios parâmetros, isto é, o ponto correto é visto como aquele do qual partimos. Assim, corre-se o risco de projetar uma transformação do mundo em que estas crianças estão inseridas, sem, com isso, mudar o padrão de sociedade num sentido mais geral, sem transformar, de fato, a realidade concreta que está gerando injustiças. Desta forma, o trabalho de se pensar uma nova Pedagogia “só é válido na medida em que serve de engrenagem substitutiva, em que desafia os grupos a se assumirem num processo de transformação da realidade, de que resulta a mudança das pessoas e não num processo de purificação das almas”.

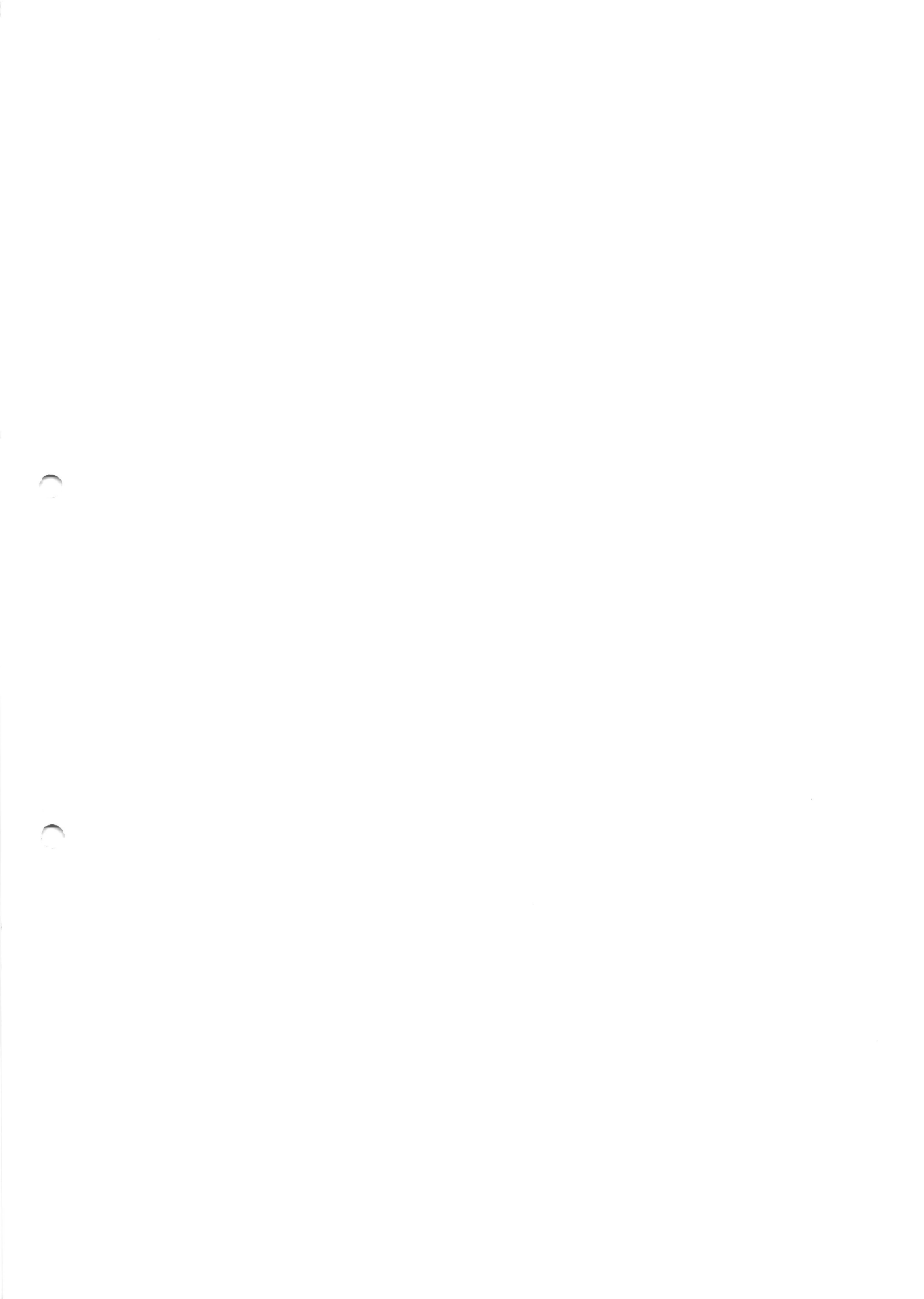
Após considerar a fala dos educadores, o autor faz algumas observações. A primeira delas refere-se ao compromisso dos educadores, o qual não deve estar centrado apenas no trabalho específico junto a um pequeno grupo de meninos, mas, fundamentalmente, na transformação do mundo. A segunda questão diz respeito à postura dos educadores, muitas vezes envoltos na busca de formas de trabalho alternativas e autênticas que, por vezes, acabam despojando-os da “dimensão fundamental de educador”. É preciso ter clara a diferença entre educador e educando para que não haja uma inversão de papéis. Isto, contudo, não implica na adoção de uma postura autoritária, pelo contrário. A postura a ser adotada deve ser substancialmente democrática. O fato do educador também surpreender-se aprendendo com o educando ou junto com ele não anula a diferença entre os dois. Contudo, deve-se ter o cuidado de recusar tanto às práticas autoritárias, quanto à licenciosidade, uma



vez que "na relação educador-educando a liberdade precisa de parâmetro. No momento em que some o parâmetro, desaparece a possibilidade de formação".

O terceiro ponto está ligado à relação entre a prática e a avaliação, já que ambos fazem parte de um mesmo processo. Neste sentido, a avaliação faz parte da natureza da prática, devendo assim ser realizada diariamente. No entanto, "além dessa avaliação de que a prática se nutre, há momentos especiais em que o que pratica se detém com uma distância da prática e se pergunta melhor sobre a prática toda", o que não ocorre com os teóricos, pois estes só vêem esse momento no próprio momento da avaliação. É importante, contudo, deixar claro que a prática não se confunde com sua teoria, embora forneça subsídios para sua formulação. Algumas perspectivas teóricas podem contribuir para o êxito dos trabalhos dos educadores, como é o caso do questionamento sobre a cotidianidade do menino de rua, uma vez que é dentro dela que se constituem as "resistências dos oprimidos". Ela possibilitará uma maior compreensão acerca da vida desses meninos, de seus valores, medos, aspirações, conflitos, etc. É necessário que se mergulhe "no mundo cotidiano do menino para sair dele com o menino".

Por fim, o autor aborda o problema dos limites aos quais toda prática encontra-se submetida. Na impossibilidade de uma ação verdadeiramente transformadora, frente aos limites econômicos, ideológicos, sociais, históricos, etc., somos por vezes obrigados a aceitar procedimentos que se caracterizam como reformas. Isso, entretanto, não implica em que adotemos uma postura reformista. "O reformista é aquele que muda, para evitar a ruptura. Acontece, porém, que quase sempre a reforma concedida termina por empurrar o processo histórico que acaba saindo da mão de quem a usou por tática de preservação do seu interesse". Assim, o trabalho realizado nas ruas, longe de ser um ato meramente humanitário, é um ato político.



**Assunto/objetivos:** Em linhas gerais, o projeto objetiva a constituição de "um espaço coletivo terapêutico/educativo, de permanência limitada, para que adolescentes com sentença de privação de liberdade construam suas trajetórias de passagem da marginalidade para a cidadania". Para isso, prevê a implantação de uma rede composta, inicialmente, por 4 "centros de atendimento multidisciplinar" para adolescentes com sentença de privação de liberdade e 1 centro de semi-liberdade, todos com capacidade média para atendimento de cerca de 25 adolescentes (os quais deverão ingressar conjuntamente em cada um dos centros). Quanto aos objetivos específicos<sup>1</sup>, o atendimento multidisciplinar a adolescentes autores de atos infracionais visa principalmente:

- a) proporcionar a agentes e adolescentes internos a vivência da normatização através da retomada das possibilidades de um convívio em que os regulamentos serão delineados conjuntamente pelas necessidades dos sujeitos e coletividade;
- b) proporcionar o domínio da leitura, da escrita, do cálculo, bem como o acesso ao conhecimento historicamente produzido, mediado pelas referências sociais do adolescente interno. Proporcionar ainda, a compreensão das leis que regem a natureza e as relações na sociedade contemporânea, enquanto instrumentos de compreensão e participação crítica;
- c) proporcionar ao adolescente interno o acesso a uma formação técnico-profissional específica, que contribua para a sua compreensão do processo geral do trabalho e lhe proporcione meios imediatos para prover sua existência material, quando de sua desinternação;
- d) orientar o adolescente na escolha de seu projeto de vida, a partir das atitudes, valores e conhecimentos construídos, com os quais se sente comprometido; envolver, nesta escolha, a identificação de processos afetivos de educação e especialização que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho;
- e) assessorar juridicamente o adolescente, mantendo-o informado sobre o andamento de seu processo;

---

1. Estes objetivos foram extraídos integralmente do Projeto Rede Cidadania.



- f) respaldar, com trabalhos junto às famílias, o processo de recuperação do adolescente, fortalecendo a comunicação dele com a família.

**População alvo:** adolescentes autores de atos infracionais

**Conteúdo (metodologia/abordagem):** Respeitando os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a Rede Cidadania parte do princípio de que todo indivíduo em desenvolvimento é sujeito de direitos, devendo receber atenção da família, da sociedade e do Estado, com prioridade absoluta. Inspirado na *Pedagogia da Presença*, o projeto objetiva que todo profissional envolvido no atendimento ao adolescente privado de liberdade, conquiste uma consciência capaz de comprometê-lo com o investimento no potencial a ser desenvolvido nestes jovens, que requerem uma atenção especial em função do tipo de situação em que se encontram.

A permanência desses jovens nos centros em questão deve ser considerada como passagem (de preferência por um período de no máximo 1 ano). Assim, o trabalho a ser desenvolvido nestes centros devem abranger:

- a conquista da liberdade total do jovem no prazo mais curto possível;
- a articulação a nível de uma rede de instituições (casa moradia, pensionatos), as quais abrigarão os jovens em graus progressivos de liberdade;
- envolvimento das famílias dos jovens durante e após sua permanência no Centro;
- desenvolvimento de atividades junto aos jovens que contemplem as dimensões afetiva, educativa e profissionalizante (participação em grupos operativos, entrevistas individuais com psicólogos, educação em grupo classe, profissionalização, lazer, etc.);
- substituição dos monitores por profissionais de áreas específicas, objetivando eliminar o caráter "policialesco" do funcionamento;
- inclusão da assistência jurídica individualizada.

Estes centros deverão estar articulados a um conjunto de serviços comunitários - visando impedir seu isolamento e preparar os adolescentes para a retomada do convívio social -, bem como a outros serviços oferecidos pela Secretaria do *Menor*, com a finalidade de ampliar e diversificar formas de acompanhamento e desinternação gradativa, quando for possível.



O projeto exclui a admissão nos centros de jovens que já tenham permanecido em alguma instituição de atendimento sócio educativo por período superior a 60 dias, pois parte da suposição "que as institucionalizações conhecidas provocam marcas na relação com a morte e a destruição". Exclui também jovens ligados ao crime organizado, além de recomendar a exclusão de portadores de AIDS (terminal).

Quanto ao funcionamento da rede, o projeto estabelece que a mesma deverá ser coordenada "por um Conselho deliberativo composto por representantes dos cinco Centros, por representantes dos programas da Secretaria do *Menor* (SOS Criança, Rede Criança, Programa de Iniciação ao Trabalho, Casa Moradia, etc.) e representantes da Sociedade Civil (Comissão Theotonio Villela, Comissão Justiça e Paz, etc.)". Dentre as atribuições do Conselho, destaca-se a de decidir sobre o destino dos jovens atendidos pela rede, com base nos pareceres dos respectivos centros.

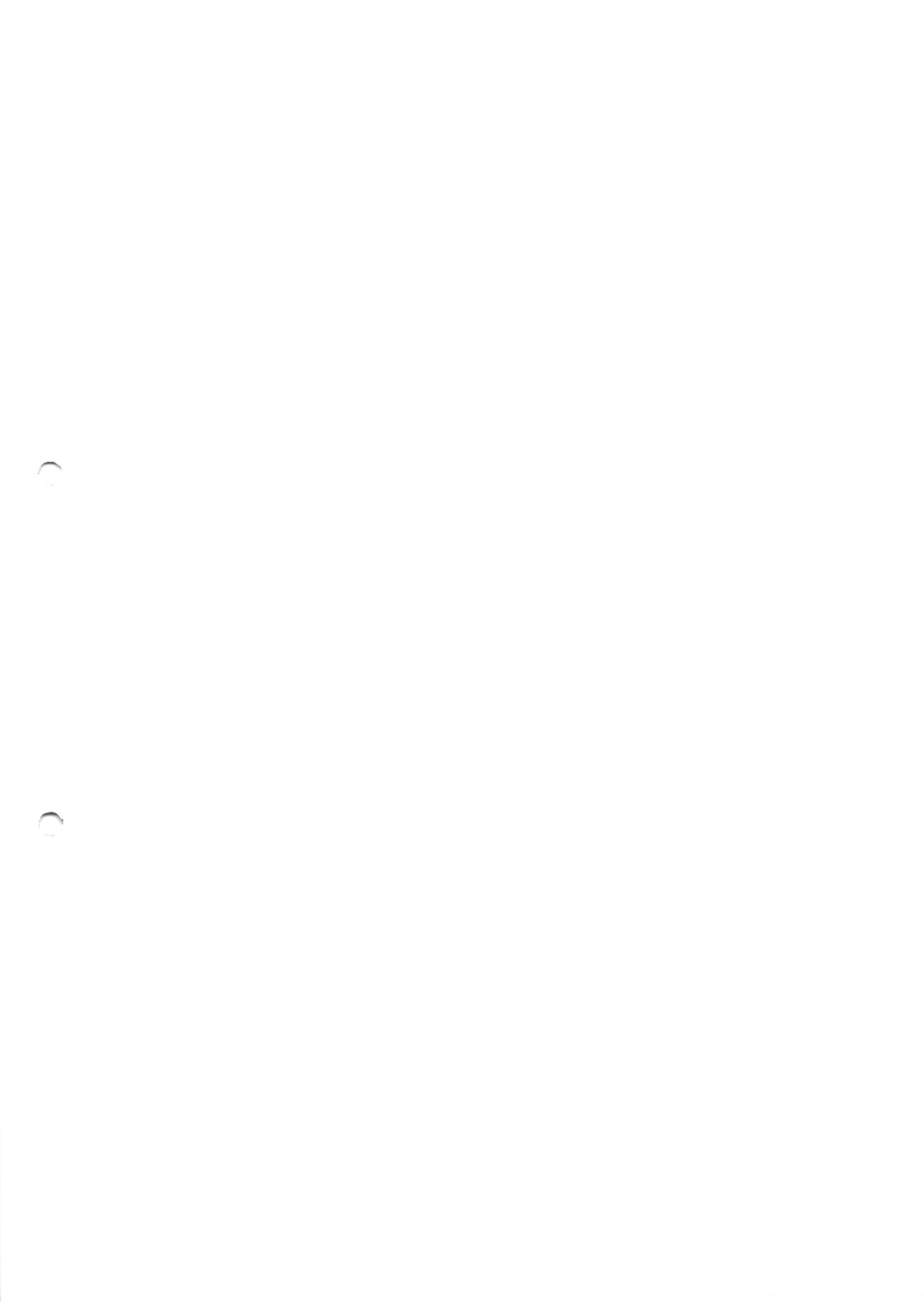


**Assunto:** o texto apresenta os resultados da pesquisa de avaliação dos programas na área de atendimento ao *menor*, implementados pela Fundação de Promoção Social do Governo Estadual de Goiás.

**Objetivos:** a pesquisa teve por objetivo avaliar o desempenho dos programas de atendimento a *menores* carentes, a *menores* em situação de risco e de profissionalização do *menor*, abrangidos pelo sistema de apoio ao *menor*, recém-implantado pela Fundação de Promoção Social do Governo de Goiás, através da unificação e consolidação num mesmo órgão de toda a ação social do Estado, com a finalidade de evitar o desperdício de recursos, a superposição de programas, a ausência de planejamento e avaliação, etc., assegurando, simultaneamente, "o atendimento às reivindicações populares e a participação de uma cidadania ativa".

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** De acordo com o texto, o eixo norteador do programa integrado, implementado pela Fundação de Promoção Social do Governo de Goiás, consiste em promover o "*resgate da cidadania da população* alvo, ou seja, dos setores da população urbana incluídos nas classes mais baixas de renda e de atendimento público", de forma que os mesmos passem da categoria de simples beneficiários dos serviços à categoria de usuários que partilham responsabilidades com relação à direção dos serviços e proteção dos equipamentos. Em outras palavras, os serviços prestados pelo Estado devem caracterizar-se, a partir dessa nova perspectiva, como um direito do cidadão, em cuja definição inclui-se crianças e adolescentes. Neste sentido, as demandas da população foram consideradas durante o processo de formulação dos programas, principalmente no que se refere à profissionalização e emprego no mercado de trabalho formal do *menor*, "antiga reivindicação dos setores mais pobres da população brasileira que não era levada em conta nos projetos anteriores de educação pelo esporte (Zaluar, 1986) e

2. Embora o texto não esteja datado, encontramos indicação de que foi elaborado em período anterior à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual encontrava-se ainda em discussão no Congresso. Talvez por essa razão o termo "*menor*" seja constantemente utilizado pelo autor para designar crianças e adolescentes.

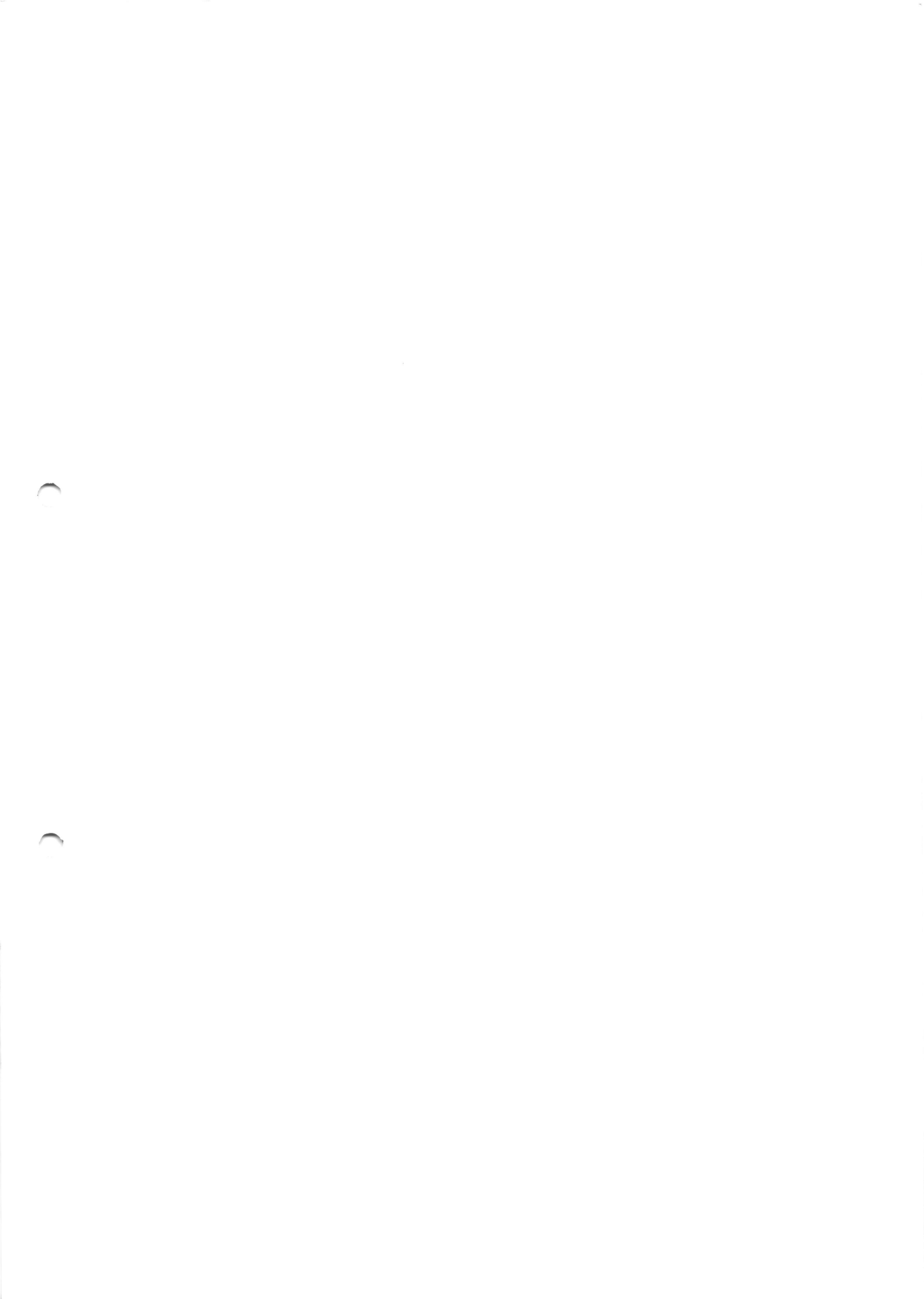


de educação pelo trabalho (Zaluar, 1987) que, por rigidez ideológica, recusava o pragmatismo da visão das classes populares".

No que diz respeito ao desenho institucional, a nova política de atendimento ao *menor* em Goiás teve como ponto de partida para sua redefinição o surgimento da Fundação de Promoção Social, a qual tornou-se o órgão responsável pela centralização e desencadeamento de toda política social pertinente a área, substituindo a antiga estrutura da FEBEM, LBA e outros órgãos. Essa ruptura com o sistema anterior pode ser evidenciada pela própria postura da Fundação, que se propunha a evitar a *institucionalização*, entendida "como a existência de instituições totais onde os *menores* eram internados sob regime de contenção, e considerada tanto repressora, autoritária e ineficaz para diminuir a taxa de criminalidade entre os *menores*, quanto desumana do ponto de vista de minorar os efeitos perversos da miséria de amplos setores da população dos grandes centros urbanos". A nova orientação consistia em reintegrar os *menores* à família sempre que possível, reforçando seus laços. Sob essa ótica foi reformulado todo o procedimento de entrada, triagem, classificação e encaminhamento dos *menores*.

O projeto previa ainda a implantação de um atendimento descentralizado (municipalizado), o que não havia sido viabilizado até o momento por problemas políticos com a Prefeitura de Goiânia ou por carência de recursos, no caso de outras prefeituras.

Rompendo também com a clássica separação entre programas destinados a *menores* "carentes" e programas destinados a *menores* "infratores", a Fundação passou a adotar novos critérios para a classificação de *menores* em "situação de risco", os quais são subdivididos em dois grupos: na primeira categoria, *menores* "de rua", estão crianças e adolescentes que vivem nas ruas, "evadidos da escola e/ou afastados de suas famílias, encontrando-se em situação de marginalidade em relação à escola e/ou em conflito com a família". Para este grupo, montou-se um "circuito de atendimento", cuja porta de entrada corresponde ao Centro de Triagem Integrada (CETI), criado a partir da assinatura de um convênio que envolve a Fundação de Promoção Social, o Juizado de *Menores*, a Secretaria de Segurança Pública e o Comando Geral da Polícia Militar, os quais assumiram coletivamente suas responsabilidades e viabilizaram o órgão. Cabe ao CETI "assegurar rápidas soluções aos jovens apreendidos pela polícia ou àqueles que voluntariamente se apresentam, encaminhando-os aos diversos programas da Fundação pertinentes à idade,



condição familiar e escolar do *menor*, ou à Justiça, no caso de flagrante delito", evitando assim com que o jovem fique sob responsabilidade da polícia ou, caso isso não seja possível, zelando para que sua permanência junto a essa instituição seja a mais breve e menos violenta possível. Em síntese, o CETI deve funcionar como um órgão "protetor desses *menores*, guardião de sua cidadania", garantindo-lhes inclusive assistência jurídica. Este circuito é composto ainda pelo Centro de Formação de *Menores* (CFM) - cuja programação está voltada para o atendimento diurno - e pelo Centro de Acolhimento de *menores* (CAM), o qual funciona como albergue, visando garantir a integridade dos jovens no período noturno. A permanência nessas casas é estritamente voluntária.

Na segunda categoria, *menores* "na rua", "estão incluídas as crianças e adolescentes que, embora busquem na rua o seu sustento, possuem laços familiares estáveis e pernoitam geralmente com seus responsáveis e que, em bom número, ainda freqüentam a escola". Este grupo, que representa a maior parte dos meninos e meninas atendidos pela Fundação, conta com os serviços da Casa do Pequeno Trabalhador, a qual se encarrega de cadastrar, treinar e acompanhar os jovens no mercado de trabalho formal e informal, através de projetos dirigidos para a "iniciação profissional e o encaminhamento ao mercado de trabalho, em condições melhores do que as encontradas independentemente pelo *menor*".

Por fim, essa proposta tem, como "ponto alto", a Oficina Educacional Comunitária, voltada para a escolarização e formação dos jovens "de rua" e "na rua", a qual dispõe de equipe dinâmica e treinada, constituindo "o espaço mais visível da melhoria da qualidade de atendimento operada pela Fundação".

Não obstante a pesquisa tenha constatado diversos avanços obtidos por esse programa, alguns obstáculos que na época impunham-se à Fundação merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao fato dos funcionários formados no sistema anterior (FEBEM/LBA) terem sido absorvidos pelo atual sistema, trazendo muitos vícios próprios da antiga postura institucional, o que implicou na criação de cursos de treinamento, visando reciclar muitos deles à "nova realidade e proposta da Fundação". Outros foram ainda transferidos para o setor administrativo, acarretando inchaço do corpo de funcionários, bem como a elevação dos custos operacionais do programa. Em segundo lugar, embora o programa pressuponha a participação ativa da população, esta encontra-se limitada a "reuniões esporádicas com as comunidades nos locais onde já foram implantados".



O terceiro ponto refere-se ao alcance dos serviços públicos. Isto é, até o momento da pesquisa, o programa havia atendido apenas cerca de 5% de sua clientela potencial, o que pode comprometer o caráter universal da assistência governamental, tornando-a privilégio de poucos e criando espaço para o clientelismo.

O quarto problema está ligado ao atendimento dos *menores* de difícil recuperação, bem como daqueles cuja proposta de reintegração à família é praticamente impossível, uma vez que os laços já foram definitivamente rompidos. Isto porque, nestes casos, a indicação de liberdade assistida não corresponde de fato a não internação, do mesmo modo que o regime aberto, para os últimos, acaba se configurando numa situação de semi-internação.

Quanto à política da Fundação de reintegração do *menor* à escola, a pesquisa constatou que não há nenhum projeto conjunto com a Secretaria de Educação, no sentido de viabilizar essa proposta.

Em relação as estratégias adotadas na sua política de assistência social, observou-se a predominância de programas emergenciais e de curto prazo, dirigidos para "a obtenção de empregos no mercado formal para jovens carentes com mais de 12 anos e o fornecimento de refeições em quase todos os programas da Fundação, bem como a distribuição de bolsas nos programas de profissionalização", em detrimento de medidas de médio e longo prazo com vistas a uma efetiva promoção social dos usuários e reordenamento do padrão de desenvolvimento, de forma que se corrija "processos estruturais que estão na raiz do que se denominou pobreza estrutural".

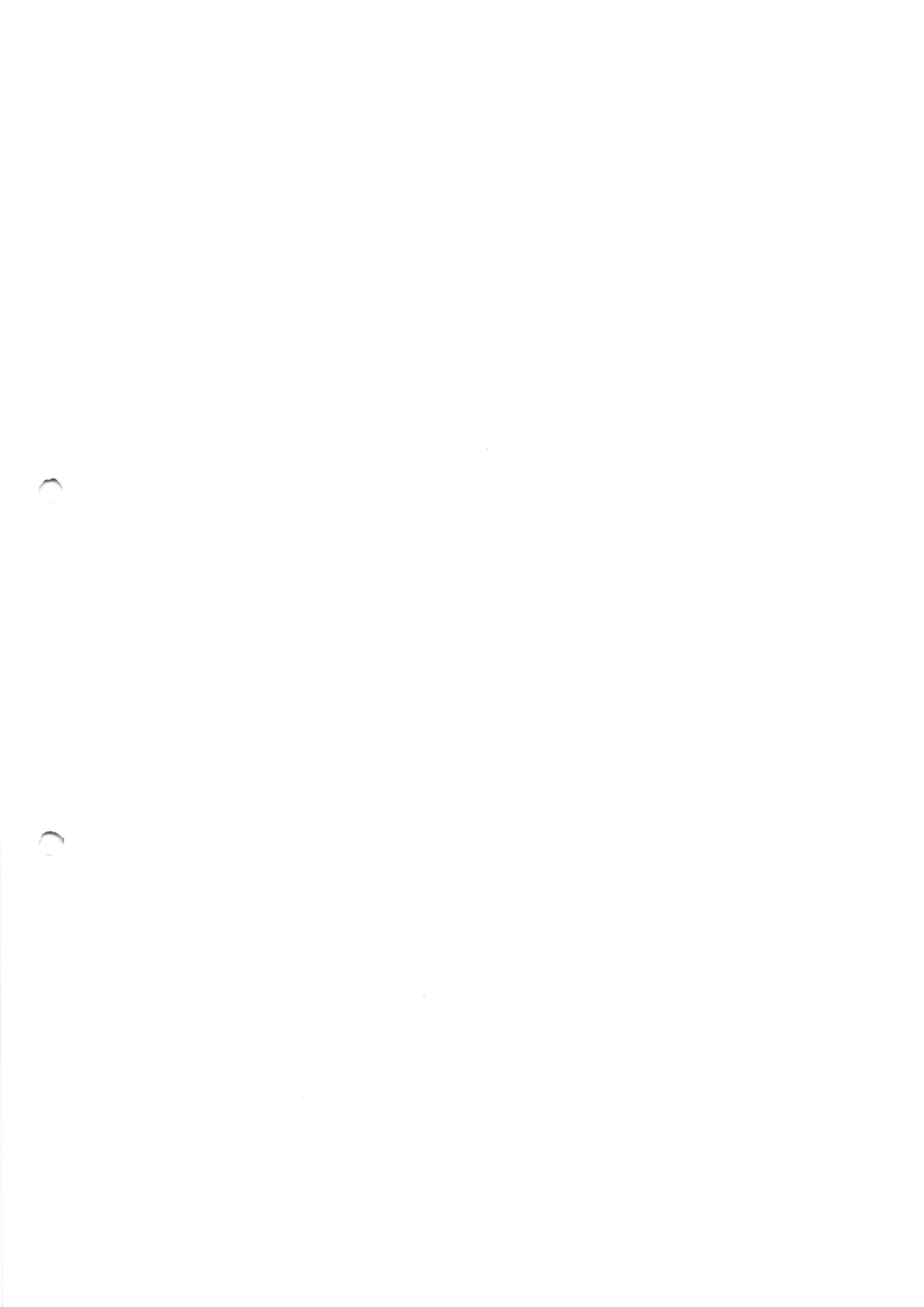


**Assunto/Objetivos:** Trata-se de um texto no qual o autor faz uma reflexão sobre o sistema assistencial, praticado no Brasil, em relação às parcelas da infância e juventude que se encontram excluídas do bem-estar social e econômico, assinalando seu caráter segregador, desumano e ineficaz. Seu objetivo consiste em indicar caminhos que introduzam novos componentes sócio-jurídicos e político-culturais, capazes de rever pela crítica e superar pela ação esse quadro de iniquidades.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** Como ponto de partida de sua reflexão, o autor, ao definir a política social como sendo um conjunto de leis, instituições e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos, distingue duas instâncias básicas da ação estatal:

1. A primeira se expressa pelas chamadas políticas sociais básicas ou de primeira linha (trabalho, educação, saúde, habitação, abastecimento, transporte, etc.), que incidem sobre a qualidade de vida dos cidadãos e que devem ser universalizadas.
2. A segunda se materializa nos programas e ações de assistência social, cuja atuação funda-se na constatação da existência de desigualdades intoleráveis, incapazes de serem eliminadas pela atuação espontânea dos mecanismos sociais básicos. A ação assistencial do Estado dirige-se às pessoas e coletividades privadas das condições de acesso a patamares mínimos de bem-estar social e de dignidade, e que, portanto, estariam excluídas do acesso ao exercício pleno de cidadania em suas dimensões civil, política e social. Conforme assinala o autor, os programas assistenciais do Estado proliferam no "terreno baldio" das políticas sociais básicas, voltados para população que se encontra em circunstâncias caracterizadas pela especificação "situação de risco".

A partir dessa distinção, o autor dirige sua atenção aos mecanismos de assistência social voltados para as crianças e adolescentes brasileiras que se encontram em situação de risco e que, portanto, são vistos como "sub-cidadãos" ou "cidadãos de segunda classe".



O autor atenta para os mecanismos jurídicos e institucionais adotados pelo sistema institucional brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, ressaltando os processos de triagem que reforçam ainda mais o caráter segregador e desumano do contexto brasileiro.

O processo de triagem na vida das crianças e jovens das camadas mais pauperizadas no Brasil inicia-se já a partir de seu nascimento (ao nascer numa das milhares famílias cuja renda não ultrapassa a 0,4 salário mínimo per capita) e persistirá em todos seus momentos da vida e espaços de relação: o processo de triagem na escola, no trabalho, na rua, no olhar da opinião pública e da imprensa, na relação com o departamento de polícia e com a justiça do *menor*, na relação com a instituição de assistência social.

Conforme alerta o autor, a triagem, longe de ser apenas uma prática institucional, restrita ao âmbito de um centro especializado, é uma prática social difusa, identificada através dos inúmeros mecanismos de exclusão e degradação pessoal e social aos quais estão expostas as crianças e jovens de famílias mais pobres. O sistema institucional vigente no Brasil reproduz essa mesma lógica que segrega e degrada, ao se pautar no interesse mal formulado e na organização irracional e desumana e ao instituir práticas correccionais-repressivas e assistencialistas.

O autor observa ainda que a prática correccional-repressiva é determinada historicamente no Brasil, isto é, desde que o "*menor*" passou a ser visto como uma ameaça social, que se introduziu técnicas assistenciais visando sua regeneração e reeducação, a fim de que a ordem, a moral e os bons costumes da sociedade fossem preservados. Mesmo com a implementação da PNBM, pelo regime militar, que, no plano do discurso, mudou o enfoque correccional-repressivo, substituindo-o por um enfoque assistencialista (percebendo o "*menor*" não apenas como ameaça, mas também como carente), continuaram, na prática, sendo adotados os mesmos mecanismos de correção e de repressão, sob "novos rótulos, novos discursos e novas siglas".

Após constatar a iniquidade do sistema assistencial brasileiro, o autor passa então a discorrer sobre a necessidade de se pensar e introduzir um processo de mudanças, articulado e conseqüente, que torne possível reverter tal realidade. "Um processo que implica na desconstrução da velha política e na edificação de um novo trabalho social e educativo para a promoção e defesa dos direitos humanos e de cidadania das nossas crianças e jovens."



Para tanto, assinala os principais aspectos herdados da política social vigente durante o período autoritário a serem transformados e superados: 1) ênfase no controle social; 2) degradação sistemática das condições de vida (perda salarial, controle sindical, recessão, desemprego e subemprego); 3) o caráter compensatório das políticas sociais. (ex. o MOBRAL, que surge como política compensatória do fracasso da educação); 4) a concentração de recursos e decisões, fazendo com que os municípios recebam programas sociais padronizados, elaborados ao nível da União; 5) visão fragmentada da problemática social, resultando em programas de caráter reducionista e unilateral; 6) irracionalidade político-administrativa; 7) controlismo dispendioso, que acaba fazendo com que os recursos sejam consumidos pela burocracia dos aparelhos administrativos em detrimento da atividade-fim; 8) imediatismo e superficialidade dos programas, sem propiciar uma ação transformadora da realidade social.

Com a redemocratização, abrem-se espaços para que essas mudanças ocorram. Observa que a luta pela promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens no Brasil de hoje está dividida entre dois grandes perfis básicos de atuação: a) os programas em que predomina o componente atendimento e que enfatizam o trabalho junto ao menino; b) os grupos que se voltam para a denúncia das omissões e transgressões do Estado e da Sociedade em relação aos direitos de pessoa humana e de cidadania das crianças e jovens, nos quais, o componente luta é predominante.

Embora reconheça a importância que as diversas formas de atendimento alternativo tiveram no processo de luta pelos direitos da criança, o autor alerta para o fato de que o Estado, ao mimetizar essas formas alternativas, acaba "mudando alguma coisa para que, no fundo, tudo continue como está".

Para o autor, a realização de um trabalho alterativo, que leve as políticas públicas a reverem, na prática, a lógica perversa de sua atuação, apresenta-se como estratégia muito mais significativa e eficaz do que a adoção de métodos alternativos. "Influir, neste momento, nos parece muito mais importante do que fazer. Um influir que se dê mais pela via do alterativo do que pela via do alternativo." Para o autor essa luta se trava em duas frentes: no plano externo, por uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa; no plano interno, por uma política social que seja verdadeiramente redistributiva e autopromotora.



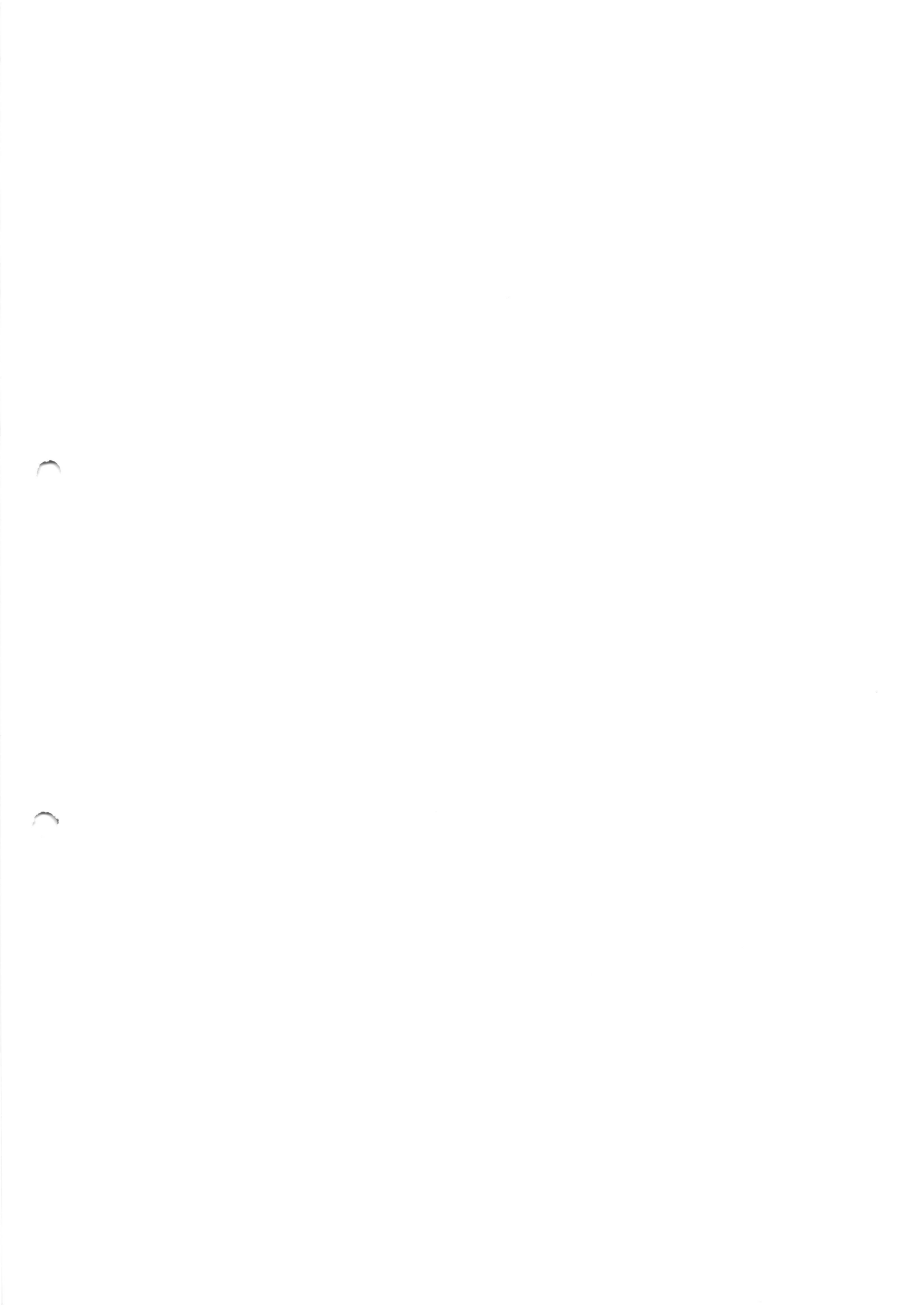
Mudar as maneiras de entender e agir das políticas públicas brasileiras em relação às crianças e jovens em situação de risco pessoal e social é uma tarefa que requer, a um tempo, senso prático e veia teórica. Segundo o autor, é necessário desconstruir a atual política de bem-estar do *menor*, "tijolo por tijolo", para depois reconstruí-la. Nesse sentido, enumera seis pontos básicos em que as propostas de mudança devem-se apoiar:

1. vontade política manifesta do governante;
2. capacidade de articulação interinstitucional dos setores em presença;
3. elaboração conjunta de propostas de trabalho integrado;
4. capacitação das pessoas para aderir, compreender e operar o novo modelo de atendimento;
5. recursos físicos e materiais capazes de garantir a base logística do processo;
6. estabelecimento de mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação do processo.

Ao tecer um comentário sobre esses seis pontos, o autor ressalta que a política de promoção dos direitos humanos das crianças e jovens que passam pelo sistema de institucionalização compulsória é algo "barato". Vontade política depende apenas de coragem, determinação e disposição de enfrentar as resistências do corporativismo, do basismo irresponsável, do clientelismo e do fisiologismo partidários. Do mesmo modo, a articulação interinstitucional, depende da disposição de um grupo de dirigentes sentar-se em torno de uma mesa e conversar de maneira franca e flexível. A elaboração de um trabalho integrado depende da reunião de um grupo de técnicos competentes, trabalhando em cima de orientações e compromissos claramente definidos pelos dirigentes. A capacitação de pessoas para operar o novo modelo depende da definição do perfil de cada cargo e de treinamento adequado a cada função. Por fim, o autor afirma que uma vez que se dê esses quatro passos, dificilmente o processo será paralisado por falta de recursos financeiros, podendo-se, então, avançar para o quinto e o sexto passos.

Finalizando, o autor fornece um roteiro de luta e trabalho, destacando 3 momentos básicos que, tanto podem ordenar-se em seqüência, como coexistirem num mesmo espaço de tempo:

1. as transformações do panorama legal; (o texto foi escrito antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente);



2. o reordenamento amplo, corajoso e profundo das instituições;
3. a melhoria das formas de atenção direta nos programas de atendimento.

Para isso, far-se-á necessário um amplo processo de auto capacitação da cidadania organizada, voltado para o desenvolvimento de uma pedagogia social que instrumentalize o cidadão comum para:

- a) obtenção das informações necessárias a uma participação efetiva e plena;
- b) o conhecimento e uso dos mecanismos de acesso aos decisores públicos e privados dos centros de poder político e econômico;
- c) o desenvolvimento de uma capacidade de interlocução: diálogo, debate e confronto democrático;
- d) a aquisição de habilidades de negociação: saber discernir claramente quando, onde, como e porque ceder ou não ceder frente a determinados argumentos e posturas;
- e) o crescimento na capacidade de proposição de corretos meios e alternativas de viabilizar suas propostas;
- f) o recurso à criatividade institucional e comunitária como forma de enfrentamento das limitações e dificuldades impostas pela realidade objetiva.

O texto fornece ainda a taxonomia das ações sócio-programáticas dirigidas às crianças e adolescentes urbanos no Brasil.

C

C

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Por uma pedagogia da presença*, CBlA, Brasília, DF, 1991.

**Assunto:** Nesse livro, Antônio Carlos questiona o caráter reducionista e estéril do debate jurídico-pedagógico tradicional, quebrando a lógica perversa dos programas oficiais de ressocialização e propondo novos princípios e posturas a serem adotados por educadores que atuam junto a jovens em dificuldade ou em circunstâncias especialmente difíceis.

**Conteúdo:** Inicialmente, o autor discorre sobre a importância da presença na educação. Conforme afirma, "o fazer-se presente na vida do educando é o dado fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. A presença é o conceito central, o instrumento-chave e o objetivo maior desta pedagogia."

Atenta, contudo, para a necessidade de uma dialética proximidade-distanciamento: "pela proximidade o educador se acerca ao máximo do educando, procurando identificar-se com sua problemática de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação realmente de qualidade; pelo distanciamento, o educador se afasta no plano da crítica, buscando, a partir do ponto de vista da totalidade do processo, perceber o modo como seus atos se encadeiam na concatenação dos acontecimentos que configuram o desenrolar da ação educativa".

O autor discute três enfoques diferentes do educador diante do adolescente com sérios problemas:

1. Amputação: através de abordagens correccionais e repressivas daqueles aspectos da personalidade do educando considerado nocivos a ele próprio e à sociedade. Por esse enfoque, dois tipos de pessoas podem ser produzidas: os rebeldes, que adotam um padrão de conduta violentamente reativo no seu relacionamento consigo mesmo e com os outros; os submissos, que se despersonalizam, tornam-se frágeis, vulneráveis, inseguros, manipuláveis e incapazes de assumirem o próprio destino.
2. Reposição: através de práticas assistencialistas, quanto aos aspectos materiais, e paternalista, no que se refere ao lado emocional. Esse segundo enfoque, baseado nas privações e carências encontráveis na vida desses jovens, procura vê-los pelo ângulo do



que eles não são, do que eles não trazem, do que eles não têm, do que eles não são capazes. O resultado é a produção de grande número de jovens dependentes, propensos a se tornarem recorrentes crônicos do aparato assistencial do Estado ou das organizações não-governamentais.

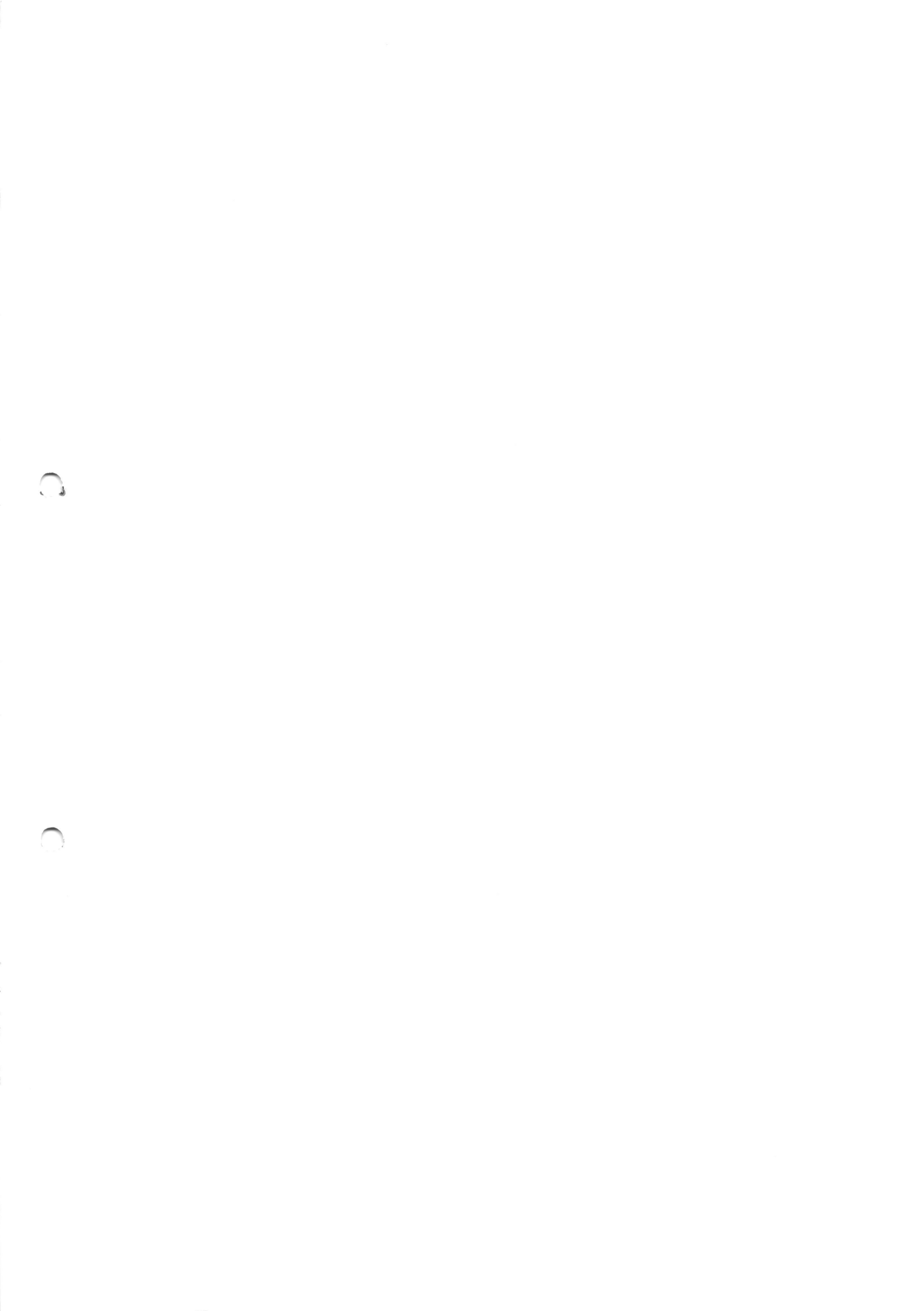
3. Aquisição: pelo próprio educando, através de uma abordagem auto-compreensiva, orientada para a valorização e fortalecimento dos aspectos positivos de sua personalidade, do auto-conceito, da auto-estima e da auto-confiança necessários à superação das suas dificuldades. Esse terceiro enfoque procura partir do que o adolescente é, do que ele sabe, do que ele se mostra capaz e, a partir dessa base, busca criar espaços estruturados a partir dos quais o educando possa ir empreendendo, ele próprio, a construção do seu ser em termos pessoais e sociais.

Segundo o autor, essa linha de atuação está presente, em maior ou *menor* medida, nas poucas experiências bem sucedidas no Brasil voltadas para adolescentes com problemas sérios.

A Pedagogia da Presença enquadra-se dentro dessa modalidade de ação educativa, da qual o autor passa, então, a discorrer sobre a correta articulação do seu ferramental teórico com propostas concretas de organização das atividades práticas.

Segundo a orientação dada pelo autor, a presença do educador, diante dos jovens em dificuldades não deve ser, como é corrente, intervencionista e limitada. O adolescente espera algo mais do que um serviço eficiente e rotineiro, e, portanto, o ato de estar-junto envolve consentimento, reciprocidade, confiança e respeito mútuo.

Enfatiza também a importância da boa cultura científica, uma vez que sem a teoria, a prática será sempre limitada. Alerta, contudo, que a atitude científica diante do adolescente em dificuldade não é caracterizar o seu problema ou inadaptação e rotulá-lo desta ou daquela maneira: deficiente, epilético, infrator etc. Há que se captar o específico, o aspecto individualizado daquele caso, para que, quando houver necessidade, encaminhá-lo para um médico, psicólogo etc. Frisa também a importância do conhecimento que o educador deve ter do educando na sua singularidade, buscando conhecer suas aptidões e capacidades que apenas um balanço criterioso e sensível permitirá despertar e desenvolver. Nesse sentido, o educador não deve permitir que a visão do ladrão, do homicida, do traficante, da prostituta ou do viciado, existente nos prontuários e relatórios, o impeça de ver a criança ou o jovem



que existe diante dele. O conhecimento do passado do educando deve ser utilizado apenas com uma finalidade: impedi-lo de colocar a exigência antes da compreensão.

Outras características são apontadas como sendo essenciais no perfil do educador: inclinação sadia pelo conhecimento dos aspectos de vida do adolescente, implicando simpatia, compromisso, solidariedade, ou seja, capacidade de relacionamento positivo com qualquer jovem; capacidade de auto-análise, de autocritica, o que proporciona a honestidade intelectual e a humildade; capacidade de deixar penetrar sua vida pela vida dos outros, de modo a captar seus apelos e responder a suas dificuldades e impasses, possibilitando assim a reciprocidade.

O autor questiona, em seguida, o significado da palavra socialização, mostrando a maneira equivocada quando se pensa que esta ocorre quando há uma perfeita identidade entre os hábitos de uma pessoa e as leis e as normas que presidem o funcionamento da sociedade, através da adesão, da submissão, da incorporação de seus valores. Sob essa ótica, espera-se do jovem que ele se integre no corpo social como elemento produtivo e ordeiro, sem suscitar qualquer forma de reprovação do meio.

Segundo a ótica da Pedagogia da Presença, o jovem deve aprender a respeitar sua comunidade e todos os homens, seus direitos e seus bens, não por que está sujeito a sanções, "mas por uma ética pessoal que determina o outro como valor em relação a si próprio".

Questiona também a noção de liberdade, advertindo que o seu alcance não implica a ausência de normas, nem a imposição de cima para baixo. A relação educador/educando deve se dar no plano dos direitos e deveres de cada um, definindo os espaços e os limites do poder dos diversos atores em cena no processo pedagógico. Segundo o autor, "a liberdade, mais do que condição, é produto da ação educativa."

O educador deve ser ainda um dirigente (o que não significa ser autoritário), um organizador e um criador de acontecimentos, no sentido de permitir que haja legitimidade, credibilidade e autoridade para que o diálogo entre educador e educando resulte em influências construtivas do educador sobre o educando e vice-versa. Nesse sentido, o autor procura desmistificar alguns mitos que foram criados sob o influxo libertário dos longos anos de luta contra o autoritarismo: o mito da não-conflitividade, atentando para a necessidade de se assumir a existência do conflito, pois só dessa forma será possível



entendê-lo e superá-lo: o mito da horizontalidade, admitindo que há uma relação de poder entre educador e educado e propondo que ela não seja um *poder-dominância*, mas um *poder-serviço*; o mito da naturalidade, afirmando que a educação resulta de uma ação consciente, de uma escolha deliberada; o mito da suavidade, reconhecendo os momentos ásperos do processo educativo e vendo-os como positivos.

Por fim, o autor assinala os três níveis de organização onde deve se estruturar o processo educativo:

1. Organização das bases materiais do processo: utilização criteriosa e plena da base física e material, através da compreensão e da profundidade de sua influência na estruturação pessoal e social dos educandos. Nesse sentido, o autor evoca o trabalho pedagógico de Celestin Freinet, que foi um dos primeiros e raros educadores a preocupar-se com a infra-estrutura do sistema educativo.
2. Organização das relações no interior do processo: organização das pessoas, tempo, espaços e materiais para produzir acontecimentos capazes de encaminhar o processo educativo. Espaços de participação, coesão em torno de objetivos e metas de caráter coletivo, as formas de auto e co-gestão, a definição do regime de vida, a divisão do trabalho, as formas de distribuição e exercício do poder na comunidade, a estruturação de eventos religiosos, esportivos, culturais etc., a definição do conjunto de oportunidades educativas, a busca e a criação de opções para o uso do tempo livre, tudo isso são formas que, a cada momento, o esforço de organização da comunidade educativa vai assumindo. O autor evoca aí o educador Marenko, que se interessou intensamente pelos aspectos relativos à organização da vida coletiva.
3. Organização da representação do processo nas consciências do educador e do educando: que se dá através da dialética proximidade/distanciamento, buscando um "encontro das consciências". Nesse sentido, o autor se inspira no trabalho de Paulo Freire.

O autor apresenta ainda nesse livro três anexos: o primeiro trata da influência que teve da pedagogia de Marenko, falando de sua formação e de sua trajetória, bem como dos princípios, posições, idéias e ações que nortearam sua pedagogia: sua idéia sobre coletividade, sobre disciplina, sua experiência de autogestão e auto-governo, sua educação pelo trabalho.



O segundo anexo trata da pedagogia de Paulo Freire e os Educadores de Rua. (também presente neste relatório).

O terceiro trata de um projeto de prevenção e redução da violência contra crianças e jovens. O autor enfoca particularmente o sexo feminino em suas várias faces da degradação pessoal e social e tece algumas considerações sobre a montagem de uma proposta de atendimento:

- a possibilidade de que as meninas vivam outras situações e conheçam outras visões e formas de relacionamento, a fim de ajudá-las a enxergar, com um mínimo de distanciamento, a sua situação;
- o rompimento total com o ambiente da rua;
- a desaprendizagem das condutas na vida de rua;
- a aprendizagem de um novo cotidiano;
- o fortalecimento do individual através do coletivo;
- a distinção no processo educativo dos três níveis básicos de organização (comentados acima); saber traçar as exigências (o educador);
- o trabalho da questão afetiva;
- a importância da sensibilidade e do rigor por parte do educador;
- a unidade educacional;
- a idéia de provisório, tendo em mente que o programa de atendimento não deve ser o projeto de vida da educanda;
- firmeza e capacidade de sustentar decisões dolorosas e difíceis, sem que haja prepotência;
- a importância de se ter um projeto de vida;
- a importância do trabalho educativo.

C

C

NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. *A situação do menor no Estado de São Paulo. 3ª parte: Entidades Assistenciais e atenção ao menor no Estado de São Paulo - Estudo de casos.* Convênio: FUNABEM/NEPP/UNICAMP, Vol. V, janeiro de 1990.

**Assunto:** Trata-se da terceira parte do relatório final de pesquisa, promovida pelo NEPP, sobre a situação do "menor" no Estado de São Paulo. Essa parte contém os estudos de caso exploratório no campo da oferta de serviços sociais dirigidos à crianças e adolescentes por parte do setor privado não-lucrativo. Foram realizados quatro estudos de caso:

O primeiro refere-se a "Obra Assistencial Oratório Festivo São Mário para Menores", na cidade de Piracicaba, uma entidade composta por quatro unidades que implementam desde programas de profissionalização até complementação e reforço escolar;

O segundo refere-se ao "Educandário Espírito Santo do Pinhal", na cidade do Espírito Santo do Pinhal, uma entidade que atende *menores* abandonados em regime de internato e/ou repúblicas organizadas pelos jovens já integrados à sociedade.

O terceiro refere-se à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - FEAC, uma associação que integra a maioria das entidades assistenciais locais.

O quarto refere-se a um município de pequeno porte, Cajuru, onde é examinada a oferta pública e privada dos serviços e sua interação.

**Objetivos:** Esses estudos de caso objetivaram responder duas questões principais: a) descrever os programas, sua concepção pedagógica e estrutura organizacional das instituições examinadas; b) verificar sua integração com as agências públicas, face às tentativas de descentralização do atendimento ao *menor*, agora transformados em dispositivos constitucionais. Além disso, objetivou avaliar os aspectos psico-afetivos norteadores dos programas e atividades examinados, procurando conhecer seus efeitos no processo de formação dos "*menores*" atendidos.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** Sintetizaremos, a seguir, os principais aspectos levantados e analisados nos quatro estudos de caso.



- I. Obra Assistencial Oratório Festivo São Mário para *Menores*, em Piracicaba: O instituto é ligado à Pastoral do *Menor* da Diocese de Piracicaba e está dividido em 4 unidades:
  - a) Oratório São Mário, parte de escritórios e trabalhos com objetivo à profissionalização do *menor*: cultivo de legumes e hortigranjeiros e produção de sorvetes e balas. A idéia é de que o *menor* não vá para a rua como pedinte, mas sim como alguém que trabalha, honesto, e procura ajudar a família. Utilização de uniforme, disciplina de horário e serviço de alimentação.
  - b) Recanto da Amizade, trabalho com *menor* de rua, trabalho de atração no qual o *menor* deverá desenvolver o interesse em participar das atividades oferecidas pelo Oratório e deixar a rua. São oferecidas atividades lúdicas e noções de higiene.
  - c) Serviço de Apoio ao *Menor* (SEAME I), trabalho com *menores* infratores encaminhados pelo Juizado. A instituição foi criada objetivando evitar internação de jovens infratores na FEBEM. O *menor* encaminhado ao SEAME tem obrigatoriamente que freqüentar as atividades ali desenvolvidas: não há internação (regime de liberdade assistida) e é oferecido tratamento psicoterapêutico, sem, contudo, haver preocupação em desenvolver atividades que colaborem com a formação do *menor*. Adoção de "padrinhos", que são casais que compõem a comunidade religiosa e desenvolvem atividades junto ao *menor* e suas famílias.
  - d) Oratório Salesiano São José, trabalho de pré-escola e reforço escolar, ensino religioso e lazer.

## 2. Educandário Espírito Santo do Pinhal:

Clientela atendida: "*menores* abandonados", encaminhados pela Febem e pelo Judiciário.

Regime de internato e semi-internato.

Serviços e Atividades: saúde integral (atendimento pelo INPS e pelo Centro Odontológico Municipal), escolaridade (freqüência em creches e escolas públicas), profissionalização (pequenos serviços remunerados a partir dos 11 ou 12 anos, salário administrado pela Instituição) e lazer (espaço físico interno, freqüência da Piscina Municipal, promoção de passeios). Há apoio da comunidade (70% do orçamento) e da prefeitura.



O relatório tece algumas considerações a respeito das duas instituições analisadas. Diante do limite de verba e da proposta considerada ultrapassada de "tirar o *menor* da rua" ou "assistir o *menor* abandonado", e apesar da ausência de propostas pedagógicas claras, de planejamento e de orientação geral que deveria ser fornecida pelos órgãos públicos, as instituições privadas de Pinhal e Piracicaba impressionam pelos resultados alcançados do ponto de vista emergencial. O entrosamento com órgãos públicos se dá mais no sentido pessoal, entre funcionários das instituições privadas e funcionários das instituições públicas, sem que haja uma política integrada que possibilite a estabilidade de verba, a contratação de técnicos especializados, o conhecimento das demandas etc.

### 3. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - FEAC:

Objetivos: promoção humana, assistência e bem-estar social; realização de estudos, pesquisas e projetos de assistência; estímulo à criação de entidades e serviços de natureza social; obtenção de recursos financeiros; capacitação técnico-administrativa das Entidades filiadas.

Fontes de recursos: rendimento do seu patrimônio; contribuições de pessoas físicas e jurídicas; percentual sobre taxa de administração do Shopping Center de Campinas e do supermercado Eldorado, aplicações financeiras e convênios com a Secretaria do Estado de Promoção Social.

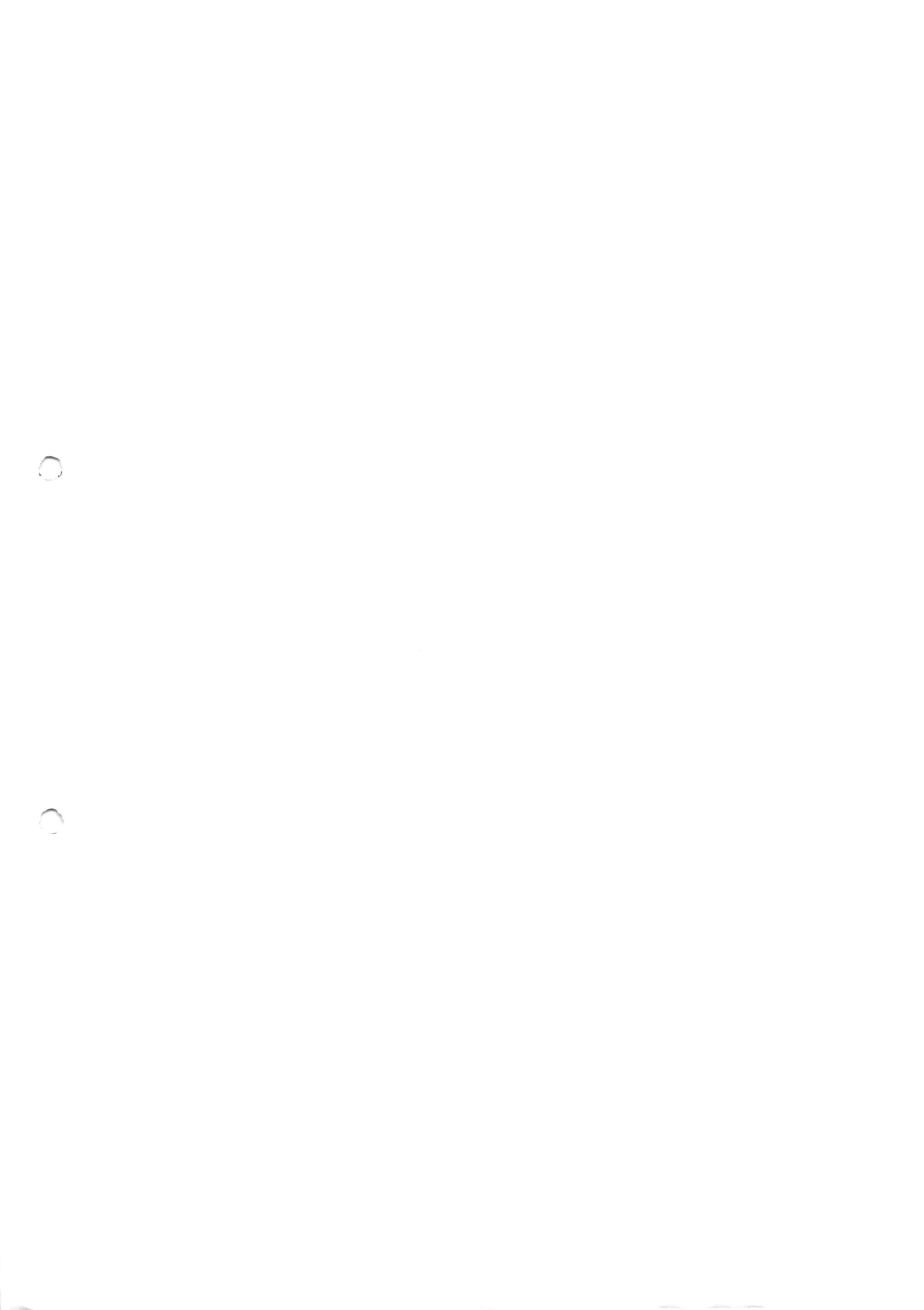
Exemplo de Instituição Filiada:

CRAMI - Campinas: Instituição voltada à prevenção, diagnóstico e atendimento a situações de maus tratos à criança.

Estrutura Organizacional: Assembléia Geral; Conselho Deliberativo; Conselho Fiscal; Diretoria; Órgãos de Execução: gerência administrativa, corpo técnico, núcleos comunitários e comitê científico.

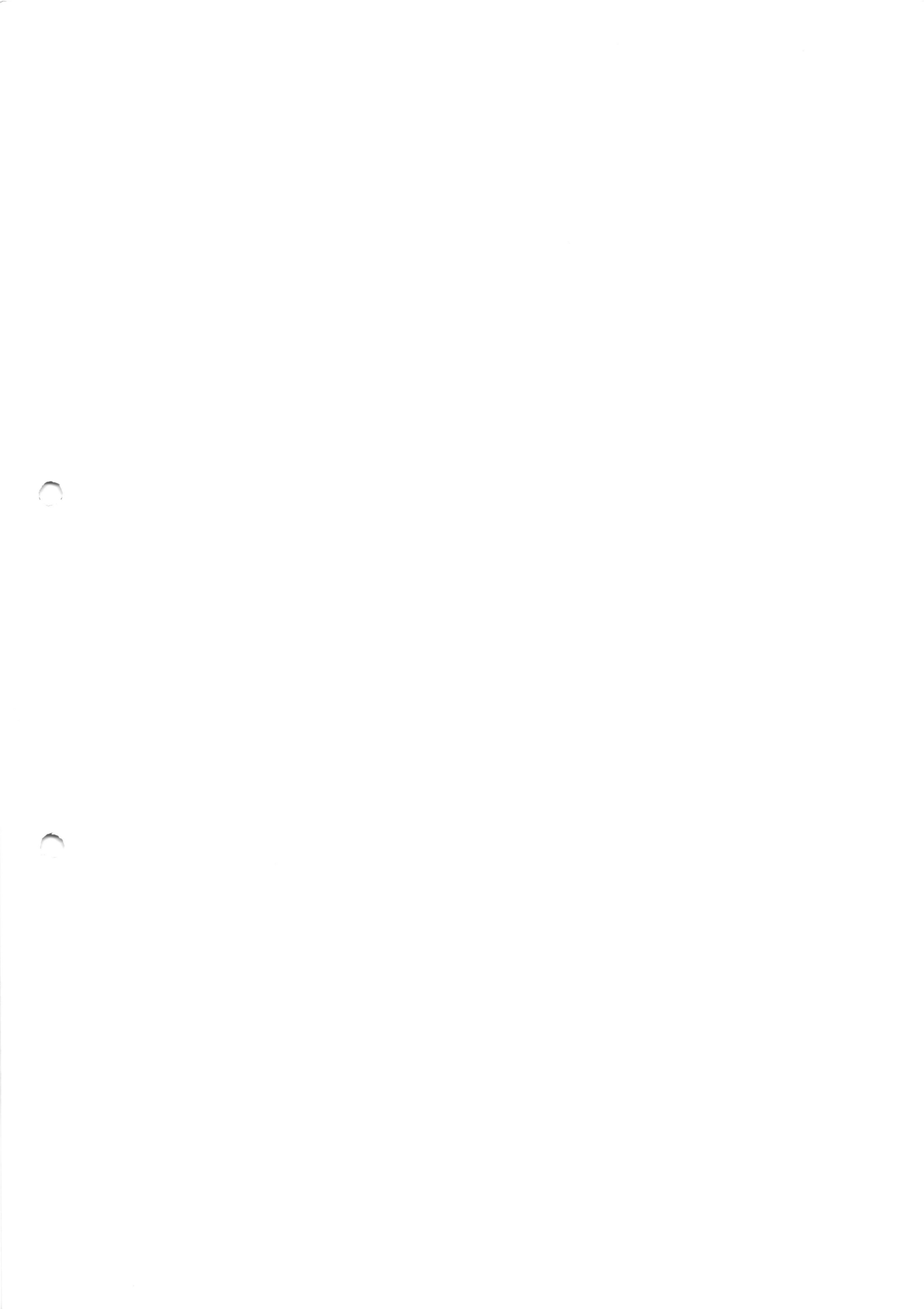
Metodologia: São recebidos notificações por telefone ou pessoalmente e é garantido o anonimato. As notificações são encaminhadas ao Serviço Social, que estabelece o grau de prioridade para uma visita domiciliar e atuação profissional.

### 4. A realidade do *menor* em Cajuru:



O relatório apresenta um perfil socioeconômico da cidade (população, economia e oferta de serviços comunitários), bem como um perfil dos institutos destinados à assistência e bem-estar do *menor*, no âmbito privado e no público.

Avaliação: 1) presença de equipamentos coletivos urbanos bastante adequados ao tamanho e às carências do município; 2) cobertura razoável nas áreas de educação, saúde, alimentação e nutrição. 3) processo de integração institucional em algumas áreas de intervenção social do Estado (ex. o SUDS, na área da saúde); 4) posição jurídica local, procurando evitar a internação de *menores* infratores, definir procedimentos adequados aos encaminhamentos dos carentes e abandonados, desenvolver soluções inovadoras não institucionalizadoras, revela o alcance que vem obtendo o debate público acerca da questão do *menor*, legitimando ações em meio aberto preocupadas com a garantia dos direitos sociais e civis das crianças e dos adolescentes; 5) processo de conscientização do poder público local em relação a duas questões básicas: a de que o problema do *menor* deve ser resolvido de forma descentralizada e atenta às prioridades locais; a de que tal processo envolverá, necessariamente, órgãos públicos e privados, à medida em que, nas condições atuais, tanto o Executivo como o Judiciário desenvolvem ações articuladas com as entidades sociais privadas, nos programas de atenção ao *menor*.



GADOTTI, Moacir & GEVERTZ, Rachel (Coordenadores). *Quando eu voltar a ser criança* (Curso de Atualização: formação continuada de educadores que atuam ou que venham atuar como agentes multiplicadores de ação, na área da criança e do adolescente em situação de risco), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP, abril de 1992.

**Assunto:** A publicação reúne textos de diversos autores que trabalham a temática da criança e do adolescente e que participaram do curso de atualização do Projeto Recursos Humanos, do Programa Ser Criança/Adolescente, promovido pela Associação Janusz Korczak do Brasil, com a colaboração da Comissão de Cultura e Extensão Universitária da Faculdade de Educação da USP.

**Objetivos:** O curso objetivou à formação continuada de educadores que atuam ou que venham a atuar como agentes multiplicadores de ação, na área da criança e do adolescente em situação de risco.

**Conteúdo (abordagem/metodologia):** Cada um dos textos dessa coletânea traz uma abordagem específica, que vai desde um painel da situação da infância e adolescência brasileira até propostas pedagógicas para se trabalhar com meninos de rua. Sintetizaremos a seguir os pontos principais abordados em cada texto:

1. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social/PMSP - "Os contornos da situação da criança no Brasil" (1989)

O texto apresenta um perfil da situação das crianças e adolescentes oriundos das camadas de baixa renda no Brasil, através de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE e pela UNICEF, que demonstram o agravamento da pobreza e da desigualdade nas últimas décadas. Em seguida, aponta as diretrizes da Administração Democrática e Popular do Município de São Paulo (gestão Luíza Erundina, PT), que procura equacionar os problemas da cidade sob a ótica da cidadania popular.

A proposta da Administração Democrática é de instaurar novas relações entre o poder público e a sociedade, privilegiando-se o acesso aos bens socioeconômicos e culturais



aqueles que não são, a rigor, tidos como cidadãos, buscando valorizar e estimular as experiências populares através do apoio as mais diversas iniciativas que favoreçam e incentivem as diferentes formas de organização da população.

Nesse sentido, parte do pressuposto de que a prestação de serviço (de educação, de assistência médica, de transporte etc.) deve articular-se ao trabalho sócio-educativo com vistas a permitir aos usuários tomarem consciência de seus direitos sociais, econômicos e políticos na perspectiva da conquista da cidadania. O papel do governo municipal é o de criar os mecanismos que viabilizem a participação.

## 2. FREIRE, Lutgardes Costa - "A propósito da realidade do *menor*"

O texto discute, inicialmente, a idéia de "marginalidade", através da historicização do conceito, procurando demonstrar a passagem de uma noção físico-espacial (marginal era aquele que morava nas periferias das cidades) para uma noção política e social (não participação/integração nas estruturas sociais). Crítica a teoria funcionalista da marginalidade, que enfoca o problema da adaptação-inadaptação das populações marginais à estrutura social vigente, uma vez que não se procura na estrutura social as causas da chamada "disfunção social".

Para o autor, a tentativa de apresentar soluções que resolvam o problema da marginalidade, especificamente a do *menor* abandonado, implica na tentativa de mudar radicalmente as estruturas políticas e sociais que o levam a essa condição. Ressalta, contudo, que não é preciso esperar as condições materiais históricas para que se inicie a solução do problema, mas que se deve buscar brechas no sistema que possibilite o processo histórico dessa transformação social.

Em seguida, traça, brevemente, um perfil da realidade do "*menor*" no Brasil e destaca alguns aspectos prioritários no trabalho com a criança de rua: aspectos psicológicos e biológicos.

Entende que esses aspectos devem ser trabalhados, tendo por objetivo resgatar a identidade da criança, favorecendo soluções concretas que melhorem sua condição de vida na rua.

Segundo o autor, esse trabalho implica: a motivação do auto-conhecimento e o conhecimento da realidade que a cerca, no sentido de adquirir um amadurecimento psicológico e emocional que lhe ajude a resistir e compreender sua condição; o desenvolvimento de atividades lúdicas e ou artísticas, em que a criança possa exercitar



seu corpo e adquirir desenvolvimento físico; o desenvolvimento de atividades ligadas ao trabalho, para torná-lo mais lucrativo e profissional.

Afirma, ainda, que se deve compatibilizar atividades geradoras de renda com processo educativo, pois somente dessa maneira é possível obter saídas concretas de sua situação.

3. COVRE, Maria de Lourdes Manzini - "Cidadania, uma categoria estratégica para uma sociedade melhor"

A autora discorre longamente sobre a noção de cidadania, objetivando chamar a atenção para sua efetivação no Brasil, através da luta individual e coletiva. Conforme afirma, é necessário que haja uma educação para a cidadania, e que esta não se dê apenas nas escolas, mas em todos os espaços de convívio da sociedade: nas fábricas, nas favelas, nos lares, nos espaços públicos da cidade etc. Clama por uma sociedade que reconheça seus deveres e seus direitos e saiba se organizar a fim de lutar por eles.

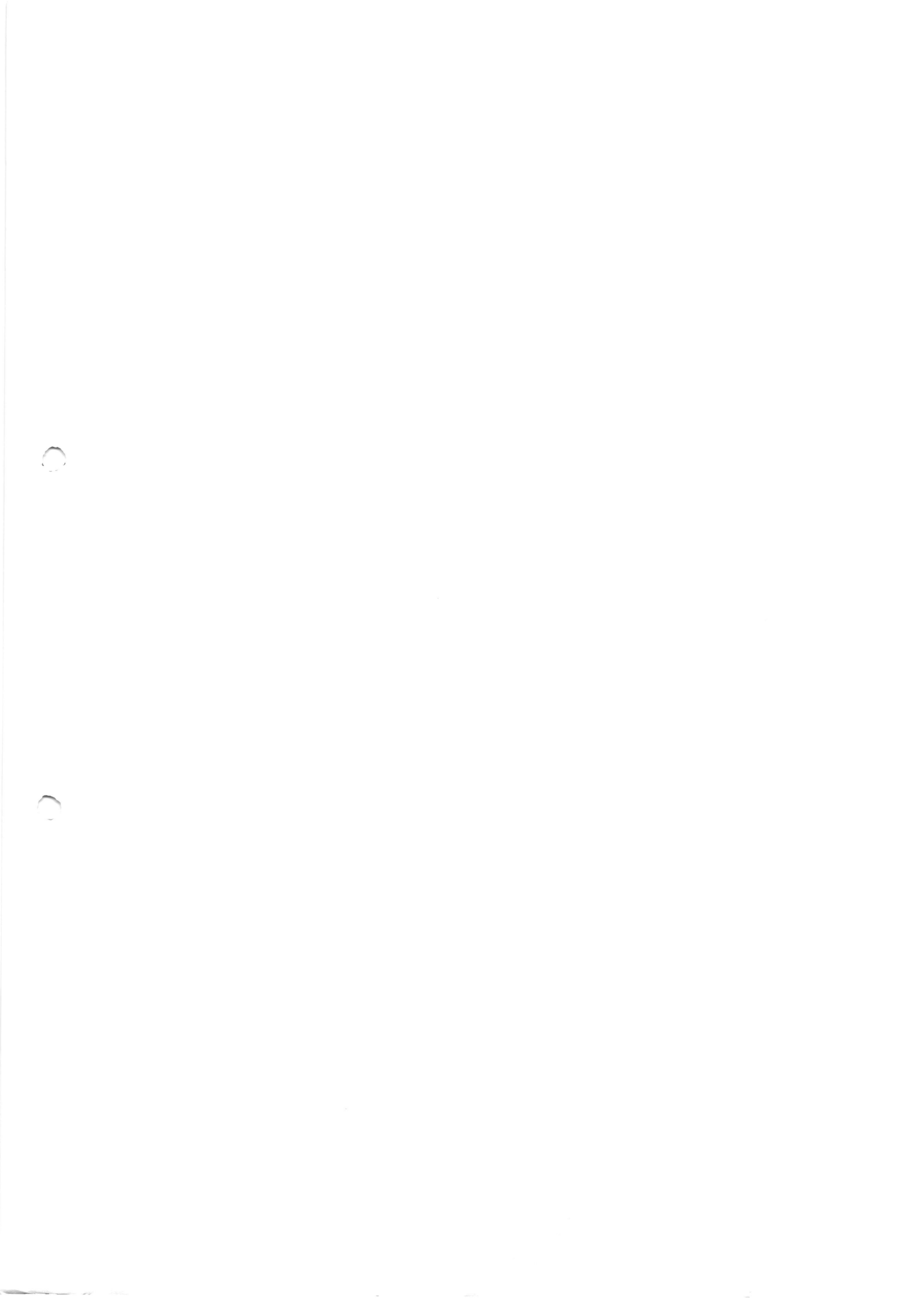
4. TELXEIRA, Maria de Lourdes Trassi - "Algumas considerações sobre a criança e o adolescente em situação de risco"

A autora inicia o texto enfatizando a importância de se conhecer o passado para que se possa compreender o presente e definir ou redefinir o futuro. No que tange à questão dos meninos/meninas de rua, essa importância reside tanto no conhecimento da história de vida de cada um, objetivando captar as particularidades de seus problemas, como no conhecimento da história da assistência dirigida a esse segmento, procurando trazer a luz os equívocos e os porquês dos fracasso de muitos dos programas até então implementados.

Assinala, em seguida, o avanço promovido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ao erradicar uma prática tradicional de tratamento de crianças e jovens que cometem infração: o internamento. Entretanto, questiona o que se deve fazer, que soluções seriam viáveis, uma vez que o Estatuto não prevê nada no caso de crianças e jovens que cometeram delitos graves.

"O que fazer quando a rua não é lugar de ficar, a família 'não existe', o abrigo é provisório e a conduta da criança é reveladora de muito sofrimento?"

Como resposta a essa pergunta, a autora rompe com alguns mitos (da reintegração na família, da rua como o lugar da liberdade e da instituição como agência socializadora má) e enfatiza a importância da institucionalização da criança e do adolescente nos casos em



que estas se encontram em situação de risco extremo. Conforme afirma, "é possível conceber a existência da instituição como local de acolhimento, de vivências significativas, que fornece às crianças/adolescentes relações estáveis e seguras, que contenha (não no sentido repressivo mas psicológico) seus medos, ansiedades, hostilidades sem se desorganizar. Enfim, que lhes dê condições para elaboração de um projeto de vida." Para a autora, a criança não consegue construir isso sozinha, somente com apoio de educadores e de técnicos.

5. GRACIANI, Maria Stela Santos - "A 'ludicidade' como estratégia de resistência dos famélicos da Praça da Sé"

A autora descreve o cotidiano daqueles que sobrevivem *na* e *da* Praça da Sé, focalizando particularmente os chamados "meninos/meninas de rua". Chama a atenção para o lado lúdico presente nas múltiplas ações e formas de sobrevivência praticadas por esses meninos(as), ressaltando seu caráter de expressão de resistência e subversão. Conforme afirma, "não há separação entre o trabalho e o lazer do menino(a) de rua, sua relação é interdependente enquanto atuação concreta, enquanto atividade humana. O menino de rua brinca quando trabalha e enquanto trabalha, brinca."

Para a autora, o lazer, em seu significado de resistência, pode representar uma das pontes para a mudança da condição de vida dessas crianças.

Sua proposta é a de que as práticas educativas resgatem a pedagogia fundada na criatividade da dimensão lúdica, da imaginação e da cultura, através de atividades de lazer, recreação e jogos relacionados com todas às esferas da vida social deste grupo. Em suas palavras: "É fundamental, portanto, que se assegure à criança e ao adolescente o tempo e o espaço para que o lúdico seja vivenciado em todas as propostas educativas com intensidade capaz de formar a base sólida da criatividade e da participação cultural, e, sobretudo, para o exercício do prazer de viver como um cidadão transformador da realidade social."

6. GADOTTI, Moacir - "Korczak, precursor dos direitos da criança"

O autor discorre sobre a vida e obra do educador Janusz Korczak, enfatizando os princípios, idéias, métodos e ações que fundamentaram sua proposta pedagógica em defesa dos direitos das crianças.



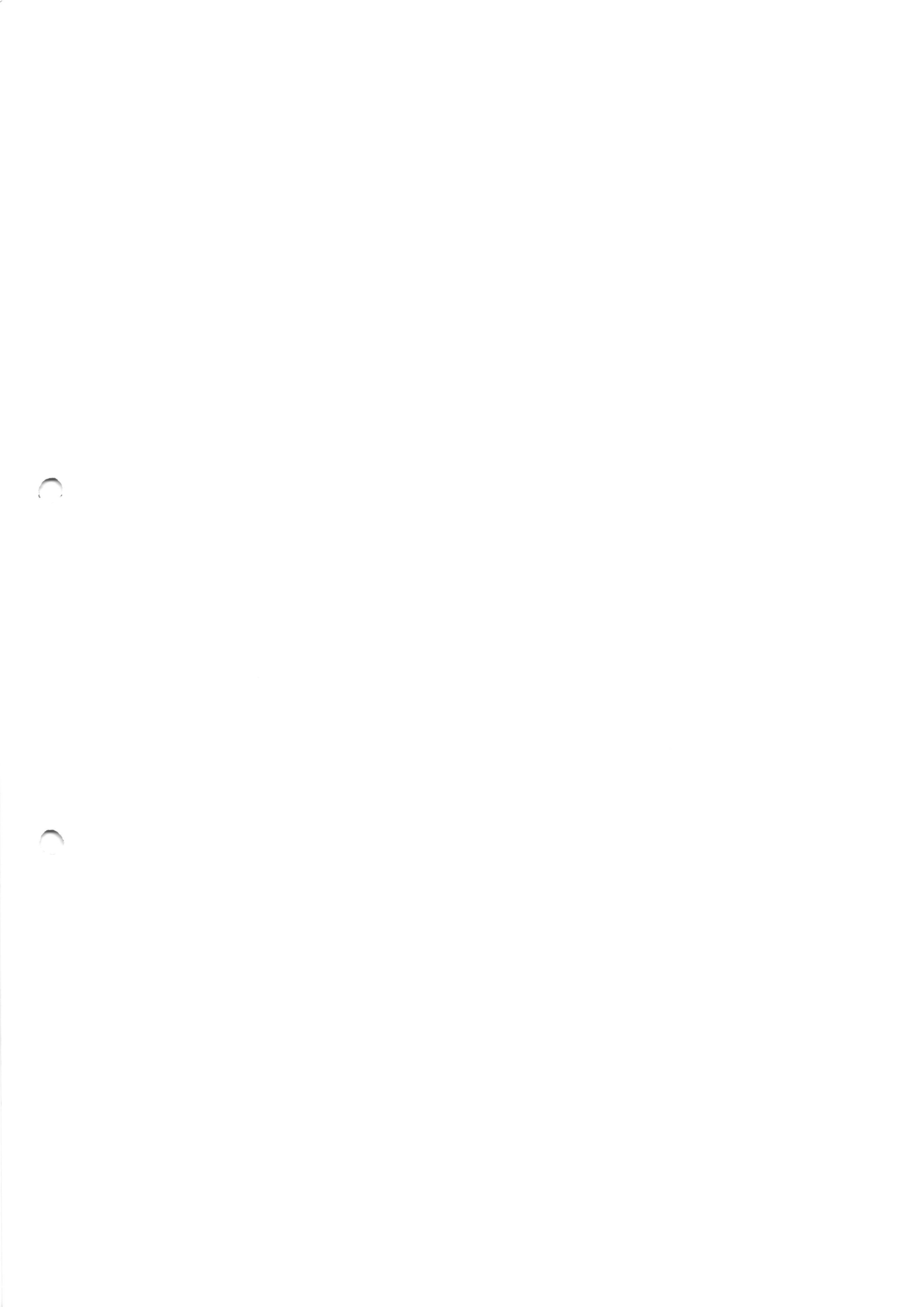
7. DIAS, José Augusto - "Originalidade de Janusz Korczak"

Também é um texto que trata da vida e da obra do educador Janusz Korczak. O autor chama atenção para alguns pontos da proposta educativa inovadora do pedagogo, ainda pouco explorados: substituir a opressão por uma adaptação voluntária e consciente do indivíduo às formas de vida coletiva; conduzir gradualmente a criança à independência, criando situações que estimulem sua iniciativa; basear a organização interna do estabelecimento em um acordo de que participam as duas partes: crianças e adultos.

8. FILHO, Benedito Carvalho - "Nota sobre o papel dos educadores que atuam junto às crianças que vivem na rua"

O autor questiona, nesse texto, algumas tendências presentes na ação do educador de rua. Por um lado, chama a atenção daqueles que se utilizam de um instrumental de análise e concepções que procuram categorizar os diversos grupos que vivem na e da rua, de forma a diferenciá-los e estigmatizá-los, bem como daqueles que acreditam em propostas com soluções deterministas. Para o autor, esses agentes não só não compreendem determinados comportamentos advindos dessa população, como também reforçam os estigmas e os preconceitos difundidos na sociedade. Por outro lado, chama atenção daqueles que têm uma consciência crítica aguçada do processo de marginalização dessa população e uma visão ampla das causas dos problemas que os aflige, mas que ficam paralisados, sentido-se incapazes de propor alternativas imediatas. Acreditam que, somente quando estiverem solucionados os problemas estruturais do país, os problemas sociais resolver-se-ão. Muitos desses agentes sentem-se "enxugando gelo", e por isso desanimam e perdem a criatividade.

O autor adverte, então, que o educador não é uma figura neutra, inocente. Mas que sua ação é política. Nesse sentido, aponta para duas direções, em que se deve pensar o papel do educador: na perspectiva de uma mudança mais global, pois não adianta alimentar esperanças de que pequenos "projetinhos", por mais bem feitos, sejam capazes de resolver os problemas, no aqui e no agora, e desenvolver práticas educativas eficientes e que vá ao encontro das necessidades básicas dessas populações; e na perspectiva de sua própria capacitação, do ponto de vista pedagógico e político, aprimorando-se e instrumentalizando-se melhor.



## BIBLIOGRAFIA GERAL SOBRE O TEMA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- ALVIM, Rosilene Barbosa Alvim & VALLADARES, Lícia do Prado. "Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da literatura" *In BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro; BIB, No. 26, 2º semestre de 1988, pp. 3-37.
- ASSEF - Associação de ex-alunos da FUNABEM. *Menor até quando?* Apoio CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços. 1988.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane N. de A. *Uma proposta alternativa de atendimento integrado às crianças infratoras no município de São Paulo*. São Paulo: Rede Criança/Secretaria de Estado do Menor, julho de 1990.
- BATTINI, Odária (Coord<sup>a</sup>). *A criança e o adolescente em questão: construindo uma metodologia de trabalho*. (Relatório final da pesquisa - ação). Londrina: Fundação Universidade Estadual de Londrina: Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Serviço Social /Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - ESUF-PR. 1994.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Guarda Mirim Metropolitana: A criança no centro da polêmica*. 6ª Tribuna Popular, s.d.
- CAMARGO, Matilde Almeida e outros. *I Seminário de técnicas de atendimento ao menor: Reintegração - Colocação Profissional*, São Paulo: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, s.d.
- CARLINI, E. A.; CARLINI-COTRIM, Beatriz & SILVA, Armando Ramos. *Sugestões para programas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil*. Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas / Departamento de Psicologia da Escola Paulista de Medicina. s.d.
- CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. (Coord<sup>a</sup>). *Assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo*. Relatório Preliminar, Núcleo de Estudos da Violência da USP, s.d.
- CASTRO, Myriam mesquita Pugliese de. (Coord<sup>a</sup>). *Quando a vida não tem valor - assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo*. Relatório final. São Paulo: USP, Núcleo de Estudos da Violência, 1992?
- CBIA (Coordenação). *Seminário: Vidas Interrompidas - verdades dos dados, direito à vida*. Brasília (auditório do MBES), 13 e 14 de outubro de 1994.



- CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. *Informe sobre extermínio de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro: Rio poderá ter 420 mortes 1991*. Rio de Janeiro, CEDOM, janeiro de 1991.
- CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. *Perfil da criança e do adolescente na cidade de São Paulo*. CBIA (Escritório Regional de São Paulo) / Instituto LIDAS, 1993. (2 exemplares).
- Comissão Nacional Criança e Constituinte: Esplanada dos Ministérios. *Lute por mim: a criança e o adolescente. Proposta para a Assembléia Nacional Constituinte*. s.d.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Infância, juventude e política social no Brasil*. s.d.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Pôr uma pedagogia da presença*. CBIA, Brasília, DF, 1991.
- CRAMI - CENTRO REGIONAL DE REGISTRO E ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS À INFÂNCIA E AO IDOSO. *Intervenção junto aos maus tratos à criança e ao adolescente*. Bauru: 1º Encontro sobre maus tratos à criança no ambiente familiar, 14 de maio de 1992.
- CUADERNOS INAS DE ASISTENCIA E ACCION SOCIAL. *Delincuecia: Reinsercion y servicios sociales*, s.d.
- DINIZ, Ana. *Correndo atrás da Vida*. MNMMR/UNICEF, Ed. Cejup, Belém, 1994.
- DRAIBE, Sônia M. e PELIANO, Ana Maria. (Coord.). *Análise do papel das organizações não governamentais na implementação de Políticas Públicas*. NEPP/UNICAMP, Vol. 1, parte 1, outubro de 1990.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Criança e Adolescentes no Estado de São Paulo: Organização de atendimento. Judiciário: fatos e encaminhamentos*. Relatório final. Convênio: NEPP/UNICAMP - CBIA, set. de 91 a abr. de 92.
- ESPERT S., Francisco, MYERS, William. *Análise de situação: programa regional para América-Latina e o Caribe*. (Série Divulgativa, 1), Programa regional Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis, Bogotá, UNICEF, 1988.
- FÓRUM ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, *As políticas públicas de atenção à infância e adolescência no Estado*, São Paulo, 1992.
- FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto rural - troca de experiências*, Relatório, Rio de Janeiro/Quintino: dezembro de 1989.
- FUNABEM. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. *Projeto de redução da violência contra crianças e adolescentes*. junho de 1989.



FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP. *Questão Social: Infância e Juventude. Perfil sócio-econômico da Grande São Paulo e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: FUNDAP, CBIA, Ministério da Ação Social, dezembro de 1991.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR DE MINAS GERAIS. *Sistema operacional de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social do Estado de Minas Gerais*. julho de 1992.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. *Estudo Pré-diagnóstico sobre a realidade de atendimento ao menor no Estado de São Paulo*, São Paulo: 1987.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. *Paulo Freire e educadores de rua: uma abordagem crítica*. (Alternativas de atendimento aos meninos de rua), FUNABEM/UNICEF, s.d., s.l.: Lidador.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR/ FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Escola também para os meninos de rua*. (Alternativas de atendimento aos meninos de rua), 2. ed., FUNABEM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1987. Anexo: Observações sobre os aspectos legais.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR/FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *É possível educar na rua?*. (Alternativas de atendimento aos meninos de rua), FUNABEM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1987.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Abertura e Humanização Institucional*. (Série Metodológica, 7), Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis.

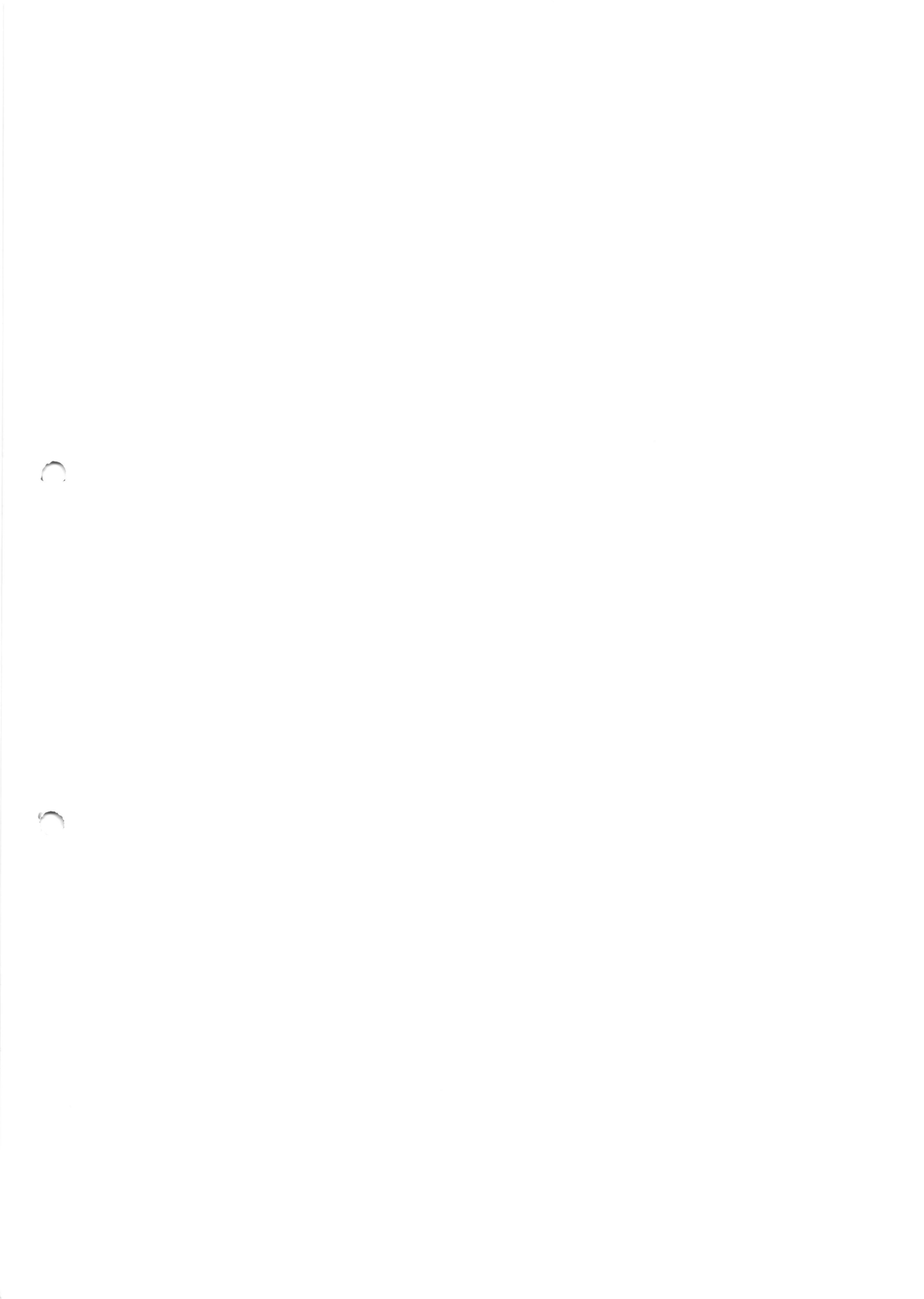
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Ação Guambras: Programa não convencional de atendimento a criança da rua-Ecuador*. (Série Metodológica, 2), Programa Regional Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis, Bogotá, UNICEF, INNFA, 1987.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Crianças Trabalhadoras e de Rua - guia metodológico para avaliação de projetos de assistência a crianças em circunstâncias especialmente díficeis*. (Série Metodológica, 5), Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis, UNICEF, Bogotá, 1990. Anexo 1: Enfoques alternativos para levar a cabo a avaliação. Anexo 2: Exemplos de geração de indicadores: Brasil e México. Inclui glossário.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Lineamento para aplicação da guia metodológica para análise da situação de criança em circunstâncias especialmente díficeis* - versão preliminar. (Série Metodológica, 8), UNICEF, Bogotá, 1989. Anexo 1: Sistema de seguimento a análise de situação nos países da região. Anexo 2: Índice modelo. Anexo 3: Quadro resumo. Anexo 4: Relação de instituições para a análise da situação de crianças institucionalizadas. Inclui glossário.



- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Menores en Circunstancias Especialmente Dificiles: Venezuela*. (Série Metodológica, 11), Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Na rua: crianças trabalhadoras de rua em Assunção*. (Série Metodológica, 4), Programa Regional para Crianças em Circunstâncias Especialmente Díficeis. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. UNICEF, Bogotá, 1989.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Novas alternativas de atendimento para a criança de e na rua do México*. (Série Metodológica, 3), Programa Regional Crianças em Circunstância Especialmente Díficeis, 2. ed., UNICEF, Bogotá, 1989.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA - UNICEF. *A criança e o adolescente na Constituição do Brasil*. 1989.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA - UNICEF. *As Crianças das Américas: Sobrevivência, proteção e desenvolvimento integral da infância, na década de 1990*. Santafé de Bogotá, Colômbia, 1992.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. *Guia metodológico para análise de situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. (Série Metodológica, 6), UNICEF, Bogotá, 1990. O documento é resultado do seminário sobre análise de situação organizado pelo Programa regional de crianças em circunstâncias especialmente difíceis. Inclui anexos e glossário.
- GADOTTI, Moacir & GEVERTZ, Rachel. *Quando eu voltar a ser criança*. Curso de Atualização: formação continuada de educadores que atuam ou que venham atuar como agentes multiplicadores de ação, na área da criança e do adolescente em situação de risco. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, abril de 1992.
- GALEANO, Lídia. *O direito da criança e do adolescente à proteção especial*. SINCAD - Sistema Nacional de Capacitação à Distância, novembro de 1991. (dois exemplares)
- Governo do Estado de São Paulo. *Pacto pela Infância: Avaliação dos 200 dias de ação pela criança*. Março de 1994.
- GUIRADO, Marlene. (Coord.). *Rede Cidadania: Projeto de Centros de Atendimento Multidisciplinar a Adolescentes Infratores de São Paulo*, outubro de 1990.
- HOPPE, Marcel Esquivel (Coord.) *Adolescentes autores de atos infracionais e as medidas sócio-educativas*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça, 1991.
- II Relatório do Centro de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes*, 1992.



Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA / Instituto de Planejamento - IPLAN. *Tabelas selecionadas do documento "Estatísticas sobre a situação do menor no Brasil" - 1980. s.d.*

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE CRIMINOLOGIA. *Pesquisa sobre delinqüência juvenil em São Paulo*. INESE - Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, São Paulo, março de 1968.

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. *Alternativas de atendimento à criança e jovem abandonados*. s.d.

LEAL, Maria Lúcia P. - *No Olho da Rua*. CBIA/Unipaz/Thesaurus.

LIMA, Ricardo & BURGER, Freda. *Participação do menor na força de trabalho brasileira nos anos oitenta: caracterização e reflexões sobre Política de Emprego e Política Social*. IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, junho de 1988.

MARIN, Isabel da Silva K. - *Febem, família e identidade*.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & SANTOS, Hélio de Oliveira. *Prevenir e proteger: Uma proposta de avaliação de um serviço de atenção à criança vítima de violência doméstica*. CLAVES - Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde, junho de 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Coord<sup>a</sup>) *Perfil nacional dos meninos e meninas de rua (Relatório Final de Investigação)*. Escola Nacional de Saúde Pública / FIOCRUZ, CLAVES / Ministério da Saúde, janeiro de 1992.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Trabalho Feminino e Condição Social do Menor em São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: ESTUDOS CEDHAL, No. 3, 1988.

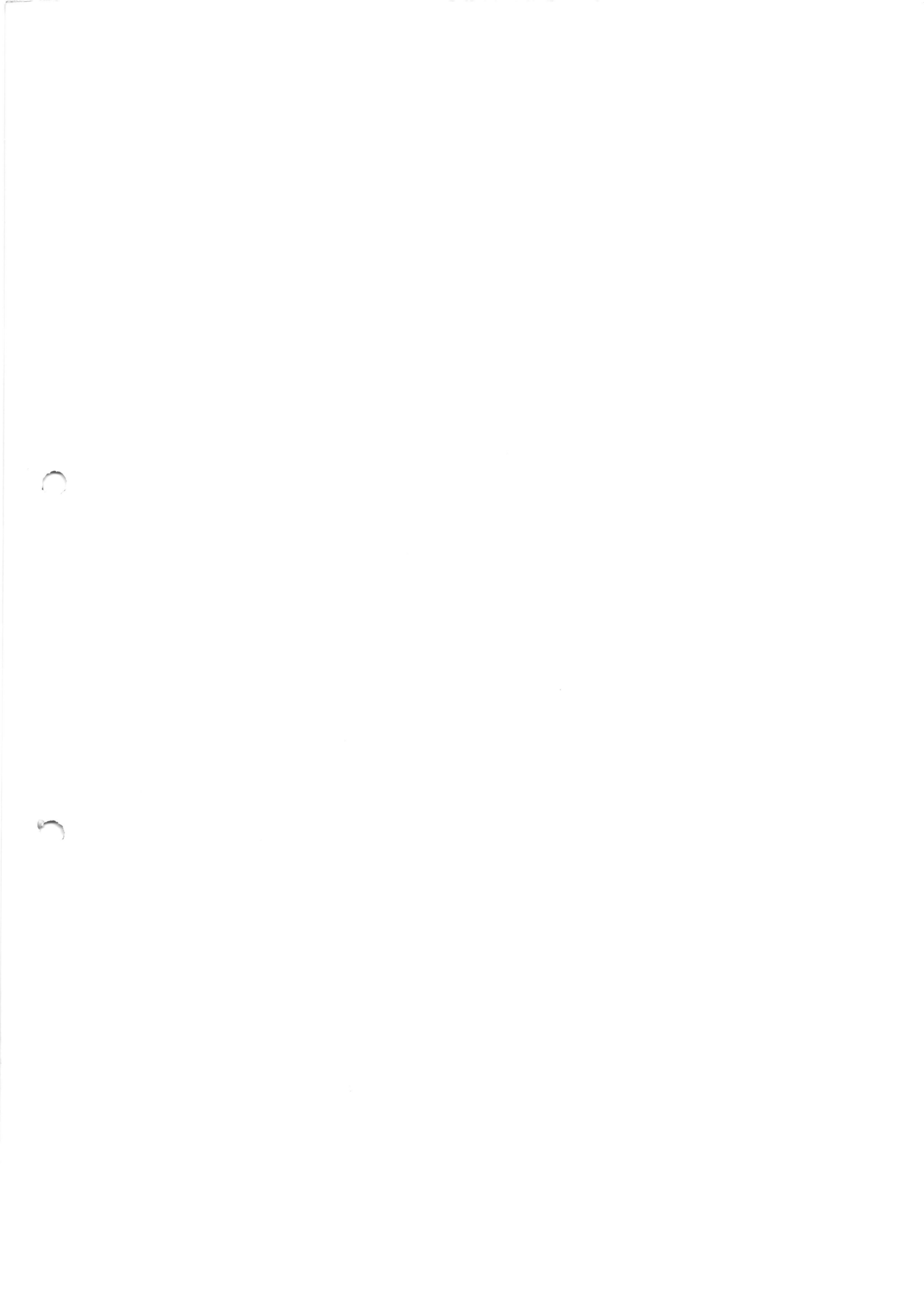
MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Teses e Propostas*. IV Assembléia Nacional. Agosto de 1990.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Teses e Propostas - V Assembléia Nacional (1993-95)*.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Trajetória da Luta em Defesa da Criança e Adolescente*.

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social / FUNABEM. *Projeto de prevenção e redução da violência contra crianças e jovens FUNABEM/UNICEF*. Relatório. Seminário nacional de Dirigentes de Internatos de Menores Infratores. Brasília: agosto de 1987.

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social / FUNABEM. *Projeto de prevenção e redução da violência contra crianças e jovens FUNABEM/UNICEF*. Conclusões Finais. I Seminário Latino-Americano de Capacitação e Investigação sobre



os direitos do menor e da criança frente ao sistema de administração de justiça juvenil.  
San José: maio de 1987.

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social / FUNABEM. *Atendimento ao Menor no Brasil*. Seminário de Estudos e de Defesa do Menor. (Discurso de D. Marina Bandeira, Presidente da FUNABEM) Outubro de 1987.

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social / FUNABEM. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Documento elaborado a partir de uma reflexão nacional sobre as diretrizes traçadas pela Lei No. 4.513, de 1/12/64. Brasília: 05/06/84.

NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. *A situação do menor no Estado de São Paulo. 3ª parte: Entidades Assistenciais e atenção ao menor no Estado de São Paulo: Estudo de casos*. Convênio: FUNABEM/NEPP/UNICAMP, Vol. V, janeiro de 1990.

NETO, Olympio de Sá Sotto Maior (Promotor de Justiça do Estado do Paraná. *O Ministério Público e a proteção aos interesses individuais e difusos relacionados à infância e juventude*. Tese a ser apresentada no 9º Congresso Nacional do Ministério Público, julho de 1992.

Núcleo de Estudos da Violência - USP. *Dossiê: Crianças e Adolescentes. Noticiário da Imprensa*. Janeiro a março de 1992.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Prado de. *Crianças de rua criatividade e autonomia*. (Série Ponto-de-Encontro, 2), Alternativas de atendimento aos meninos de rua. FUNABEM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1987.

OLIVEIRA, Oris de. *O menino, o trabalho e a lei*. Alternativas de atendimento aos meninos de rua. Alternativas de atendimento aos meninos de rua, FUNABEM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1987.

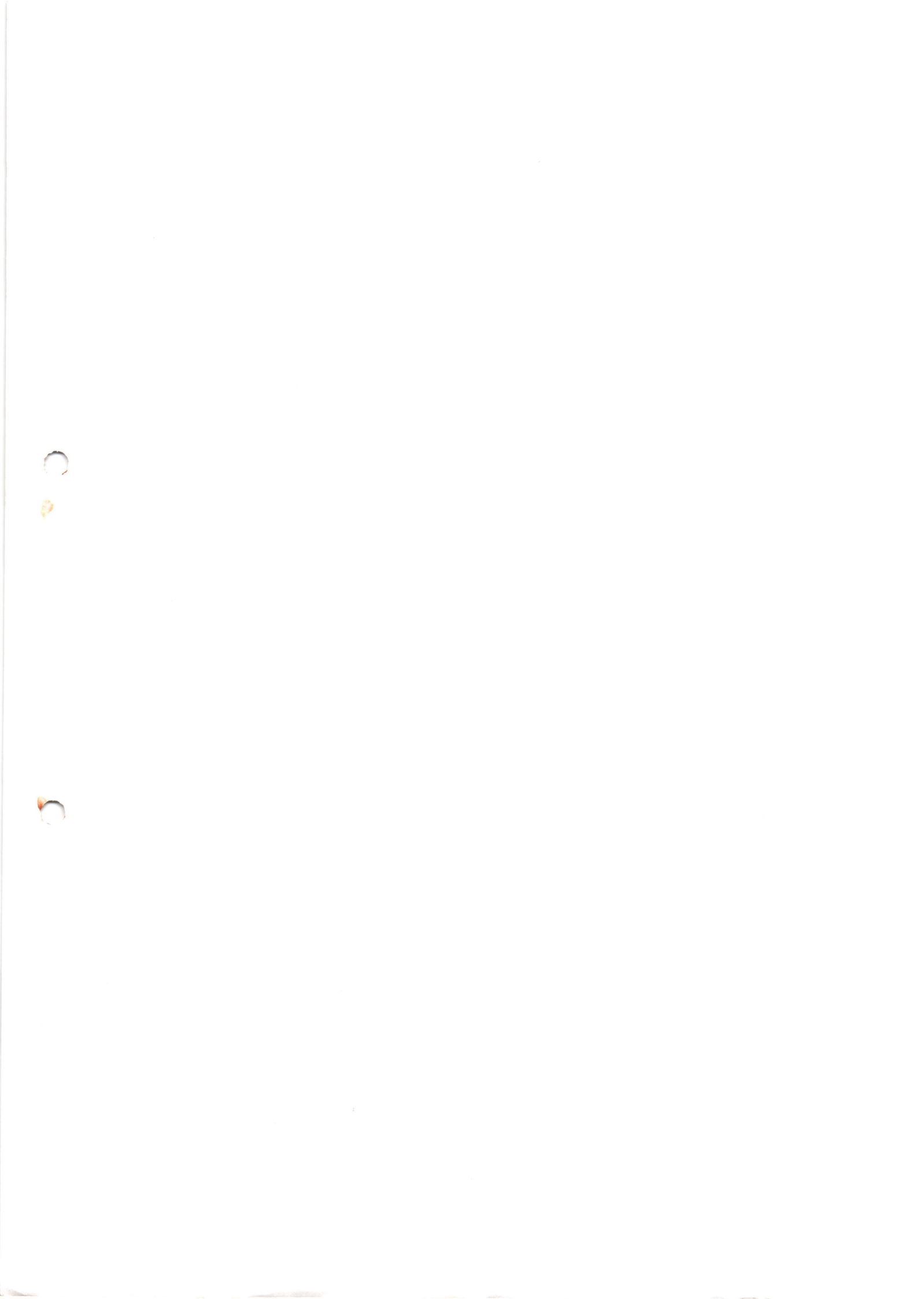
PACTO PELA CRIANÇA. *Compromisso dos Governadores para 500 dias de ação pela criança*. Brasília: UNICEF, julho de 1993.

PASTORAL DA CRIANÇA. *Para que todas as crianças tenham vida e tenham em abundância*. Brasília, 1991.

PEREIRA, Irandi & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Coord.) *Mitos e Dilemas do trabalho do adolescente: Programas de geração de renda*. Documento preliminar. Apoio UNICEF / PUC-SP, Dezembro de 1993.

Prefeitura do Município de Mauá. *Projeto de atuação sócio-educativo-cultural de iniciação ao trabalho às crianças e jovens*. (Prefeito: Dr. Leonel Damo, Presidente da Febem: Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach), Mauá, outubro de 1984.

Prefeitura do Município de Piracicaba. *Crianças e adolescentes em situação de rua em Piracicaba*, s.d.



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. *Atendimento ao adolescente em regime de privação de liberdade*. Ribeirão Preto: 1993.

*Primeira Conferência Municipal para a Infância e Adolescência*. Porto Alegre: outubro de 1994. (documento contendo propostas e diretrizes para garantia do direito da criança: políticas básicas e proteção especial)

PRÓ-MENOR - FUNDAÇÃO PAULISTA DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MENOR. *Ressocialização em Regime Aberto*. s.d.

Programa do menor do Governo do Estado de São Paulo. *Carta de São Paulo: Menor Constituinte. Conclusões do Congresso Estadual Menor e Constituinte*. São Paulo, outubro de 1985.

**PROJETO AXÉ - Mapeamento e Contagem 1993**, Bahia.

Relatório anual de atividades: *Projeto meninos e meninas de rua de São Bernardo do Campo*, 1992/1º semestre de 1993.

SABOIA, Ana Lúcia (Coord<sup>a</sup>) *Criança & Adolescente: indicadores sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1988. Vol. 2.

SARDINHA, Carlos Alberto Paes (Elaborador). *A casa comunitária como projeto de integração social*. FUNABEM / MPAS, dezembro de 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DO MENOR. *Rede Criança: Não à violência*. São Paulo, s.d.

SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Adolescência*. Mesa composta por: Felícia Madeira, Lia Rosemberg, Maria Lúcia Violante e Miguel Perosa. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 27/10/88.

SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Alfabetização*. Mesa composta por: Joel Rufino, Lia Rosemberg e Lígia Costa Leite. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 08/12/88.

SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Educação e Trabalho*. Mesa composta por: Celso João Ferreti, Cheywa Spiendel, Lia Rosemberg e Marise Egger. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 23/11/88.

SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Família*. Mesa composta por: Adriana Piscitelli, Cláudia Fonseca, Fúlvia Rosemberg e Luís Meyer. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 06/10/88.



SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Sexualidade*. Mesa composta por: Cordélia de Souza Castelo Branco, Lia Rosemberg e Rafael Tassinari. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 15/09/88.

SEMINÁRIO INTERNO DA SECRETARIA DO MENOR. *Violência*. Mesa composta por: Lia Rosemberg, Maria Amélia Azevedo, Paulo Afonso Garrido de Paula e Sérgio Adorno de Abreu. Coordenação e organização da Assessoria Técnica da Secretaria do Menor, São Paulo, 10/11/88.

SENAI-SP. *Programa de Iniciação Profissional do Menor*. São Paulo, maio de 1987.

SILVA, João B. Salles. *Profissionalização do Menor*. 11ª Semana de Estudos do Problema de Menores, São Paulo, julho de 1971.

SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano & LESSA, Carlos. *Projeto: Condições básicas de Saúde. Subsídios à formulação de um programa em relação aos menores autores de infração penal*. São Paulo: Secretária de Estado de Saúde de São Paulo/ Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, julho de 1989.

SILVA, Maria Iêda Lopes. *Programa de Educação para a saúde sexual. Prevenção e controle das DST/AIDS com crianças e adolescentes em situação de risco*. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria Nacional de programas Especiais de Saúde / Divisão Nacional de DST/AIDS, dezembro de 1988.

*Sistema de Informação para a Infância e Adolescência* - SIPIA Brasil / Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 1993.

SOCIEDADE INTERNACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE MAUS TRATOS E NEGLIGÊNCIA INFANTIL. *Maus tratos e negligência infantil: the international journal*, NY, Oxford, Pequim, Frankfurt, São Paulo, Sydney, Tóquio, Toronto, Volume 11, Número 1, 1987.

SPOSATTI, Aldaísa de Oliveira e outros (elaboradoras). *A questão da assistência pública no Brasil*. (Texto de apoio para o seminário com assistentes sociais de órgãos públicos de prestação de serviços sociais). São Paulo: PUC, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Serviço Social, junho de 1984.

UGHETTO, Cecília & MOREIRA, Vera (Coord<sup>as</sup>). *Meninas de Rua: Um estudo da prostituição infanto-juvenil no Rio de Janeiro*, Relatório de Pesquisa, 2ª parte, CHILDHOPE FOUNDATION, Projeto "Meninas de Rua", Guatemala, agosto de 1988.

UNICEF. *Pacto pela Infância*. Junho de 1993.

*VIDAS EM RISCO: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. MNMMR/ IBASE/NEV-USP, Rio de Janeiro, 1991.



VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. *Projeto Sistema Integrado de Apoio ao Menor*.  
Organização Santamarense de Educação e Cultura - Faculdades Santo Amaro, São  
Paulo, 1988.

ZALUAR, Alba. *O programa integrado de apoio ao menor de Goiana*. s.d.

